



Vamos juntos construir
um futuro melhor

Relatório Semestral
1S2022

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	3
Principais destaques e mapa de indicadores	3
Reconhecimento externo	5
Responsabilidade social	7
Órgãos sociais	9
Enquadramento da atividade	11
Principais riscos e incertezas	14
Áreas de negócio e de suporte ao negócio	15
Informação económica e financeira	21
Factos relevantes após o termo do período	28
Gestão de Risco	29
Informação Complementar	41
Indicadores Alternativos de Desempenho	43
Demonstrações financeiras consolidadas	47
Notas às demonstrações financeiras consolidadas	53



Banco Santander Totta, SA
Rua do Ouro, 88 - 1100-063 Lisboa
Capital Social: 1.391.779.674 €
Matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Lisboa sob o n.º 500 844 321 e NIPC n.º 500 844 321
LEI: 549300URJH9VSI58CS32

Este relatório foi aprovado pelo Conselho de

Administração do Banco em 27 de setembro de 2022



MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA



O Santander apresentou resultados positivos nos primeiros seis meses deste ano, focado na missão de contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas, promovendo o crescimento inclusivo e sustentável em Portugal. Porque somos as escolhas que fazemos.

O setor da banca atravessa um momento de disrupção ímpar na sua história. Sendo a tecnologia um dos seus principais pilares, esta evolução materializa-se no crescimento de clientes digitais. São já cerca de 60% dos clientes dos quais somos o principal Banco de relação.

O nosso balanço confirma o crescimento do nosso apoio à economia portuguesa, registando um incremento equilibrado e sustentável, quer pela via dos recursos (cresceram 4,9%), quer pelo crédito concedido,

com uma nota especial para o crédito à habitação, que teve um aumento de 6,8%.

Num semestre fortemente marcado pela guerra da Ucrânia e pelas suas consequências sociais, económicas e energéticas, o Banco manteve-se focado no programa de inovação e na melhoria do serviço prestado aos nossos clientes. Estamos a melhorar a capacidade tecnológica dos Balcões e das áreas de suporte, tendo sempre como objetivo final melhorar o serviço prestado aos nossos clientes e a qualidade de vida dos nossos colaboradores.

Perante o contexto de crise humanitária, lançámos várias medidas para apoiar o povo ucraniano e os refugiados que vieram para Portugal. Destaco uma ação inédita da Fundação Santander Portugal em parceria com a Paróquia do Campo Grande, para trazer da Polónia 178 ucranianos com laços familiares no nosso país.

Gostaria ainda de deixar uma referência ao papel que o Banco está a desempenhar na transição para uma economia mais verde e sustentável. Este ano, o Santander realizou a primeira operação de *Confirming Verde*













em Portugal, bem como foi o Banco que concedeu maior montante em financiamento no âmbito do programa IFRRU – Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas.

Uma palavra final para o reconhecimento público do nosso trabalho – o reconhecimento do trabalho realizado por todos os nossos colaboradores – que se traduziu nas distinções de **Melhor Banco em Portugal**, pela *Global Finance*, **Melhor Banco de Retalho** pela *World Finance*, **Melhor Banco de Trade Finance** e de **Private Banking** pela *Euromoney*, com destaque ainda para o **Prémio Cinco Estrelas**.

O Santander é um grande Banco, com uma equipa extraordinária, e está mais preparado do que nunca para apoiar as famílias e empresas portuguesas, prestando um serviço de excelência.

Somos as escolhas que fazemos. E no Santander comprometemo-nos a fazer as escolhas que proporcionem melhor qualidade de serviço, e um futuro próspero e sustentável para todos.

Pedro Castro e Almeida, Presidente Executivo do Banco Santander Portugal

RENDIBILIDADE	CRESCIMENTO	SOLIDEZ	APOIO À COMUNIDADE
 <p>Produto Bancário</p> <p>641,3 M€ (-11,9%)</p>	 <p>Crédito Habitação +6,8% Depósitos de Clientes +8,2% (var. homóloga)</p>	 <p>Rácio de NPE</p> <p>2,2%</p>	 <p>Apoio à Ucrânia</p> <p>Acolhimento de 178 refugiados Cursos de Português Isenção de comissões</p>
 <p>Resultado Líquido</p> <p>232,0 M€ (+365,6%)</p>	 <p>Clientes Digitais</p> <p>1,019 milhões (+3,8%)</p>	 <p>Custo do Crédito</p> <p>0,01%</p>	 <p>Ensino</p> <p>2.800 bolsas de estudo</p>
 <p>ROE</p> <p>10,9% (+8,5 p.p.)</p>	 <p>Vendas Digitais</p> <p>51,3% (1S22)</p>	 <p>Rácio CET 1</p> <p>16,4%</p>	 <p>Investimento na sociedade</p> <p>SuperLinha Sénior Serviço de apoio para clientes não digitais com 70 ou mais anos</p>

MAPA DE INDICADORES

BALANÇO E RESULTADOS (milhões de euros)	Jun-22	Jun-21	Var.
Ativo líquido	58.271	55.504	+5,0%
Crédito a clientes (líquido)	42.566	42.308	+0,6%
Recursos de clientes	48.917	46.142	+6,0%
Total do Capital Próprio	3.310	4.049	-18,2%
Margem financeira	368,9	381,8	-3,4%
Comissões líquidas e outros resultados de exploração	248,0	208,9	+18,7%
Produto bancário	641,3	727,5	-11,9%
Resultado de exploração	360,7	409,2	-11,8%
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	340,2	81,0	+319,9%
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas	232,0	49,8	+365,6%

RÁCIOS	Jun-22	Jun-21	Var.
ROE	10,9%	2,4%	+8,5 p.p.
ROA	0,8%	0,2%	+0,6 p.p.
Rácio de Eficiência	39,9%	40,7%	-0,8 p.p.
Rácio CET 1*	16,4%	22,9%	-6,5 p.p.
Rácio Tier 1*	16,4%	22,9%	-6,5 p.p.
Rácio de capital*	18,8%	25,3%	-6,5 p.p.
Rácio de <i>Non-Performing Exposure</i>	2,2%	2,5%	-0,3 p.p.
Cobertura de <i>Non-Performing Exposure</i>	82,1%	79,2%	+2,9 p.p.
Custo do crédito	0,01%	0,36%	-0,40 p.p.
Crédito / Depósitos (rácio de transformação)	103,1%	110,8%	-7,7 p.p.

NOTAÇÕES DE RATING (longo prazo)	Jun-22	Jun-21
FitchRatings	BBB+	BBB+
Moody's	Baa2	Baa3
Standard & Poor's	BBB	BBB
DBRS	A	A

OUTROS DADOS	Jun-22	Jun-21	Var.
Colaboradores**	4.671	5.751	-1.080
Colaboradores em Portugal**	4.659	5.721	-1.062
Pontos de atendimento	386	418	-32
Postos de atendimento em Portugal	383	410	-27

* *Fully implemented* com resultado líquido de dividendos a distribuir

** Critério *Headcount*



PRÉMIOS, DISTINÇÕES E OUTROS FACTOS RELEVANTES NO 1.º SEMESTRE DE 2022



Melhor Banco em Portugal

No âmbito dos “World’s Best Banks 2022”, o Santander foi distinguido como o “Melhor Banco em Portugal” pela revista norte-americana *Global Finance*. Estes prémios elegem as instituições financeiras que mais se destacam em todo o mundo, tendo por base critérios objetivos – como rentabilidade, crescimento de ativos, dimensão geográfica, relações estratégicas, desenvolvimento de novos negócios e inovação em produtos – e subjetivos, através das opiniões de analistas financeiros, analistas de crédito, consultores de banca e outros profissionais da indústria.



Melhor Banco de Retalho em Portugal

O Santander foi eleito o “Melhor Banco de Retalho” em Portugal pela revista *World Finance*, no âmbito dos *World Finance Banking Awards 2022*. Estes prémios visam distinguir os Bancos com melhor desempenho em todo o mundo, reconhecendo os mais inovadores do setor e, em particular, os que aceitaram o desafio da transformação digital



Grandes Bancos

O Santander foi considerado pelos consumidores portugueses como a marca mais relevante na categoria Grandes Bancos do Prémio Cinco Estrelas 2022. Na análise foram avaliados critérios como a satisfação, intenção de recomendação, confiança e inovação, tendo sido obtida uma classificação global de 75,4%. Na avaliação desta categoria participaram perto de 1.300 consumidores. O Prémio Cinco Estrelas é um sistema de avaliação que mede o grau de satisfação que os produtos, os serviços e as marcas conferem aos seus utilizadores, tendo como critérios de avaliação variáveis como a Satisfação pela Experimentação, Relação Preço-Qualidade, Intenção de Compra ou de Recomendação, Confiança na Marca e Inovação, que influenciam a decisão de compra dos consumidores.



Crédito Habitação

O Santander foi considerado pelos consumidores portugueses como a marca mais relevante na categoria e Crédito Habitação na edição de 2022 do Prémio Cinco Estrelas. Na apreciação do Crédito Habitação, para além dos critérios mencionados anteriormente, foi tido em conta o preço-qualidade e foram envolvidos quase 2.400 consumidores. A classificação global nesta categoria foi de 75,7%.



Líder de Mercado

O Santander foi premiado pela revista *Euromoney* como o “Melhor Banco de *Trade Finance*” em Portugal, vencendo na categoria de “Líder de Mercado”. Na vertente de “Líder de Mercado”, a *Euromoney* volta a reconhecer o crescimento sólido do Santander na atividade de *trade finance* nos últimos anos em Portugal, com um crescimento sustentado da sua quota de mercado.



Melhor Serviço

O Santander foi premiado pela revista *Euromoney* como o “Melhor Banco de *Trade Finance*” em Portugal, vencendo na categoria de “Melhor Serviço”. Enquanto “Melhor Serviço”, destaca o trabalho prestado pelas equipas do Banco na concretização das operações financeiras de apoio à exportação, através de um conhecimento profundo do setor e de uma grande capacidade em executá-las.



Best Private Banking Services Overall

O *Private Banking* do Santander foi novamente distinguido pela revista *Euromoney* como o "Melhor em Portugal". É a 11ª vez consecutiva que esta publicação atribui o prémio de "*Best Private Banking Services Overall*" ao segmento. Em Portugal, a área de *Private Banking* registou no final de 2021, um crescimento de 10,8% no seu volume de negócios, de 14,6% no total de crédito e de 10,5% no total de recursos, comparando com o final de 2020.



Banco Mais Responsável – ESG

O Santander foi eleito o Banco Mais Responsável – ESG em Portugal, ao ocupar o primeiro lugar do setor no ranking da Merco ESG 2021. O estudo segue uma metodologia de avaliação exaustiva para aferir as empresas Mais Responsáveis em termos de ESG: com o meio ambiente; no âmbito interno, clientes e sociedade; e a nível ético e de *governance*.



Settlement & Custody

Pelo 3.º ano consecutivo, desde que foi criada a distinção, o Santander foi o vencedor na categoria de *Settlement & Custody* dos *Euronext Lisbon Awards 2022*. Nesta categoria é selecionado o Intermediário Financeiro que efetuou o maior número de emissões de ações e obrigações registados na Interbolsa, e não admitidas à negociação, ponderado pelos respetivos montantes. Criados em 2011, os *Euronext Lisbon Awards* distinguem emissores, intermediários financeiros, e outras instituições e pessoas que, no ano anterior à atribuição, se destacaram no mercado de capitais.



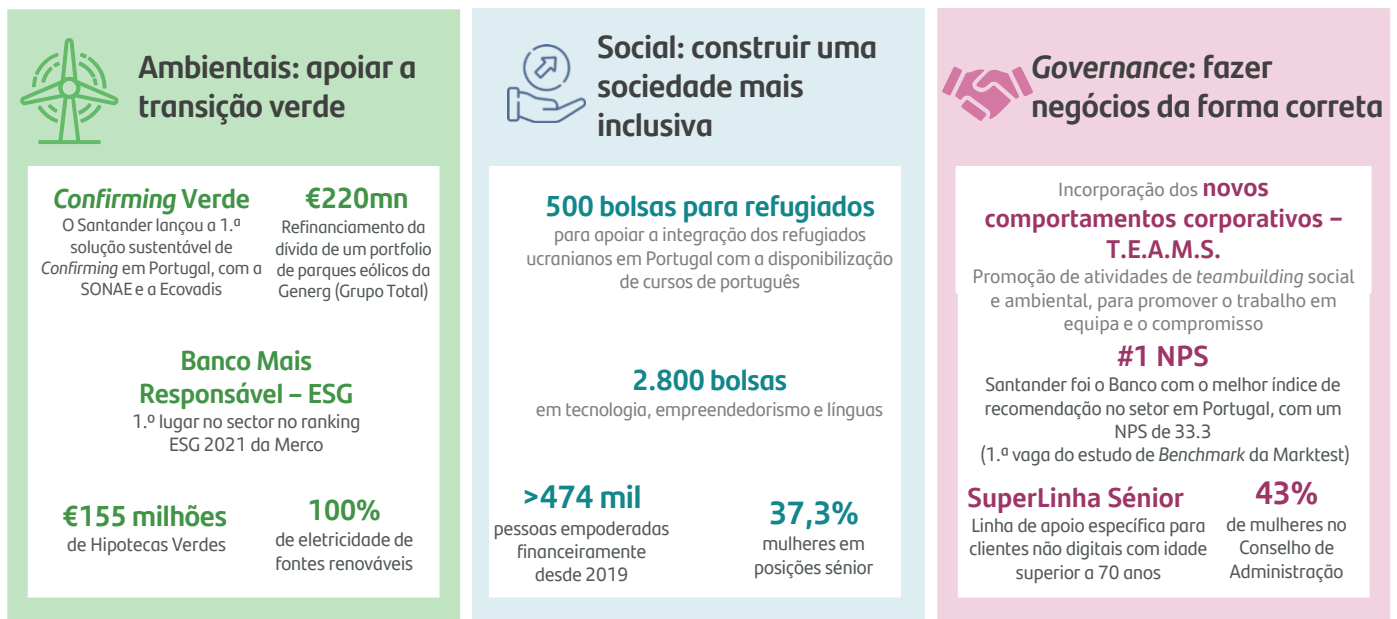
Gender Equality Index

O Santander obteve a maior pontuação do setor financeiro e posiciona-se em segundo lugar no Índice de Igualdade de Género referente ao ano de 2022, promovido pela *Bloomberg (Bloomberg Gender-Equality Index, GEI)*, que reconhece a excelência e o compromisso em matéria de igualdade e posiciona o banco como uma das empresas mais avançadas do mundo neste tema. Este Índice é o selo de excelência para empresas de todo o mundo que tornam público o seu compromisso com a igualdade e a presença da mulher no mercado de trabalho através da promoção de medidas, representação e transparência.

Estes prémios são da responsabilidade das entidades que os atribuíram

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Crítérios ESG incorporados na construção de um banco mais responsável



O Banco Santander em Portugal está comprometido com a sua missão de contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas, apoiando um crescimento inclusivo e sustentável.

As variadas iniciativas neste domínio tiveram um amplo reconhecimento através de diversos prémios que formam atribuídos recentemente.

A nível global, o Santander em Portugal foi distinguido com o prémio da **Euromoney de Inclusão Financeira** como resultado das iniciativas do Banco no acesso, financiamento e aumento da resiliência das populações nos mercados onde atua. Alinhado com a estratégia global do Grupo Santander, desde 2019, o Banco já empoderou em Portugal mais de 474 mil pessoas.

A **Euromoney** reconheceu ainda o Santander como o “**Melhor Banco em Responsabilidade Corporativa**” da Europa Central e Oriental nos seus “**Awards for Excellence 2022**”, como reconhecimento à contribuição do Banco na resposta humanitária à guerra na Ucrânia, com especial destaque às iniciativas em Portugal.



No atual contexto de crise humanitária, no mês de abril, o **Santander em Portugal juntou-se à Paróquia do Campo Grande e mobilizou-se para trazer da Polónia 178 refugiados ucranianos com laços familiares em Portugal.** A iniciativa contou com o apoio de Voluntários Santander no acompanhamento dos refugiados desde a Polónia e

no encaminhamento das famílias ucranianas para junto dos seus familiares em Portugal.

Os colaboradores do Santander em Portugal contribuíram para um **fundo de apoio financeiro para refugiados, a atribuir à Cruz Vermelha Portuguesa**, cujo valor foi duplicado pelo Santander.

Implementaram-se novas medidas como o lançamento de **500 Bolsas de português para refugiados** da Ucrânia, destinadas a apoiar a integração em Portugal das pessoas afetadas pela guerra.

No apoio aos clientes ucranianos, o Banco implementou uma **linha telefónica em ucraniano, isentou de comissões das transferências internacionais de e para a Ucrânia** até ao final de 2022 assim como a isenção de **comissão da conta básica (serviços mínimos) durante 12 meses.**

Como objetivo de responder a necessidades específicas dos seus clientes, durante o mês de junho, o Santander lançou a **SuperLinha Sénior**, uma linha de atendimento especial para clientes não digitais com mais de 70 anos, que servirá 195.000 clientes.

A Fundação Santander Portugal, recentemente criada, elege a Educação como pilar central da promoção da mobilidade socioeconómica e transição da economia portuguesa para um modelo de baixo carbono.

Foram lançados vários programas e atribuídas cerca de 3.000 bolsas em Portugal com o objetivo de dotar quer estudantes universitários, quer a população adulta em geral, de um conjunto de competências relevantes para o seu desenvolvimento profissional e pessoal. Destaque para o **Programa de Bolsas Santander Erasmus+**, para incentivar os

estudantes a experimentar uma vivência internacional, multicultural, e enriquecer o seu currículo académico e profissional através da participação em Programas de mobilidade.

Em linha com os objetivos traçados de promover, através da Educação, uma sociedade mais inclusiva e combater o risco de pobreza, a Fundação Santander Portugal estabeleceu diversas parcerias tais como i) com a

Academia do Johnson no combate à delinquência juvenil, através de um projeto-piloto denominado "Oficina de Pais", que visa acompanhar as famílias que educam os seus filhos em ambientes de risco, e ii) com a **EPIS – Empresários pela inclusão social**, cujo programa destina-se a combater o insucesso escolar e promover o empreendedorismo entre estudantes carenciados



Foi renovada a parceria com a **Orquestra Sem Fronteiras**, que tem como objetivo promover tanto a empregabilidade de jovens músicos como a divulgação da música na região da Raia.

O Banco está comprometido em construir uma economia mais verde e para isso está a ajudar os seus clientes a realizar escolhas sustentáveis e na transição para um modelo de negócios *netzero*.

Em matéria de **financiamento sustentável**, o Banco realizou a primeira operação de **Confirming Verde** em Portugal, em conjunto com a SONAE.

Adicionalmente, o Banco Santander elaborou um refinanciamento de dívida da carteira de parques eólicos da Generg, com uma capacidade total de 461 MW, no valor total de 220 milhões de euros.

O Santander é igualmente o **Banco que concedeu mais financiamento no âmbito do programa IFRRU 2020 - Instrumento Financeiro** para a Reabilitação e Revitalização Urbanas, **tanto no número de contratos efetuados, como ao nível de montante atribuído**, com um total de 433 milhões de euros, 47% do valor contratado pelo setor.

Por fim, o Santander continuou a disponibilizar aos seus clientes condições vantajosas para produtos sustentáveis, como o crédito habitação verde, *leasings* de automóveis elétricos e híbridos ou o crédito pessoal para energias renováveis. Destaca-se o financiamento a **crédito habitação verde** (habitações com certificados energéticos de categoria A ou A+), que totalizou 155 milhões de euros durante o 1.º semestre.

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:	António Maria Pinto Leite
Vice-Presidente:	Ricardo Andrade Amaro
Secretário:	Secretário da Sociedade

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:	José Carlos Brito Sítima
Vice-Presidente:	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vogais:	Amílcar da Silva Lourenço
	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais
	Cristina Alvarez Alvarez
	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça
	João Pedro Cabral Tavares
	Isabel Cristina da Silva Guerreiro
	Manuel António Amaral Franco Preto
	Manuel Maria de Olazabal y Albuquerque
	Maria Manuela Machado Farelo Ataíde Marques
	Miguel Belo de Carvalho
	Remedios Ruiz Macia
	Ricardo Lopes da Costa Jorge

COMISSÃO DE AUDITORIA

Presidente:	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais
Vogais:	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça
	João Pedro Cabral Tavares
	Manuel Maria de Olazabal y Albuquerque
	Maria Manuela Machado Farelo Ataíde Marques

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. representada por José Manuel Henriques Bernardo

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente:	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vice-Presidente:	Manuel António Amaral Franco Preto
Vogais:	Amílcar da Silva Lourenço
	Isabel Cristina da Silva Guerreiro
	Miguel Belo de Carvalho
	Ricardo Lopes da Costa Jorge

COMITÉ DE RISCOS

Presidente: Manuel Maria de Olazábal Albuquerque
Vogais: Daniel Abel Monteiro Palhares Traça
João Pedro Cabral Tavares
Maria Manuela Machado Costa Farelo Ataíde Marques
Remedios Ruiz Macia

COMITÉ DE REMUNERAÇÕES

Presidente: João Pedro Cabral Tavares
Vogais: Daniel Abel Monteiro Palhares Traça
Manuel Maria de Olazábal Albuquerque
Maria Manuela Machado Costa Farelo Ataíde Marques
Remedios Ruiz Macia

COMITÉ DE NOMEAÇÕES

Presidente: Daniel Abel Monteiro Palhares Traça
Vogais: Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais
Cristina Alvarez Alvarez
João Pedro Cabral Tavares
Manuel Maria de Olazábal Albuquerque

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Presidente: Jaime Pérez Renovales
Vogal: Maria Alexandra Teixeira Peres Brandão Palma Cavaco

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Secretário Efetivo: Bruno Miguel dos Santos de Jesus
Secretários Suplentes: Marta Maria Appleton de Serpa Pimentel Marques

ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

Economia Internacional

A dinâmica económica, no primeiro semestre de 2022, esteve indubitavelmente afetada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, no dia 24 de fevereiro, iniciando um conflito que teve graves repercussões sobre a economia mundial, ao conduzir a uma subida pronunciada dos preços da energia e das matérias-primas, os quais já vinham com uma trajetória de subida desde meados de 2021.

Assim, um ano que se perspetivava de plena recuperação do choque pandémico veio a ser afetado por um segundo choque de oferta, com a consequente deterioração das condições económicas e cujos principais efeitos poderão sentir-se mais marcadamente em 2023.

Crescimento Económico Mundial

	2021	2022P	2023P
Mundo	6,1	3,2	2,9
Países Avançados	5,2	2,5	1,4
EUA	5,7	2,3	1,0
UEM	5,4	2,6	1,2
Reino Unido	7,4	3,2	0,5
Japão	1,7	1,7	1,7
Países em Desenvolvimento	6,8	3,6	3,9
África	4,6	3,8	4,0
Ásia	7,3	4,6	5,0
China	8,1	3,3	4,6
Europa de Leste	6,7	-1,4	0,9
Médio Oriente	5,8	4,8	3,5
América Latina	6,9	3,0	2,0
Brasil	4,6	1,7	1,1

Fonte: FMI (julho de 2022)

O segundo choque de oferta provocado pela guerra traduziu-se numa aceleração pronunciada da inflação, que registou, no Verão de 2022, máximos de quase quatro décadas, resultando num duplo impacto: (i) uma intervenção mais musculada pelos bancos centrais, com uma subida mais rápida e mais pronunciada das taxas de juro de referência; e (ii) uma deterioração do poder de compra das famílias, com impacto sobre a sua despesa, além do agravamento dos encargos com energia e matérias-primas para as empresas.

Em resultado, assistiu-se, ao longo do segundo trimestre, a uma deterioração da confiança dos agentes económicos, acompanhada de uma revisão em baixa das projeções de crescimento, tanto para 2022, como em especial para 2023.

O Fundo Monetário Internacional, nas projeções de julho do "World Economic Outlook", incorporou precisamente esses riscos, antecipando uma desaceleração pronunciada da atividade, em especial nas economias desenvolvidas, para 2023, com crescimento abaixo do potencial.

Os riscos estão enviesados em baixa, e associados, na Europa, a um corte total do fornecimento de gás russo a algumas economias, em especial a Alemanha.

Nos EUA, a economia contraiu já em cada um dos dois primeiros trimestres do ano, embora afetada por redução de existências e por contributos negativos das exportações líquidas. O consumo

privado manteve algum dinamismo, embora progressivamente afetado pela subida dos preços e consequente redução do poder de compra. O mercado laboral manteve-se bastante dinâmico, com criação líquida de emprego e a estabilidade da taxa de desemprego em redor de 3.5%.

A aceleração da inflação (que atingiu um máximo de 9,1% em junho) requereu uma intervenção mais rápida por parte da Reserva Federal, que iniciou o ciclo de subida de taxas em março e posteriormente acelerou o ritmo de subida, tendo em julho subido as taxas em 75pb, a maior subida desde 1994.

A zona euro é a região mais afetada pela guerra, considerando sobretudo a maior dependência energética face à Rússia, com os consequentes efeitos decorrentes da redução na oferta e da subida dos preços. Os indicadores de curto prazo começaram a evidenciar uma mais pronunciada desaceleração da atividade, em especial com riscos para o segundo semestre do ano. Contudo, o mercado laboral também permaneceu dinâmico, com a taxa de desemprego em mínimos históricos.

O Banco Central Europeu, em março, comunicou que iria iniciar a progressiva normalização da política monetária, começando pelo término do Programa de Emergência Pandémica de aquisição de ativos (PEPP), no final do primeiro trimestre, e posterior término do programa de aquisição de ativos financeiros (APP), em outubro, após o que se iniciaria a subida das taxas de juro de referência.

A mais rápida aceleração da inflação, que atingiu um máximo de 8,9% em julho (e com alguns países já com inflação nos dois dígitos), levou o BCE também a acelerar o ritmo de subida de taxas, tendo em julho subido as taxas de juro de referência em 50pb, colocando a taxa de refinanciamento em 0,5% e a taxa de depósito em 0%, assim pondo termo a um longo período de taxas de juro negativas. Em junho o BCE havia sinalizado uma subida de 25pb, mas teve de agir em função da dinâmica inflacionista e como forma de evitar a materialização de efeitos de segunda ordem.

Nos mercados emergentes, a atividade iniciou igualmente uma dinâmica de desaceleração, fruto da conjugação de vários fatores.

Por um lado, as perturbações nas cadeias de valor ainda causadas pela pandemia na China, com a aplicação de *lockdowns* em resposta a surtos de Covid-19. Na China, ainda, subsistiram problemas no mercado imobiliário, afetando o investimento.

Por outro lado, os riscos decorrentes das perturbações no fornecimento de matérias-primas alimentares, em especial cereais, na medida em que os dois países em conflito são dos principais produtores mundiais de cereais. Acrescem os efeitos da subida dos preços.

Adicionalmente, os efeitos que a subida das taxas de juro, em especial as do dólar norte-americano, têm sobre os custos de financiamento para as economias emergentes.

Como referido, no primeiro semestre de 2022, o enquadramento da política monetária sofreu uma alteração profunda, com o término do período de taxas de juro negativas, em particular na zona euro.

Nos EUA, a Reserva Federal deu primazia ao objetivo de estabilidade dos preços, em detrimento da atividade económica, mantendo uma orientação de subida de taxas de juro, apesar dos riscos negativos para a atividade económica.

Na zona euro, o BCE, depois da antecipação das subidas em julho, continuou a sinalizar a necessidade de subida das taxas de juro de referência, mas a decisão estará dependente da informação disponível à data de cada reunião.

Em resultado, as taxas de juro de curto prazo de mercado atingiram níveis não observados desde há vários anos. Nos EUA, a taxa Libor 3 meses aproximou-se dos 3%, o que não ocorria desde antes da Grande Crise Financeira (GFC), de 2008.

Na zona euro, a taxa Euribor 3 meses aproximou-se, em agosto, dos 0.5%, o nível mais elevado desde 2011 e que terminou efetivamente o período de taxas de juro negativas que vigorou desde 2015.

A aceleração da inflação e a intervenção dos bancos centrais influenciou, também, a dinâmica das taxas de juro de longo prazo, num movimento que se caracterizou inclusive por alguma volatilidade.

Nos EUA, a yield a 10 anos ultrapassou os 3%, e a curva de rendimentos inverteu entre os 10 anos e os 2 anos, o que não ocorria desde antes da GFC. Uma inversão da curva de rendimentos é tradicionalmente identificada como indicador avançado de um posterior período recessivo.

Na zona euro, as yields também subiram, em resultado da aceleração da inflação e do término dos programas de aquisição de ativos. Contudo, a dinâmica foi diferenciada entre países, com uma subida mais pronunciada para os países periféricos, em especial Itália.

Para assegurar a normal transmissão da política monetária, em julho, o BCE anunciou a criação do "Instrumento de Proteção da Transmissão", que será utilizado em casos onde movimentos indesejados e desordenados dos mercados possam colocar em causa a transmissão da política monetária na zona euro. A decisão de utilização cabe ao BCE, sendo que os países alvo da intervenção devem cumprir um conjunto de critérios, relacionados com a não existência de um procedimento de défices excessivos, a ausência de desequilíbrios macroeconómicos e a sustentabilidade das contas públicas.

Economia Portuguesa

Em Portugal, a atividade económica revelou um maior dinamismo no início do ano, em parte fruto de efeitos de base relacionados com as vagas pandémicas (em 2021, no primeiro trimestre tinha havido um novo confinamento geral). Contudo, nos três primeiros meses de 2022, assistiu-se a um crescimento em cadeia generalizado, o que (i) permitiu que a economia quase recuperasse os níveis pré-pandemia e (ii) deixava perspetivas favoráveis para o crescimento no conjunto do ano de 2022.

Dados Macroeconómicos

	2021	2022P	2023P
PIB	4,9	6,9	1,0
Consumo Privado	4,5	4,8	-0,6
Consumo Público	4,1	2,7	3,3
Investimento	7,9	-1,1	0,7
Exportações	13,1	20,5	2,9
Importações	13,1	11,4	1,5
Inflação média	1,3	7,5	3,7
Desemprego	6,6	6,4	6,7
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,8	-1,5	-0,9
Dívida pública (% do PIB)	127,4	118,2	115,6
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	0,7	0,3	0,5

Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdP e Estudos Santander Portugal

O cenário de guerra e a subida dos preços da energia e das matérias-primas vieram alterar o enquadramento, tendo a atividade já contraído marginalmente no segundo trimestre (-0,2%), embora com um crescimento de 6,9% face ao mesmo período do ano passado.

Esta desaceleração homóloga foi explicada por um menor contributo do consumo privado e investimento, que terão começado a sofrer os efeitos das subidas de preços.

Já a procura externa teve um contributo positivo para o crescimento, fruto em grande medida da recuperação da atividade turística, que, em algumas regiões, recuperou, ou mesmo ultrapassou, o volume de turistas observado antes da pandemia, em especial em termos de não residentes.

Esta recuperação deverá ser um fator marcante, em particular durante os meses, de verão, contribuindo para mitigar os efeitos adversos da guerra em curso na Ucrânia.

Em julho, a inflação acelerou para 9,1%, um máximo desde 1992, o que coloca pressão sobre os orçamentos familiares, fator ao qual acresce o impacto da subida das taxas de juro, em especial no crédito à habitação.

Contudo, as famílias beneficiam de uma situação de pleno emprego, com a taxa de desemprego a situar-se em 5,7%, no final do segundo trimestre. Adicionalmente, ainda dispõem da poupança acumulada durante o período da pandemia, com o volume de depósitos das famílias em níveis máximos. A taxa de poupança retrocedeu face aos máximos de 2021, mas permanecia ainda em 8,3% no final do primeiro trimestre.

A conjuntura económica, no decurso do 2.º trimestre de 2022, caracterizou-se por uma diminuição do indicador de clima económico, decorrente de uma queda expressiva da confiança

no setor de Construção e Obras Públicas, apesar da subida nos setores da Indústria Transformadora e de Comércio e Serviços.

Na Indústria Transformadora, a melhoria de confiança ao longo deste período deveu-se ao contributo positivo das perspetivas de produção, mitigando os impactos negativos relativos à evolução da procura interna e externa. No setor da Construção, a forte queda da confiança deveu-se ao contributo negativo da carteira de encomendas e das perspetivas de emprego. No Comércio, o aumento da confiança resultou da melhoria relativa ao volume de vendas e das perspetivas de atividade da empresa, mitigado pela deterioração das apreciações sobre o volume de stocks. Nos Serviços, o aumento da confiança deveu-se à apreciação positiva relativa à atividade da empresa, que mais do que compensou o contributo negativo sobre a evolução da carteira de encomendas e perspetivas de evolução da procura.

O endividamento do setor privado não financeiro reduziu-se para 197% do PIB (-6pp face ao 1T21), no primeiro trimestre, fruto da redução quer do endividamento das empresas (em 4pp, para 129%) e das famílias (em 2pp, para 68% do PIB).

A dívida pública também se reduziu, neste período, em 9pp, para 126.7% do PIB.

Apesar da maior complexidade do contexto macroeconómico, a expansão da atividade, juntamente com a subida dos preços, refletiu-se num maior crescimento da receita fiscal. Assim, a junho, o saldo das Administrações Públicas, na ótica da contabilidade pública, traduziu-se num excedente 1,1 mil milhões de euros, destacando, por um lado, o crescimento da receita (+20%) e a redução da despesa em 1.7%.

Como referido anteriormente, a dinâmica das taxas de juro de financiamento da República refletiu as dinâmicas de mercado e a atuação do Banco Central Europeu. A yield dos 10 anos subiu até 2,3%, um acréscimo de 182pb face ao valor de final de 2021.

A notação de risco da República atribuída pelas agências S&P, Fitch e Moodys é de BBB (positivo), BBB (estável) e Baa2 (estável), respetivamente. A agência DBRS mantém o rating BBB high (positivo).

Nota: texto escrito com a informação disponível até 19 de agosto de 2022.

Principais riscos e incertezas para o 2.º semestre de 2022

Os principais riscos e incertezas para a atividade do Santander em Portugal no decurso do segundo semestre de 2022 continuam a estar associados aos dois grandes fatores já identificados no Relatório Anual de 2021.

O primeiro está associado à rápida aceleração da inflação, num processo inicialmente decorrente da subida dos preços das matérias-primas, em especial energéticas, fruto das tensões nas cadeias de valor globais provocadas pela pandemia. No primeiro semestre de 2022, a inflação acelerou mais rapidamente, de forma mais transversal, materializando o contágio dos custos energéticos a outras classes de bens e serviços, assim como efeitos de segunda ordem, relacionados com o impacto ao nível dos aumentos salariais.

Em consequência, os bancos centrais aceleraram o ritmo de subida das taxas de juro de referência, de forma generalizada, e comunicando que, no atual contexto, o objetivo de estabilidade dos preços domina a sua atuação. Nos EUA, a Reserva Federal, nas reuniões de junho e julho subiu as taxas de juro em passos de 75pb, o que não ocorria desde 1994, e que é indicativo da preocupação quanto aos riscos de que a inflação elevada se possa transformar num processo estrutural. O Banco Central Europeu, em julho, subiu a taxa de refinanciamento em 50pb, para 0,5%, a um ritmo mais rápido do que tinha sinalizado anteriormente, também em consequência da maior persistência da inflação. Relativamente à reunião de setembro, o BCE deixou em aberto a sua atuação, em termos da dimensão da subida, ficando dependente das perspetivas económicas, de atividade e inflação, disponíveis à data.

O segundo fator de risco decorre da invasão da Ucrânia, pela Rússia, na noite de 23 para 24 de fevereiro de 2022, e guerra subsequente que prossegue à data de elaboração deste relatório (19 de agosto). A imposição de sanções à Rússia, em resposta à ofensiva militar, terá impactos económicos adversos, em especial na Europa, que se conjugam com a subida dos preços das matérias-primas e, em especial, da energia. A Rússia é o 3.º produtor mundial de crude e é o maior fornecedor de gás natural à Europa. Em resultado, os preços das matérias-primas escalaram, para máximos de mais de uma década, como é o caso do petróleo, enquanto o fornecimento de gás russo à Europa central tem vindo a ser progressivamente reduzido, como medida de retaliação.

Portanto, a Europa, e também Portugal, sofre um duplo choque, com uma aceleração mais acentuada da inflação, que está a ser acompanhada de uma subida das taxas de juro.

A subida da inflação reduz o poder de compra das famílias, o que pode resultar numa retração do consumo, dinâmica que poderia ser ampliada com um aumento da incerteza, relacionada com o conflito e com a subida das taxas de juro. Do lado das empresas, pode ocorrer que não haja capacidade de repercutir plenamente nos preços de venda o agravamento dos custos, reduzindo as respetivas margens, além da maior incerteza poder conduzir ao adiamento das decisões de investimento.

Ao nível da subida das taxas de juro pelos bancos centrais, as incertezas prendem-se com a velocidade de subida (que está a ser mais rápida) e com o nível onde virão a estabilizar, no final do ciclo de subida. Este agravamento dos custos de financiamento resulta, quer para as famílias, quer para as empresas, na redução de rendimentos que pode afetar a capacidade de cumprimento do serviço da dívida, em particular para os clientes que tenham sido mais afetados pela pandemia, e que já estavam a ser monitorizados na sequência do término das moratórias de crédito, no final de setembro de 2021.

A atual conjugação de fatores de risco traduz-se num contexto de incerteza elevada e na geração de riscos negativos para o crescimento, mas cujos impactos plenos não podem ainda ser devidamente computados.

Portanto, o Santander em Portugal irá executar a sua atividade num contexto complexo, com riscos de maior abrandamento da atividade e com taxas de juro mais elevadas, requerendo a continuação da constante monitorização da qualidade creditícia.

ÁREAS DE NEGÓCIO E DE SUPORTE AO NEGÓCIO

Particulares e Negócios, Empresas e Institucionais

A atividade comercial, no decurso do primeiro semestre de 2022, foi particularmente afetada por dois factos relevantes. Por um lado, um impacto negativo decorrente da guerra na Ucrânia, com uma retração na componente de Investimento. Por outro lado, a retoma da vida presencial sem restrições teve um impacto positivo, sobretudo na dinâmica do comércio e de afluência aos Balcões.

Transformação de Balcões e Simplificação de Processos

O Banco deu seguimento ao processo de melhoria e capacitação tecnológica dos Balcões, como resposta à mudança de comportamentos e necessidades dos seus clientes.

Ao longo de todo o semestre, o Banco investiu fortemente no aumento de novas VTM (*Virtual Teller Machine*) que permitem em autosserviço e a qualquer hora do dia ou da noite e 7 dias por semana, fazer depósitos em notas e moedas, bem como troco e destroco. Foram já instaladas 57 e está já em curso a instalação de mais 30, em adição às 110 MDR (que permitem depósitos de notas) e às 186 ATM-DV, com possibilidade de depósito. Mais de 80% dos Balcões têm hoje a possibilidade de aceitar depósitos e levantamentos em self-service 24 horas por dia e 7 dias por semana.

Em consequência destas tendências e da utilização crescente dos canais digitais, o Banco tomou também a decisão de reduzir o horário de abertura ao público em parte dos Balcões, mantendo a zona de self-service sempre disponível e com máquinas adequadas.

Particulares

No segmento de Particulares, apesar da subida progressiva das taxas de juro, em reação à alteração de política monetária pelo BCE, o **crédito habitação** manteve uma dinâmica muito forte, tendo a produção voltado a crescer no 2.º trimestre e ultrapassando a fasquia dos mil milhões de euros. Deste modo, a nova produção terminou o semestre perto dos 2 mil milhões de euros, com uma quota de mercado superior a 22%.

O mês de junho refletiu pela primeira vez no ano uma ligeira queda na entrada de novos processos, fruto do cenário de incerteza e de aumento de taxas de juro.

O Banco, através da sua área “Comprar Casa”, tem vindo a melhorar cada vez mais o serviço ao cliente através do processo *Open House* e de uma estrutura de especialistas de apoio técnico à contratação neste produto.

Na mesma linha, o **crédito pessoal** também apresentou uma trajetória ascendente, alcançando uma produção superior a 300 milhões de euros no semestre, sendo de destacar a contratação de crédito pessoal online que representou mais de 25% do crédito pessoal concedido, bem como o contributo da área de Vendas Digitais (venda através de canal remoto) em complemento à contratação de crédito tradicional nos Balcões.

Com o fim das restrições da pandemia assistiu-se a um aumento significativo da abertura de novas contas, com uma percentagem significativa de clientes oriundos do estrangeiro.

Em termos de Seguros Autónomos, o Banco disponibilizou o novo Seguro Auto Empresas e lançou uma iniciativa de *engagement* para promover a associação da marca Santander ao tema da Saúde. Em paralelo, foram desenvolvidas novas ferramentas comerciais, nomeadamente a visão 360 para consulta pelo gestor que inclui uma perspetiva integrada dos seguros do cliente. Por fim, a nova dinâmica comercial (um *champion* de seguros por Balcão) foi alargada a todos os Balcões e realizaram-se diversas campanhas comerciais com condições preferenciais para Particulares e para Empresas. Relativamente a Seguros Associados ao Crédito, destaque para a melhoria das jornadas de crédito com os seguros em contexto, a disponibilização de argumentários comerciais e a melhoria do seguimento das novas operações de crédito com seguro.

No que respeita a Seguros Associados ao Crédito, foram lançadas diversas iniciativas para estimulação da penetração, entre as quais se destacam a melhoria das jornadas de crédito com os seguros em contexto, a disponibilização de argumentários comerciais e a melhoria do seguimento das novas operações de crédito com seguro. Em paralelo, a formação e foco da Linha de Retenção para pedidos de cancelamento do Seguro de Vida associado ao Crédito Habitação e do Seguro SafeCare Saúde foram o foco durante o primeiro semestre.

Empresas e Negócios

A constante incerteza e mudança do contexto económico continua a exigir do Banco um grande esforço de adaptação no acompanhamento da atividade das Empresas e dos Negócios, quer na avaliação dos impactos decorrentes da mudança, quer na identificação e disponibilização de instrumentos e soluções financeiras que os apoiem na minimização desses impactos, reforcem a sua situação económico-financeira e apoiem na transição para uma economia mais eficiente e ambientalmente sustentável.

Nesse sentido, e uma vez mais, o Santander em Portugal está na linha da frente na aplicação das políticas públicas de combate aos impactos económico-sociais, assumindo empenhadamente o seu papel na colocação dos instrumentos financeiros lançados pelo Estado Português, bem como disponibilizando uma oferta financeira e não financeira completa e inovadora que apoia as Empresas e os Negócios na adaptação às novas realidades durante as diferentes fases da sua cadeia de valor, contribuindo quer para a rápida adaptação à mudança e maior eficiência na gestão dos seus ciclos de tesouraria (em especial, *factoring* e *confirming*), quer para financiamento dos investimentos produtivos e de transição para uma economia mais eficiente e sustentável.



A este propósito, o Banco continua comprometido em apoiar as Empresas e Negócios no acesso aos Fundos Europeus, sejam os provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), sejam os que serão disponibilizados pelo novo Quadro Comunitário de Apoio – PT 2030, bem como no acesso às melhores condições de financiamento, disponibilizando um conjunto de

Linhas com o Fundo Europeu de Investimento (FEI), o Banco Europeu do Investimento (BEI) e com o Banco Português de Fomento/Sistema Nacional de Garantia Mútua, cujos benefícios das garantias são transferidos para os clientes, através de condições de mercado vantajosas, permitindo que o financiamento chegue a um maior número de empresas.

O Santander em Portugal está igualmente comprometido com a transição para uma economia mais eficiente e sustentável, estando a reforçar a oferta de valor disponível com soluções de financiamento com condições que motivam as Empresas e os Negócios a contribuir para a transição climática e, indiretamente, apoiam o cumprimento do compromisso de Portugal alcançar a neutralidade carbónica até 2050.

No que respeita ao **Negócio Internacional**, as equipas de *Trade Finance* reforçaram a sua proximidade às empresas, continuando a atividade de originação de negócio e estruturação de operações mais complexas junto de importadores e exportadores nacionais, assim mantendo uma sólida presença na maioria das operações de *Trade Finance*, sinal inequívoco da confiança dos clientes e da imagem de solidez e credibilidade do Banco nos mercados internacionais.

O *SWIFT GPI*, que permite a validação em tempo real da situação e execução e receção de pagamentos internacionais, bem como a verificação do estado das transferências a serem enviadas/recebidas do estrangeiro, continua a ser uma oferta única e inovadora no mercado, que já conta com um elevado número de clientes registados, correspondendo aos emitentes de mais de 40% dos pagamentos SWIFT.

Em março de 2022, e pelo terceiro ano consecutivo, o Banco Santander em Portugal voltou a ser distinguido pela revista ***Euromoney*** com o prémio de **Melhor Banco de *Trade Finance*** em Portugal, vencendo nas categorias de “**Líder de Mercado**” e “**Melhor Serviço**”.

Ao nível dos Bancos Correspondentes importa referir a implementação da plataforma *finCase* que permite um processo de faturação mais automático e eficiente junto dos bancos internacionais e ao reforço do posicionamento do Banco como parceiro de grandes projetos internacionais com especial foco em ESG, apoiando grandes contrapartes globais.

Estrangeiros e Residentes no Exterior

Portugal continua a ser um país com um enquadramento atrativo para estrangeiros interessados em investir em Portugal ou em viver em Portugal permanentemente ou com residência habitual, este fenómeno foi especialmente ampliado pela procura de mão de obra em setores como o turismo, restauração, construção, entre outros. Por outro lado, a comunidade de emigrantes portugueses residentes no estrangeiro tem um relevo muito significativo.

Atento a estes dois segmentos, o Banco dispõe de uma equipa centralizada cujo principal objetivo é o desenvolvimento de laços comerciais fortes e de proximidade com as comunidades de portugueses e lusodescendentes residentes no estrangeiro, bem como a promoção e captação de clientes estrangeiros que escolhem Portugal para investir e/ou estabelecer a sua residência. Dentro desta equipa o Santander dispõe de um serviço de gestão remota de clientes residentes no exterior – o **Santander Próximo Internacional**, criado em 2021, o qual tem vindo a reforçar e a consolidar a sua atuação e as suas competências. Trata-se de um balcão digital, dedicado a clientes que residem fora de Portugal, que disponibiliza um serviço de atendimento especializado em várias línguas e com recurso a toda a tecnologia necessária para acompanhamento à distância e uma equipa 100% dedicada a estes clientes.

Perante esta aposta do Banco na transformação digital, tem-se assistido a uma redução da necessidade de contacto físico, o que permitiu que em 2021 o Banco tivesse reduzido a sua presença física, nomeadamente com o encerramento dos escritórios de representação da Alemanha, França e Suíça, países onde os clientes já estão a ser acompanhados através deste modelo de serviço digital.

Destaque merece também a ação de acolhimento e abertura de conta simplificada e com o apoio de uma linha especializada para refugiados ucranianos, principalmente nos meses abril e maio.

Wealth Management and Insurance

O primeiro semestre de 2022 foi altamente condicionado pelos fatores já anteriormente identificados, nomeadamente a invasão da Ucrânia pela Rússia e as suas repercussões sobre a aceleração da inflação e a condução da política monetária. O foco colocado no combate à inflação levou os bancos centrais, FED e BCE a comunicarem subidas, de forma mais ou menos agressiva, das suas taxas diretoras, levantando a questão do impacto que estas possam ter no crescimento económico e eventual recessão.

A volatilidade foi uma clara característica do primeiro semestre, com os principais índices acionistas a revelarem desvalorizações acentuadas no semestre. Também nos mercados de taxas de juro a correção e volatilidade foi uma constante ao longo do semestre, com a yield da dívida pública alemã a 10 anos a passar de taxas negativas no início do ano para valores acima de 1% no final do semestre. Por sua vez, o

dólar americano registou uma valorização muito forte face ao euro, não só por ser percecionado como um ativo de refúgio em momentos de maior incerteza, mas também como resultado das expectativas económicas para cada um dos mercados. Esta volatilidade e sincronia entre as várias classes de ativos tem-se revelado um desafio para a gestão dos ativos financeiros de clientes.

A generalidade dos indicadores de negócio do *Private Banking* do Santander em Portugal, durante o primeiro semestre de 2022, evoluiu necessariamente influenciada por este ambiente macroeconómico, obrigando a uma ainda maior proximidade aos clientes e acompanhamento mais recorrente de carteiras e posições de clientes. O património gerido do segmento cresceu cerca de 2% no semestre, incluindo um crescimento de 2% em fundos e seguros e mandatos discricionários (sem efeito de mercado).

O crescimento da base de clientes do *Private Banking* continuou a mostrar uma dinâmica e crescimento assinaláveis ao longo do primeiro semestre, assente numa forte atividade de prospeção externa, e uma grande colaboração e apoio da rede de Balcões e de centros empresas.

Neste contexto de elevada volatilidade de mercado, ao nível da atividade da Santander Asset Management (SAM), o semestre foi marcado por resgates nos recursos fora de balanço na ordem dos 64 milhões de euros, montante inferior a 1% do total da carteira. Durante este período, a SAM procurou gerir os seus fundos de investimento mobiliário (FIM) de uma forma ativa, com o objetivo de minimizar as perdas dos seus participantes, tendo registado um valor de carteira em comercialização na ordem dos 3.781 milhões de euros, a que corresponde uma quota de mercado de 16,2%.

As soluções de Reforma constituíram um foco comercial muito relevante, com o objetivo de sensibilizar os clientes para a importância da implementação de hábitos de poupança. O Santander registou uma quota importante nesta tipologia de produtos, superior a 20%.

Na área de Seguros Financeiros, promoveram-se os produtos diversificados ou mistos, orientados para os diversos segmentos do Banco. Esta tipologia de produto encerrou o semestre com 3.781 milhões de ativos sob gestão, sendo que o montante de vencimentos foi relativamente reduzido e ascendeu aos 25 milhões de euros

Neste período, o Banco continuou o seu trajeto na melhoria da qualidade do serviço e da experiência do Cliente. Neste sentido, foi desenvolvido um processo de contratação de produtos financeiros à distância, permitindo uma melhoria do serviço prestado pelo Banco. Adicionalmente, este período exigiu uma maior proximidade junto dos clientes, tendo sido promovidas inúmeras sessões de esclarecimento presenciais com o intuito de transmitir e partilhar informação sobre a evolução dos mercados e dos produtos de investimento.

Corporate and Investment Banking

O primeiro semestre de 2022 reforçou o desafio que vivemos atualmente. A juntar ao contexto social, provocados pela guerra Rússia-Ucrânia e pelo Covid 19, assistimos a alterações macroeconómicas muito relevantes. De destacar, a subida da taxa de inflação, subida das taxas de juro e a paridade na taxa de câmbio do euro face ao dólar norte-americano.

Nos últimos anos, a relação com o cliente mudou, e o Banco acelerou a transição para o digital e melhorou as plataformas, permitindo uma comunicação mais útil e eficaz. O Banco apresentou soluções novas e inovadoras, com destaque para projetos ESG e de *Export Finance*, e renovou o compromisso com os clientes, apoiando as suas principais operações.

No âmbito ESG, importa referir a conclusão do primeiro *confirming* verde realizado em Portugal, para a Sonae, mantendo-se o foco na conversão de carteira em financiamentos sustentáveis. Em *Export Finance*, destaque para o mandato de *Lead arranger and lender* para 3 operações com ECAs (*Export Credit Agency*).

A carteira de crédito registou uma redução de -4,2% face ao período homólogo, justificada pela redução programada de algumas operações, num quadro de elevada capacidade de liquidez dos clientes.

Na área de **Global Debt Financing**, nos primeiros seis meses do ano de 2022, destaca-se o asseguramento, pelo Santander, da totalidade de um financiamento de 362 milhões de euros para aquisição de um portefólio de parques eólicos com 221MW de capacidade instalada pela Onex Holdings à EDP.

Adicionalmente, o Banco apoiou também a Generg, do grupo Total Eren, refinanciando a totalidade da dívida do seu principal portefólio de energias renováveis. Parte da dívida associada a estas duas operações, que somaram em conjunto mais de 580 milhões de euros, foi posteriormente colocada junto de outras instituições de crédito.

Com estas duas operações de crédito, o Santander volta a demonstrar a sua capacidade para assegurar o financiamento dos projetos estratégicos dos seus clientes, bem como a credibilidade do Banco junto de outras instituições de crédito nacionais e internacionais.

Adicionalmente, a área de *Global Debt Financing* teve um papel determinante na apresentação de soluções inovadoras e dinamizadoras dos objetivos de descarbonização da economia portuguesa, destacando-se a assessoria financeira aos primeiros projetos industriais que incluem o Hidrogénio verde na sua cadeia produtiva.

Durante este período foram, ainda, concluídas diversas operações relevantes de financiamento num conjunto alargado de setores, destacando-se vários financiamentos no setor imobiliário e no setor industrial.

A área de **Corporate Finance** continuou a desenvolver, em 2022, uma intensa atividade em operações de Fusões & Aquisições, destacando-se a conclusão com sucesso das

seguintes operações de assessoria financeira:

- Assessoria à Atlantia, na operação de venda da participação de 17,2% detida na Lusoponte à MM Capital Partners, subsidiária da Marubeni Corporation;
- Assessoria à Penta Flex, na operação de cisão entre a Cordex e a Flex 2000;
- Assessoria financeira à Altri e Greenvolt, no processo de *spin-off* da Greenvolt;
- Atuação como *Joint Global Coordinator* no aumento de capital/Oferta Pública de Subscrição da Greenvolt, no valor de 100 milhões de euros.

Na **Tesouraria**, particularmente na área de *Corporate and Commercial Banking*, o primeiro semestre de 2022 ficou marcado pelo crescimento da atividade num contexto de mercado particularmente desafiante. A escalada da inflação verificada nas principais economias resultou num rápido reajustamento das expectativas no sentido de subidas de taxas de juro mais acentuadas, o que encareceu o custo das coberturas de risco de taxa de juro numa fase em que as taxas Euribor não tinham ainda iniciado o movimento de subida.

No segmento **Cambial**, manteve-se o ritmo de crescimento dos canais digitais, com um incremento em 21% do número de clientes a utilizar a plataforma de câmbios do NetBanco desde o início do ano.

Na operativa de **gestão de risco de taxa de juro**, a subida das taxas de juro de longo prazo, relativamente à dinâmica das taxas Euribor, foi um desafio para a atividade, durante o segundo trimestre, mas a contratação de soluções de gestão de risco de taxa de juro manteve a tendência de crescimento dos últimos trimestres.

Na área de **Produtos Estruturados** para retalho, no primeiro semestre de 2022, foram lançados dois produtos, o DUO 80-20 "Ageing Population" e o DUO 80-20 "Auto Callable Equity Basket", que captaram um total superior a 20 milhões de euros.

Na área de **Cash Equities**, o mercado acionista, após um início de ano ligeiramente abaixo dos primeiros meses de 2021, justificado pela redução de ordens para os mercados norte-americanos, evidenciou uma recuperação ao longo do semestre. Nos últimos meses, os volumes transacionados online ultrapassaram a média do ano de 2021. De destacar durante este período um aumento dos volumes negociados em obrigações e em ETFs.

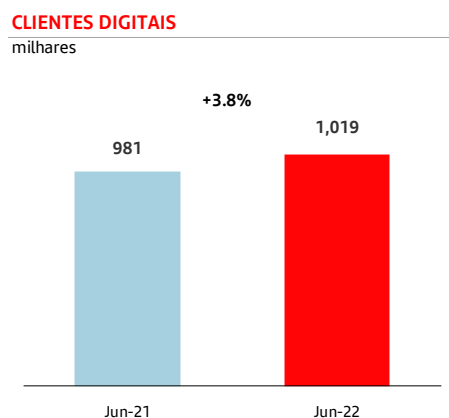
Transformação Digital

Durante os primeiros seis meses do ano, o Banco Santander tem continuado a fortalecer o seu processo de transformação digital, com o principal objetivo de fortalecer a proximidade com os seus clientes e a simplificação de processos através de soluções digitais.

Esta estratégia tem permitido consolidar a tendência de

crescimento do número de clientes digitais, um dos principais objetivos desta área.

No final deste semestre de 2022, o Banco registava 1 milhão e 19 mil clientes digitais, um incremento de 3,8% em relação ao período homólogo (mais 38 mil clientes).



Canais Particulares

No final do ano passado, o Banco lançou a nova *App* Particulares e, nos primeiros meses de 2022, finalizou a migração dos clientes para este novo modelo de experiência de banca *mobile* comum para as várias geografias do Grupo Santander na Europa.

No que toca à adoção de canais digitais, no final deste semestre de 2022, a *App* tinha 707 mil clientes digitais. À data, 475 mil clientes utilizam exclusivamente a *App*. Relativamente à intensidade de utilização, os números de logins médios mensais por utilizador foram de 21. Estes valores representam uma ligeira redução comparativamente ao período anterior, refletindo uma crescente adoção deste canal por Clientes com uma utilização menos intensiva.

No canal *web*, o número de utilizadores manteve-se em linha em relação ao ano anterior, tendo fechado o período com 432 mil utilizadores no NetBanco Particulares com logins nos últimos 30 dias. Quanto aos *logins* médios do NetBanco Particulares verificou-se que este valor se manteve constante nos 8 *logins*.

Relativamente a indicadores de satisfação, o NPS – *Net Promoter Score* dos Canais Digitais Particulares manteve a trajetória positiva tanto para o NetBanco como para a *App*.

Nestes primeiros seis meses, o Banco prosseguiu o processo de desenvolvimento da *App* e modernização do NetBanco. Para a *App* destacam-se as iniciativas de melhoria de Consulta, Notificações, Carregamentos e Pagamentos. Relativamente ao canal NetBanco identificaram-se como funcionalidades chave a nova Posição Global que passou a ser a página de entrada, a nova Página de Contactos, uma melhoria na organização da funcionalidade de carregamentos e novas funcionalidades de gestão de débitos diretos. Estas melhorias implementadas

refletem, não só uma interface mais moderna, como uma nova arquitetura da informação, otimizada às atuais necessidades dos clientes.

No que toca ao aumento da oferta de produtos em Canais, foi lançado o novo *OneClick sales* Acidentes, bem como, a venda Robusta no seguro *SafeCare* Saúde Viva mais. Os clientes de NetBanco Particulares conseguem também consultar os eventos corporativos, abrir a conta de títulos com contas solidárias, alterar limites do cartão de crédito e consultar os seus seguros associados ao crédito. Para além disso, na área de Pagamentos em Atraso, passaram a estar disponíveis para pagamentos mais tipos de empréstimos e produtos de Leasing. Também nos canais digitais e em modo autosserviço os clientes têm disponível a abertura de conta digital agora para 2 titulares e para não residentes.

Os clientes *Private*, conseguem aceder via NetBanco Particulares a um novo portal de banca privada.

Os clientes do NetBanco conseguem classificar e dar a sua opinião sobre mais funcionalidades e produtos.

Canais Empresas

Nos primeiros seis meses deste ano, o Banco continuou a fortalecer a relação com os clientes Empresa com novas funcionalidades nos canais.

Em junho de 2022, o NetBanco Empresas apresentava 112 mil utilizadores, com logins nos últimos 30 dias, incremento de 2,5%, ou seja, 3 mil utilizadores face ao fecho de 2021.

A *App* Empresas mantém a tendência de crescimento dos seus utilizadores, alcançando um total de 42 mil utilizadores no fecho do semestre e continua na liderança no rating das *App Stores* nas *Apps* Bancárias para empresas.

Relativamente à intensidade de utilização, os números de *logins* médios mensais por utilizador foram de 22 *logins* para o NetBanco Empresas e para *App* Empresas. Verificou-se uma ligeira redução no canal NetBanco Empresas e incremento de *logins* médios mensais no canal de *App* empresa, reflexo da crescente adoção destes canais por Clientes com uma utilização menos intensiva.

Durante este primeiro semestre de 2022, o Netbanco Empresas disponibilizou aos seus clientes um novo fluxo de cancelamento de POS, bem como mais possibilidades de pagar as suas dívidas de incumprimento para mais tipos de empréstimos e produtos Leasing.

Para além disso, os clientes têm uma melhor experiência na funcionalidade dos Depósitos a Prazo, no pedido de Cartões Refeição, bem como, na consulta das novidades.

Na *App* Empresas os clientes conseguem hoje carregar os seus cartões pré-pagos.

Procedeu-se ao reforço, nos canais *web* e *mobile*, da possibilidade de os clientes darem a sua opinião sobre os mesmos através de inquéritos, que auxiliam o Banco a compreender as suas principais necessidades. Ao recolher de forma sistemática estes *insights*, o Banco reforça o foco permanente no cliente e a chave para a sua criação de valor.

Tecnologia e Operações

As Direções de **Tecnologia**, em alinhamento com as áreas de negócio e de transformação digital, continuaram a implementar soluções digitais orientadas aos seus colaboradores e aos seus clientes, promovendo a adoção de novas tecnologias, arquiteturas modernas e abordagens de desenvolvimento ágeis. No contexto regulamentar, assegurou a implementação de iniciativas para garantir o cumprimento das exigências de carácter legal ou regulamentar, assim como a implementação de recomendações decorrentes de auditorias internas e externas, pilares fundamentais na atuação do Banco Santander em Portugal.

No 1.º semestre de 2022, potenciado por *enablers* implementados no ano passado continuou-se o programa estratégico de TI, nomeadamente, em jornadas para *Cloud* e na transformação dos sistemas de informação.

Os clientes têm novas funcionalidades nos canais digitais e no serviço de *Call Center*, com fluxos e experiência de utilização otimizadas e adaptadas às necessidades individuais. No serviço de atendimento a clientes pela Rede Comercial também estão disponíveis capacidades em plataformas como as de *onboarding* de clientes e seguros

Ao nível da Infraestrutura (*Service Management*), reforçou-se a componente de monitorização dos sistemas do Banco, antecipando ações corretivas de forma a evitar impacto no serviço, e no seguimento da modernização tecnológica da rede de comunicações, foi dado início ao projeto de *SD-WAN* que visa melhorar a resiliência e o nível de serviço na componente de comunicações ao nível dos Balcões e Edifícios

Conduzida pelo lema "Ajudar as pessoas e os negócios a prosperar", a área de Cibersegurança continuou a centrar as suas atividades em temáticas que já vinha a gerir desde o início da situação pandémica e que têm vindo a afetar o país e, em particular, o setor financeiro, assim como a acompanhar e dar resposta aos novos desafios colocados pelo eclodir de um conflito na Europa. Tendo uma vez concluído o Plano de Transformação Ciber, deu continuidade ao seu trajeto analisando as ameaças que se preveem vir a afetar o negócio e a tecnologia onde assenta. Num ecossistema financeiro progressivamente mais interconectado e interdependente a aposta na resiliência conduziu à adoção de soluções inovadoras no pilar de Detecção e Resposta a riscos e ameaças dali emergentes em áreas chave como a gestão da fraude, os ciberriscos ao nível do perímetro da cadeia de fornecimento e em soluções baseadas em *Security by Design*.

Quando os dados são o novo perímetro, a ciber resiliência revela-se uma vantagem comercial que importa ser competitiva e merecedora da confiança e fidelização dos nossos clientes, parceiros e da sociedade em geral. Estes pilares que nos norteiam traduzem-se em iniciativas tão diversas como a segurança *frictionless* no acesso ao Banco e a colaboração ativa em iniciativas público-privadas que possibilitem uma melhor capacidade de resposta à sociedade em geral através da partilha de informação e da ciber excelência.

A área de **Operações**, concluiu o Projeto de Transformação denominado SOL – Santander *Operations Linked* que levou à implementação do SOL *Front* (visão Rede) e do SOL PEX (visão Operações), alcançando os objetivos estratégicos definidos, entre os quais a evolução tecnológica, a automação dos processos e a digitalização das Operações, norteado pela qualidade do serviço prestado ao cliente e pela melhoria dos tempos de execução (*SLAs – Service Level Agreements*) com o compromisso de melhorar o NPS dos nossos Clientes.

Nesta sequência, o primeiro semestre do ano foi marcado pela consolidação da plataforma Sol *Front* nas Redes Comerciais permitindo simplificar a forma como os pedidos são feitos à área Operações, o que se traduziu num nível de serviço mais adequado às exigências atuais do mercado e numa melhor experiência de utilizador.

Adicionalmente, e em paralelo com estas atividades, o Banco continuou a evoluir no conjunto de iniciativas de automação e reengenharia de processos permitindo a integração de transações, a facilidade de execução e a simplificação operativa quer em Operações como na Rede Comercial. Reforçando ainda os critérios de sustentabilidade e digitalização, a estratégia digital direcionada para Operações aumentou o seu ritmo de implementação com o objetivo de simplificar processos e reduzir o consumo de documentos físicos no fluxo das tarefas (alavancando a adoção de ferramentas digitais), permitindo acelerar a execução dos processos e reduzir custos com a redução do consumo de papel e do espaço utilizado para arquivo físico.

Algumas destas medidas estão, também, alinhadas com o espírito "*One Europe*" que preconiza, entre outros pontos, a constituição de uma equipa com objetivos e iniciativas comuns a todos os Colaboradores das várias geografias onde o Grupo se insere, através da partilha e troca de conhecimento mútuo.

A área de Operações continua focada em evoluir os processos, numa perspetiva de melhoria contínua, tendo em conta o feedback recebido da área comercial, através das visitas que têm sido feitas aos Balcões e da avaliação do NPS.

INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Atividade consolidada

No final de junho de 2022, o Banco Santander Totta registou um resultado líquido de 232,0 milhões de euros, mais 365,6% dos 49,8 milhões de euros alcançados no período homólogo do ano anterior, que incorporou um encargo extraordinário, no valor de 164,5 milhões de euros (líquido de imposto), para fazer face ao plano de transformação, com a otimização da rede de agências e investimentos em processos e tecnologia.

Esta evolução conduziu a um aumento da rentabilidade de capitais próprios (ROE), de 2,4% em junho de 2021 para 10,9% em junho de 2022. O rácio de eficiência situou-se em 39,9% (0,8 p.p. abaixo do valor do mesmo período do ano de 2021).

O crédito bruto totalizou 43,6 mil milhões de euros, crescendo em termos homólogos 0,5%. O crédito a particulares aumentou 6,6% e o crédito a empresas desceu 2,8%.

O rácio de *Non-Performing Exposure* situou-se em 2,2%, descendo 0,3 p.p., em relação aos 2,5% de junho de 2021, com uma cobertura por provisões de 82,1% (mais 2,9 p.p. do que no período homólogo).

Os recursos de clientes alcançaram 48,9 mil milhões de euros, aumentando 6,0%, face ao mesmo período do ano anterior, com uma subida de 8,2% em depósitos e uma redução de 4,4% em recursos fora de balanço.

O rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), calculado segundo as normas da CRD IV, situou-se em 145,97%, cumprindo a exigência regulamentar vigente em base *fully implemented*. O rácio *Common Equity Tier 1 (fully implemented)* atingiu 16,4%, menos 6,5 p.p. em relação ao período homólogo. O rácio de MREL cifrou-se em 25,4%.

A reserva de liquidez atingiu 17,6 mil milhões de euros.

O financiamento obtido junto do Banco Central Europeu, no montante de 7,5 mil milhões de euros refere-se totalmente a operações de longo prazo, através do programa de TLTRO III, o que, conjugado com o crescimento dos depósitos, resultou

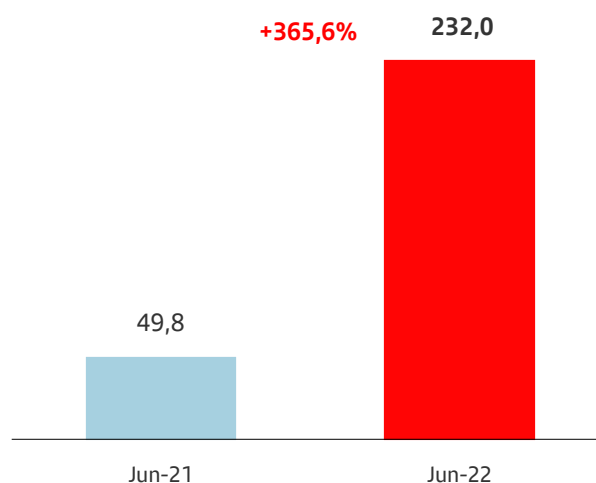
numa exposição líquida excedentária ao Eurosistema de -2,6 mil milhões de euros.

No financiamento de longo prazo, refere-se também 2,0 mil milhões de euros de obrigações hipotecárias, 0,7 mil milhões de *Senior Non-Preferred*, 0,5 mil milhões de euros de titularizações e 0,3 mil milhões de emissões subordinadas.

O Santander em Portugal possui as melhores notações financeiras do setor. As atuais notações de *rating* da dívida de longo prazo do Banco, em comparação com as da República Portuguesa são as seguintes: Fitch – BBB+ (Portugal – BBB); Moody's – Baa2 (Portugal – Baa2); Standard & Poor's – BBB (Portugal – BBB); e DBRS – A (Portugal – BBB high).

RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS

milhões de euros



Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS (milhões de euros)	Jun-22	Jun-21	Var.
Margem financeira	368,9	381,8	-3,4%
Rendimento de instrumentos de capital	3,7	1,5	+138,5%
Resultados de associadas	1,4	1,1	+26,0%
Comissões líquidas	242,4	205,8	+17,8%
Outros resultados de exploração	5,6	3,1	+83,8%
Margem comercial	622,0	593,4	+4,8%
Resultados em operações financeiras	19,3	134,1	-85,6%
Produto bancário	641,3	727,5	-11,9%
Despesas administrativas	(216,2)	(255,4)	-15,4%
Despesas de pessoal	(129,3)	(157,3)	-17,8%
Outras despesas administrativas	(86,9)	(98,1)	-11,5%
Contribuições para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos	(41,4)	(37,7)	+10,0%
Depreciação	(22,9)	(25,2)	-9,2%
Resultado de exploração	360,7	409,2	-11,8%
Imparidade, provisões líquidas e outros resultados	(20,5)	(328,2)	-93,7%
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	340,2	81,0	+319,9%
Impostos	(108,2)	(31,2)	+247,0%
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	232,0	49,8	+365,6%
Interesses que não controlam	(0,0)	(0,0)	-53,7%
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas	232,0	49,8	+365,6%

No final de junho de 2022, a margem financeira cifrou-se em 368,9 milhões de euros, menos 3,4%, em comparação com 381,8 milhões de euros apurados no período homólogo de 2021, revelando o enquadramento concorrencial competitivo, que pressionou em baixa os *spreads* de crédito, e a alteração da composição relativa da carteira de crédito, decorrente da dinâmica do crédito hipotecário.

O resultado gerado por empresas associadas alcançou 1,4 milhões de euros, mais 26,0%, em relação a 1,1 milhões de euros verificados no período homólogo.

As comissões líquidas totalizaram 242,4 milhões de euros, crescendo 17,8%, em relação a 205,8 milhões de euros registados um ano antes, principalmente suportados pelas comissões de meios de pagamento, com maior volume de transações, dada a progressiva normalização da atividade económica, de crédito, pela dinâmica comercial da nova concessão, em especial hipotecário, de fundos e de seguros, reflexo da diversificação de recursos de clientes e o foco estratégico na distribuição de seguros autónomos de risco, com

destaque para a oferta de seguros auto para particulares e empresas, de assessoria financeira, e de contas, com a oferta de contas pacote com um conjunto de serviços associados.

Os outros resultados de exploração obtiveram 5,6 milhões de euros, 83,8% acima dos 3,1 milhões de euros do período homólogo.

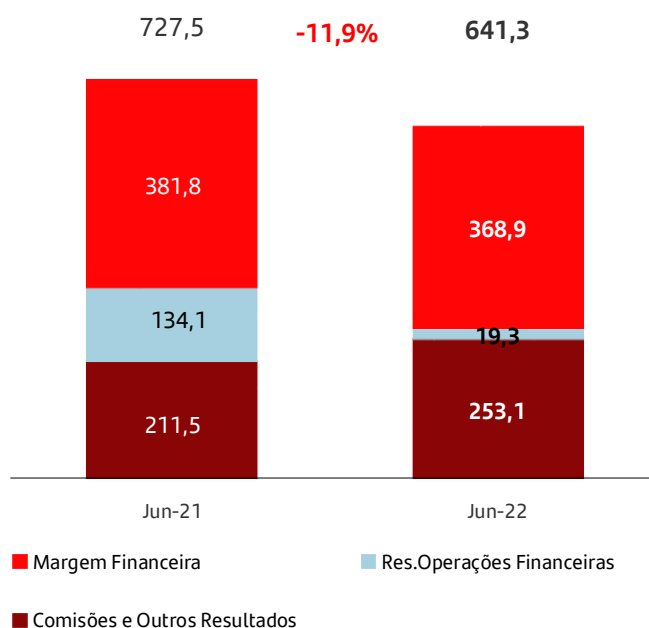
A margem comercial atingiu 622,0 milhões de euros, subindo 4,8% em relação aos 593,4 milhões de euros registados no período homólogo de 2021, impulsionada pela evolução favorável das comissões líquidas.

Os resultados em operações financeiras fixaram-se em 19,3 milhões de euros, decrescendo 85,6% em comparação com 134,1 milhões de euros alcançados um ano antes, os quais foram influenciados pelo resultado gerado na gestão da carteira de títulos de dívida pública.

O produto bancário totalizou 641,3 milhões de euros, diminuindo 11,9%, face aos 727,5 milhões de euros do final de junho de 2021.

PRODUTO BANCÁRIO

milhões de euros



Os custos operacionais atingiram 239,1 milhões de euros, descendo 14,8%, face aos 280,7 milhões de euros registados no período homólogo.

No ano de 2021, o Banco realizou um plano de transformação operacional e comercial, adequado a um contexto mais competitivo e digital, com um investimento na simplificação organizacional, no desenvolvimento de novas plataformas informáticas, na digitalização de processos, e orientado para a melhoria da qualidade do serviço prestado, a satisfação e fidelização dos clientes, respondendo à alteração dos comportamentos na utilização de serviços bancários.

As despesas de pessoal situaram-se em 129,3 milhões de euros, diminuindo 17,8%, face aos 157,3 milhões de euros do período homólogo, com a redução de 1.080 colaboradores.

As outras despesas administrativas cifraram-se em 86,9 milhões de euros, menos 11,5%, comparando com 98,1 milhões de euros do mesmo período do ano passado, refletindo o controlo dos custos, nomeadamente no redimensionamento da rede comercial, que reduziu 32 postos de atendimento, no último ano.

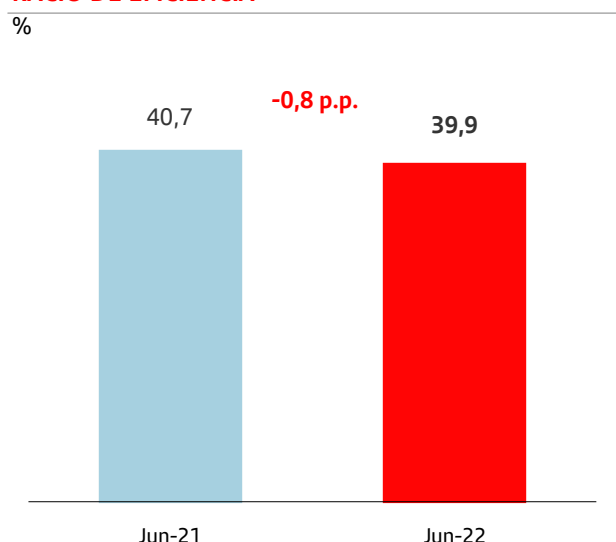
A depreciação de 22,9 milhões de euros, diminuiu 9,2%, face a 25,2 milhões de euros do final de junho de 2021.

Na estrutura dos custos operacionais, as despesas de pessoal são responsáveis por 54% do total, seguidos das outras despesas administrativas com 36% e da depreciação com 10%.

CUSTOS OPERACIONAIS (milhões de euros)	Jun-22	Jun-21	Var.
Despesas de pessoal	(129,3)	(157,3)	-17,8%
Outras despesas administrativas	(86,9)	(98,1)	-11,5%
Depreciação	(22,9)	(25,2)	-9,2%
Custos operacionais	(239,1)	(280,7)	-14,8%
Rácio de eficiência	39,9%	40,7%	-0,8 p.p.

No final de junho de 2022, o rácio de eficiência atingiu 39,9%, menos 0,8 p.p., comparativamente a 40,7% do período homólogo do ano anterior, dada a redução de 11,9% do produto bancário e de 14,8% dos custos operacionais.

RÁCIO DE EFICIÊNCIA



O custo com as contribuições para o Fundo de Resolução e para o Fundo de Garantia de Depósitos excedeu 41 milhões de euros, ficando acima do custo de 37,7 milhões de euros registados no período homólogo.

O resultado de exploração situou-se em 360,7 milhões de euros, decrescendo 11,8%, em relação aos 409,2 milhões de euros registados no período homólogo.

A imparidade, provisões líquidas e outros resultados registaram um custo de 20,5 milhões de euros, abaixo do custo de 328,2 milhões de euros do período homólogo.

A imparidade líquida de ativos financeiros ao custo amortizado totalizou 1,2 milhões de euros, comparando com -68,8 milhões de euros do custo registado um ano antes, traduzindo a melhoria da conjuntura económica.

As provisões líquidas e outros resultados incluíram a constituição de uma provisão extraordinária de 235,0 milhões de euros, registados no primeiro trimestre de 2021, para o plano de

transformação do Banco, com a otimização da rede de agências e investimento em processos, digitalização e tecnologia.

O custo regulatório com a Contribuição do Setor Bancário e a Contribuição de Solidariedade de 35,9 milhões de euros, foi registado pela totalidade no primeiro semestre de 2022.

O resultado antes de impostos e de interesses que não controlam ascendeu a 340,2 milhões de euros, mais 319,9% em comparação com 81,0 milhões de euros do período homólogo do ano anterior.

Os impostos cifraram-se em 108,2 milhões de euros, comparando com 31,2 milhões de euros registados um ano antes.

No final do primeiro semestre de 2022, o Banco Santander Totta alcançou um resultado líquido de 232,0 milhões de euros, mais 365,6% em relação aos 49,8 milhões de euros apurados no período homólogo de 2021.

Balanço e Atividade

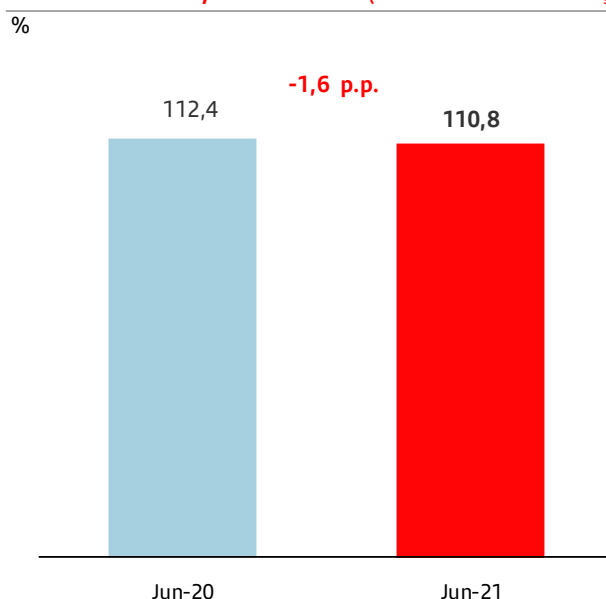
No final de junho de 2022, o volume de negócio totalizou 92,5 mil milhões de euros, crescendo 3,3% em comparação com os 89,5 mil milhões de euros registados no período homólogo de 2021, resultado do crescimento de 0,5% do crédito e de 6,0% dos recursos de clientes.

VOLUME DE NEGÓCIO (milhões de euros)

	Jun-22	Jun-21	Var.
Volume de Negócio	92.496	89.520	+3,3%
Crédito (bruto)	43.579	43.379	+0,5%
Recursos de Clientes	48.917	46.142	+6,0%

O rácio de transformação, medido pela relação do crédito face aos depósitos, situou-se em 103,1% em junho de 2022, menos 7,7 p.p. do que no período homólogo, dado o crescimento do crédito inferior ao dos depósitos.

RÁCIO CRÉDITO / DEPÓSITOS (rácio de transformação)



No final do primeiro semestre de 2022, a carteira de crédito (bruto) situou-se em 43,6 mil milhões de euros, mais 0,5%, do que no período homólogo do ano anterior, refletindo a

evolução favorável da produção de crédito hipotecário, materializada em quota de mercado acima de 20%.

CREDITO (milhões de euros)	Jun-22	Jun-21	Var.
Crédito (bruto)	43.579	43.379	+0,5%
<i>do qual</i>			
Crédito a particulares	24.877	23.332	+6,6%
<i>do qual</i>			
Habitação	22.703	21.253	+6,8%
Consumo	1.793	1.668	+7,5%
Crédito a empresas	15.950	16.408	-2,8%

O crédito a particulares ascendeu a 24,9 mil milhões de euros, subindo 6,6%, em relação a 23,3 mil milhões de euros do período homólogo.

O crédito à habitação de 22,7 mil milhões de euros cresceu 6,8%, em termos homólogos. Não obstante, a subida progressiva das taxas de juro, em consequência da alteração da política monetária do Banco Central Europeu, o crédito à habitação manteve a produção com uma dinâmica muito forte, com uma quota de mercado superior a 20%.

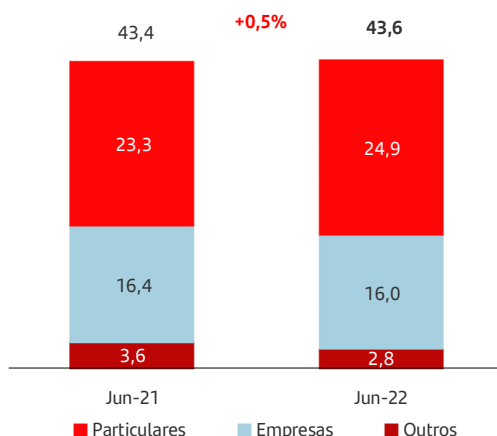
O crédito ao consumo de 1,8 mil milhões de euros, aumentou 7,5%, em termos homólogos, refletindo o aumento da despesa, no contexto da retoma da atividade económica.

O crédito a empresas situou-se em 16,0 mil milhões de euros, descendo 2,8% em relação ao período homólogo, num contexto de elevada liquidez acumulada pelas empresas em 2021.

Destaca-se o apoio dado pelo Banco às empresas no acesso aos fundos europeus do Plano de Recuperação e Resiliência, e do novo Quadro Comunitário de Apoio – PT 2030, bem como no acesso às melhores condições de financiamento, disponibilizando um conjunto de Linhas com o Fundo Europeu de Investimento, o Banco Europeu do Investimento e com o Banco Português de Fomento/Sistema Nacional de Garantia Mútua.

CRÉDITO BRUTO

mil milhões de euros



O rácio de *Non-Performing Exposure* (NPE), calculado de acordo com a definição da EBA (em relação a exposições de balanço), situou-se em 2,2% em junho de 2022, registando uma redução de 0,3 p.p. face aos 2,5% do período homólogo,

com uma cobertura por imparidades de 82,1% (79,2% em junho de 2021).

O custo do crédito situou-se em 0,01%, menos 0,36 p.p., em comparação com 0,36% registados no período homólogo.

INDICADORES DE RISCO DE CRÉDITO

	Jun-22	Jun-21	Var.
Rácio de <i>Non-Performing Exposure</i>	2,2%	2,5%	-0,3 p.p.
Cobertura de <i>Non-Performing Exposure</i>	82,1%	79,2%	+2,9 p.p.
Custo do crédito	0,01%	0,36%	-0,35 p.p.

No final de junho de 2022, os recursos de clientes totalizaram 48,9 mil milhões de euros, equivalendo a um aumento de 6,0%, em comparação com o período homólogo de 2021, com um crescimento de 8,2% dos depósitos e uma descida de 4,4% dos recursos fora de balanço.

RECURSOS (milhões de euros)

	Jun-22	Jun-21	Var.
Recursos de clientes	48.917	46.142	+6,0%
Recursos de balanço	41.298	38.174	+8,2%
Depósitos	41.298	38.174	+8,2%
Recursos fora de balanço	7.619	7.967	-4,4%
Fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco	3.781	3.940	-4,0%
Seguros e outros recursos	3.838	4.027	-4,7%

Os depósitos ascenderam a 41,3 mil milhões de euros, mais 8,2%, em comparação com 38,2 mil milhões de euros do período homólogo, sendo a principal fonte de financiamento do balanço, e revelando o aumento da taxa de poupança das famílias e a liquidez das empresas, bem como a confiança e a vinculação dos

clientes no Banco, num contexto de taxas de juro com valores mínimos históricos.

Os recursos de clientes fora de balanço cifraram-se em 7,6 mil milhões de euros, decrescendo 4,4%, quando comparados com 8,0 mil milhões de euros de junho de 2021.



Os fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco de 3,8 mil milhões de euros desceram 4,0%, face a 3,9 mil milhões de euros do período homólogo. Os seguros e outros recursos de 3,8 mil milhões de euros decresceram 4,7%, comparando com 4,0 mil milhões de euros do período homólogo, num enquadramento caracterizado pela pressão inflacionista,

alteração da política monetária dos bancos centrais, com a subida das taxas de juro, e elevada volatilidade dos mercados financeiros, afetando a confiança dos investidores e o desempenho das carteiras dos ativos, e levando a um abrandamento da atividade de comercialização de produtos financeiros.

Rácios de Solvabilidade

No final de junho de 2022, o rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1), calculado de acordo com as normas da CRR/CDR IV, situou-se em 16,4% (*fully implemented*), com uma redução de 6,5 p.p., comparativamente a 22,9% do período homólogo, refletindo a capacidade de geração orgânica de capital e a gestão dos ativos ponderados por risco.

O Banco tem uma capitalização bastante elevada, acima dos requisitos mínimos exigidos pelo Banco Central Europeu no

âmbito do Processo de Análise e Avaliação pelo Supervisor (SREP – *Supervisory Review and Evaluation Process*), sendo em 2022, CET 1 de 8,3%, Tier 1 de 10,1% e Total de 12,5% (*fully implemented*).

O rácio MREL (*Minimum Requirement for Own Funds and Eligible Liabilities*) de 25,4%, ficou acima do requisito *fully implemented* de 20,05%.

CAPITAL (milhões de euros)	Jun-22	Jun-21	Var.
Common Equity Tier 1	2.613	3.879	-32,6%
Tier 1	2.613	3.879	-32,6%
Capital (total)	3.000	4.292	-30,1%
Risk Weighted Assets (RWA)	15.971	16.955	-5,8%
Rácio CET 1	16,4%	22,9%	-6,5 p.p.
Rácio Tier 1	16,4%	22,9%	-6,5 p.p.
Rácio capital (total)	18,8%	25,3%	-6,5 p.p.

FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram factos relevantes desde 1 de julho de 2022 até à divulgação deste relatório.

GESTÃO DE RISCO

Modelo de gestão e controlo de risco

O modelo de gestão e controlo de riscos do Banco baseia-se num conjunto de princípios comuns e numa cultura de risco integrada em todo o Grupo Santander, numa correta identificação e gestão dos riscos, numa forte estrutura de governo, e em processos e ferramentas avançadas de gestão de risco.

A. Princípios e cultura de riscos

Os princípios de gestão e controlo dos riscos, de cumprimento obrigatório e aplicáveis a todo o momento, têm em conta os requisitos e normas regulatórias e as melhores práticas de mercado. Estes princípios são os seguintes:

- Uma sólida cultura de riscos (Risk Pro): que faz parte do “Santander Way” e que é seguida por todos os colaboradores, cobre todos os riscos e promove uma gestão socialmente responsável contribuindo para a sustentabilidade a longo prazo do Banco.
- Todos os empregados são responsáveis pela gestão do risco e devem conhecer e compreender os riscos gerados pelas suas atividades diárias evitando assumir riscos cujo impacto seja desconhecido ou exceda os limites de apetência pelo risco do Banco.
- Envolvimento da Alta Direção assegurando uma gestão e controlo consistentes dos riscos através da sua conduta, ações e comunicações. Além disso, promoverão a cultura de risco, avaliando o seu grau de implementação e controlando que o perfil de risco se mantém dentro dos níveis definidos na nossa apetência pelo risco.
- Independência das funções de gestão e controlo de riscos, de acordo com o nosso modelo de três linhas de defesa que se define com mais detalhe no apartado Governo de Riscos.
- Abordagem prévia e abrangente da gestão e controlo de riscos em todos os negócios e tipos de riscos.
- Gestão adequada e completa da informação que permite identificar, avaliar, gerir e comunicar os riscos de uma forma adequada aos níveis correspondentes

Estes princípios, juntamente com uma série de ferramentas e processos inter-relacionados no planeamento da estratégia do Banco, tais como a sua declaração de apetência pelo risco, avaliação do perfil de risco, análise de cenários e a nossa estrutura de relatórios de risco, e processos orçamentais anuais, formam uma estrutura de controlo holística para todo o Banco.

B. Identificação e Gestão dos Riscos

Encontram-se estabelecidos os seguintes riscos-chave no Marco Corporativo de Riscos:

- **Risco de crédito:** é o risco de perda financeira resultante do incumprimento ou da deterioração da qualidade creditícia de um cliente ou de uma contraparte, a quem o Banco tenha concedido crédito diretamente ou pelo qual tenha assumido

uma obrigação contratual;

- **Risco de mercado:** é o risco incorrido como resultado do efeito que as alterações nos fatores de mercado, taxas de juro, taxas de câmbio, rendas variáveis e commodities, entre outros, podem ter nos rendimentos ou no capital;
- **Risco de liquidez:** é o risco de que o Banco não disponha de recursos financeiros líquidos para cumprir as suas obrigações na devida data de vencimento, ou apenas os consiga obter a um elevado custo;
- **Risco estrutural:** é o risco de haver alterações no valor ou criação de margem dos ativos ou passivos de *banking book* como resultado de alterações nos fatores de mercado e no comportamento do balanço. Inclui também os riscos associados aos seguros e pensões e o risco de o Banco não dispor de capital suficiente, em termos de quantidade ou qualidade, para satisfazer os seus objetivos internos de negócio, requisitos regulatórios ou expectativas de mercado;
- **Risco operacional:** é definido como se como o risco de perda resultante da inadequação ou falhas de processos, pessoas e sistemas internos, ou resultantes de eventos externos, incluindo o risco legal e os riscos de cumprimento regulatório e de conduta definidos no Marco Corporativo de Cumprimento e Conduta;
- **Risco de crime financeiro:** é o risco resultante de ações ou da utilização dos meios, produtos e serviços do grupo em atividades de natureza criminosa ou ilegal. Estas atividades incluem, entre outras: branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, violação de programas de sanções internacionais, corrupção, suborno e evasão fiscal;
- **Risco de modelo:** é o risco de perda resultante de previsões incorretas, que levem o Banco à adoção de medidas que não sejam as mais apropriadas, ou da utilização inadequada de um modelo;
- **Risco de reputação:** risco de impacto económico negativo imediato ou potencial para o Banco devido a danos sobre a perceção da imagem do Banco por parte de empregados, clientes, acionistas/investidores e da sociedade em geral;
- **Risco estratégico:** risco de perdas ou danos resultantes de decisões estratégicas ou da sua implementação de forma deficiente, e que têm impacto na posição a médio e a longo prazo das principais partes interessadas, ou resultantes de uma incapacidade de adaptação a desenvolvimentos externos.

Adicionalmente, os elementos de riscos relacionados com o meio-ambiente e as alterações climáticas – físicos e de transação – são considerados fatores que poderão influenciar os riscos existentes a médio e a longo prazo.

Estes elementos incluem, por um lado, os derivados dos efeitos físicos das alterações climáticas, gerados por eventos pontuais bem como por alterações crónicas no ambiente e, por outro, os



derivados do processo de transição para um modelo de desenvolvimento com menores emissões, incluindo as alterações legislativas, tecnológicas ou comportamentais dos agentes económicos.

A classificação dos riscos é essencial para a sua gestão e controlo efetivo dos mesmos. Todos os riscos identificados devem, portanto, ser associados às categorias de risco acima referidas, a fim de organizar a sua gestão, controlo e informação relacionada

C. Governo de Riscos

O Banco tem uma estrutura robusta de gestão do risco que procura controlar eficazmente o perfil de risco, de acordo com a apetência definido pelo Conselho de Administração

Esta estrutura de governo baseia-se na distribuição de papéis entre as três linhas de defesa, numa forte estrutura de comités e numa relação estreita com a corporação. Tudo isto é apoiado por uma cultura de risco implementada em todo o Banco - Risk Pro.

Linhas de defesa

No Banco, é seguido um modelo em três vertentes para assegurar uma gestão e controlo eficaz dos riscos:

- **1ª Linha: Gestão de riscos** – funções de negócio e de suporte que originam riscos e são as primeiras responsáveis pela sua gestão;
- **2ª Linha: Controlo e supervisão de riscos** – funções de controlo de risco que controlam as exposições de riscos, assegurando a sua supervisão e questionamento, e permitindo uma visão holística dos riscos de todas as atividades;
- **3ª Linha: Risk Assurance** – Auditoria Interna, que assegura uma comprovação independente.

Embora cada uma das três linhas de defesa tenha uma estrutura organizativa separada e um grau de independência, devem colaborar sempre que necessário para garantir o cumprimento dos objetivos de negócio. As áreas de Risco, de Cumprimento e Conduta e Auditoria Interna têm acesso direto ao Conselho de Administração e aos seus comités.

Primeira linha de defesa: Gestão de riscos

As linhas de negócio e todas as funções de suporte que geram exposições de risco constituem a primeira linha de defesa. A primeira linha de defesa identifica, mede, controla, segue e relata os riscos que originam e aplica as políticas, modelos e procedimentos que regulam a gestão do risco. A geração de risco deve ser de acordo com a apetência pelo risco aprovada e os limites associados. O responsável de qualquer unidade que origine um risco é o primeiro responsável pela gestão desse risco.

A primeira linha de defesa é responsável por:

- Estabelecer um ambiente apropriado para a gestão de todos os riscos associados ao negócio;
- Propor, em colaboração com as áreas de segunda linha de defesa:

- A apetência pelo risco ao Conselho de Administração, para aprovação por este;
- Limites de nível inferior proporcionais à apetência pelo risco, para aprovação pelo órgão relevante.
- Implementar os mecanismos para gerir o perfil de risco dentro da apetência pelo risco e dos limites de nível inferior;
- Assegurar que os modelos operativos de gestão são eficazes para as necessidades do negócio.

A primeira linha de defesa deve apoiar e promover a cultura de gestão de riscos do Banco.

Segunda linha de defesa: Controlo e supervisão de riscos

As áreas de Riscos e de Cumprimento e Conduta, como segunda linha de defesa, irão supervisionar e questionar de forma independente as atividades de gestão de risco levadas a cabo pela primeira linha de defesa. Esta segunda linha de defesa deve garantir, dentro dos seus respetivos âmbitos de responsabilidade, que os riscos são geridos de acordo com a apetência pelo risco definida pela direção de topo e promover uma forte cultura de gestão de riscos em toda a organização.

A segunda linha de defesa é responsável por:

- Supervisionar a gestão de risco levada a cabo pela primeira linha de defesa;
- Verificar o cumprimento das políticas e dos limites estabelecidos, e avaliar se os negócios se mantêm dentro da apetência pelo risco;
- Questionar as propostas de negócio e emitir parecer sobre as mesmas. Deve proporcionar à direção de topo e às unidades de negócio os elementos necessários para a compreensão dos riscos dos diversos negócios e atividades;
- Fornecer uma visão consolidada das exposições de risco; incluindo o perfil de risco;
- Disponibilizar avaliações detalhadas dos riscos materiais e acompanhar de perto os riscos emergentes;
- Definir as métricas que devem ser utilizadas na medição de riscos e rever e questionar as propostas de apetência pelo risco e de limites de nível inferior da primeira linha de defesa;
- Verificar que existem políticas e procedimentos adequados para gerir o negócio dentro da apetência pelo risco.

Na estrutura do Banco, a segunda linha de defesa é composta pelas áreas de Riscos e de Cumprimento e Conduta, embora as estruturas organizativas no âmbito da segunda linha de defesa possam variar por tipo de risco.

A responsabilidade da segunda linha de defesa inclui a obrigação de reportar, como seja necessário, sobre o risco, a apetência pelo risco e incumprimentos da mesma aos órgãos de governo apropriados.

A segunda linha de defesa deve adotar e promover uma cultura de gestão de riscos comum. Deverá igualmente fornecer

orientação, aconselhamento e juízo especializado em todas as matérias relevantes relacionadas com riscos.

Terceira linha de defesa: Risk Assurance

A Auditoria Interna é uma função permanente, independente de qualquer outra função ou unidade, cuja missão é fornecer ao Conselho de Administração e à Alta Direção uma garantia independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controlo interno, gestão do risco (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. Para este fim, a Auditoria Interna avalia:

- A eficácia e eficiência dos processos e sistemas acima referidos;
- O cumprimento da normativa e requisitos de supervisão aplicáveis;
- A fiabilidade e integridade da informação financeira e operacional;
- E a integridade patrimonial.

Estrutura de comités de riscos

O **Conselho de Administração** é responsável pela gestão e controlo do risco e, em particular, pela aprovação e revisão periódica da apetência e enquadramento do risco e pela promoção de uma forte cultura de risco em toda a organização. Para desempenhar estas funções, o Conselho depende de vários comités com responsabilidades específicas relacionadas com o risco.

O **Chief Risk Officer (CRO)** é responsável pela monitorização de todos os riscos e pelo questionamento e aconselhamento das linhas de negócio sobre gestão de riscos. Tem acesso direto ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva.

Outros organismos que formam o nível mais elevado de governo dos riscos, com poderes delegados pela Comissão Executiva são o Comité Executivo de Riscos e o Comité de Controlo de Riscos, que são detalhados abaixo:

- **Comité Executivo de Riscos (CER)**

Este comité é o órgão máximo de decisão de riscos. O comité toma decisões de assunção de riscos ao mais alto nível, assegurando que se encontram dentro dos limites estabelecidos pela apetência pelo risco do Banco.

Presidente: Presidente da Comissão Executiva (CEO).

- **Comité de Controlo de Riscos (CCR)**

Este Comité é responsável pelo controlo dos riscos, determinando se os riscos provenientes das linhas de negócio são geridos de acordo com os nossos limites de apetência ao risco, tendo em conta uma visão holística de todos os riscos. Isto envolve a identificação e monitorização dos riscos atuais e emergentes, e a avaliação do seu impacto no perfil de risco do Banco.

Presidente: Responsável de Riscos (CRO).

Além disso, cada fator de risco tem os seus próprios fóruns e/ou

Comités regulares para gerir e controlar os riscos pertinentes.

D. Processos e Ferramentas de Gestão

Tendo como objetivo controlar e gerir eficazmente os riscos, o Banco dispõe de uma série de processos e ferramentas-chave descritos abaixo.

Apetência pelos riscos e estrutura de limites

No Banco, a apetência pelo risco (RAS, sigla em inglês) é definida como o montante e o tipo de riscos que é considerado prudente assumir na execução da nossa estratégia de negócio para que o Banco possa manter a sua atividade normal em caso de eventos inesperados. Ao estabelecer esta apetência, são tidos em conta cenários adversos que podem ter um impacto negativo nos níveis de capital, liquidez, rentabilidade e/ou preço das ações.

O Conselho de Administração estabelece anualmente a apetência pelo risco sendo o mesmo transferido para limites e políticas de gestão por tipo de risco, carteira e segmento de negócio, dentro das normas definidas.

Modelo de negócio e fundamentos da apetência pelo risco

A apetência pelo risco é consistente com a cultura de risco e modelo de negócio do Grupo Santander. Os principais elementos que definem este modelo de negócio e apoiam a nossa apetência pelo risco são:

- Um perfil de risco médio-baixo e previsível baseado num modelo de negócio centrado na banca comercial, com uma presença internacionalmente diversificada e quotas de mercado significativas, com um modelo de negócio de banca maiorista que dá prioridade às relações com os clientes nos principais mercados do Grupo.
- Produção de ganhos estáveis e recorrentes e remuneração dos acionistas, sobre uma forte base de capital e liquidez com uma diversificação eficaz das fontes de financiamento.
- Uma estrutura de filiais independentes e autónomas em termos de capital e liquidez, assegurando que nenhuma filial apresente um perfil de risco que possa pôr em risco a solvência do Grupo.
- Uma função de risco independente com envolvimento da Alta Direção que reforça a nossa forte cultura de risco e retorno sustentável do capital.
- Uma visão global e holística de todos os riscos com um ambiente robusto de controlo e monitorização: todos os riscos, todas as empresas e todos os países.
- Um modelo de negócio centrado nos produtos em que o Grupo se considera suficientemente conhecedor e capaz de gestão (sistemas, processos e recursos).
- Um modelo de conduta que cuida dos interesses dos colaboradores, clientes, acionistas e da sociedade em geral.
- Uma política de remuneração que alinha os interesses individuais dos empregados e gestores com a apetência pelo risco e é consistente com o desempenho do Grupo a longo prazo.

Princípios Gerais da apetência pelo risco

A apetência pelo risco em todas as entidades pertencentes ao Grupo Santander, incluindo o Banco Santander Totta, é regido pelos seguintes princípios:

- **Responsabilidade do Conselho e da Alta Direção.** O conselho de Administração é o último responsável pela definição da apetência pelo risco, bem como pelo controlo do seu cumprimento.
- **Visão integral do risco (*enterprise wide risk*), comparação e questionamento do perfil de risco.** A apetência pelo risco deve considerar todos os riscos significativos, facilitando uma visão agregada do perfil de risco através da utilização de métricas quantitativas e indicadores qualitativos.
- **Visão prospetiva dos riscos (*forward-looking view*).** A apetência pelo risco deve considerar o perfil de risco desejável a curto e médio prazo, tendo em conta tanto as circunstâncias mais prováveis como os cenários adversos ou de *stress*.
- **Vinculação a planos estratégicos e de negócio.** A apetência pelo risco é uma componente fundamental do planeamento estratégico e de negócio, e está integrado na gestão através da sua tradução em políticas e limites de gestão, bem como através da participação de todas as linhas de defesa em processos chave de apetência.
- **Princípios e uma linguagem de risco comum a toda a organização.** A apetência pelo risco das diferentes unidades incluindo a do Banco está alinhado com o do Grupo.
- **Revisão periódica, comparação e adaptação às melhores práticas e requisitos regulatórios.** Mecanismos de seguimento e controlo para manter o perfil de risco, e assim adotar as medidas corretivas e atenuantes necessárias em caso de incumprimento

Estrutura de limites, seguimento e controlo

A apetência pelo risco é expressa em termos qualitativos e por limites, estruturada em torno de 5 eixos principais:

- **Volatilidade de Resultados:** Perda Máxima que o Banco está disposto a assumir face a um cenário de *stress* crónico
- **Solvência:** Posição de capital mínimo e nível máximo de alavancagem que o Banco está preparado para assumir num cenário de *stress* crónico
- **Liquidez:** Posição mínima de liquidez estrutural, horizontes de liquidez mínima que o Banco está disposto a assumir face a vários cenários de *stress* crónico e posição mínima de cobertura de liquidez
- **Concentração:** Concentração por cliente individual, concentração em contrapartes de *non investment grade* e concentração em grandes exposições.
- **Riscos Não Financeiros:** Indicadores qualitativos sobre riscos não financeiros (fraude, tecnologia, segurança e ciberrisco, contencioso e outros), perdas máximas de risco operacional e

perfil de risco máximo.

O cumprimento dos limites de apetência pelo risco é controlado regularmente. As áreas de controlo especializadas informam mensalmente o conselho e os seus comités sobre o perfil de risco.

A vinculação dos limites de apetência pelo risco aos limites utilizados na gestão de unidades de negócio e carteiras é um elemento-chave para garantir a eficácia da apetência pelo risco como instrumento de gestão. Assim, as políticas e os limites utilizados na gestão, para as diferentes tipologias e categorias de risco, estão diretamente relacionados com os princípios e limites definidos na apetência pelo risco.

Risk Profile Assessment (RPA)

No Banco realizam-se exercícios para identificar e avaliar os diferentes tipos de riscos a que está exposto, envolvendo todas as linhas de defesa, estabelecendo normas de gestão que cumprem os requisitos regulamentares e refletem as melhores práticas de mercado e reforçam a sua cultura de risco.

Os resultados dos exercícios de identificação e avaliação do risco (RIA) são integrados na avaliação do perfil de risco do Banco, conhecido como RPA. Este exercício analisa a evolução dos riscos e identifica áreas a melhorar em cada um dos blocos:

- **Desempenho do risco**, que permite conhecer o risco residual para cada tipo de risco através de um conjunto de métricas e indicadores calibrados de acordo com standards internacionais.
- **Avaliação do ambiente de controlo**, que avalia o grau de implementação do modelo operacional alvo como parte da nossa gestão avançada do risco.
- **Análise prospetiva**, baseada em métricas de *stress* ou identificação e avaliação das principais ameaças ao plano estratégico (Top Risks), permitindo o estabelecimento de planos de ação específicos para mitigar os seus impactos potenciais.

Análise de cenários

Outro instrumento fundamental utilizado pelo Banco para assegurar uma robusta gestão e controlo de riscos é a análise dos possíveis impactos decorrentes de diferentes cenários relacionados com o ambiente em que o Banco opera. Estes cenários são expressos tanto em termos de variáveis macroeconómicas como de outras variáveis que afetam o seu perfil de risco.

Esta "análise de cenários" é um instrumento muito útil para a gestão de riscos a todos os níveis, permitindo avaliar a resistência do Banco a cenários de *stress*, bem como identificar as possíveis ações de mitigação a serem implementadas caso os cenários projetados comecem a concretizar-se. O objetivo é reforçar a estabilidade dos resultados, bem como dos níveis de capital e liquidez

Gestão de Risco no 1.º semestre de 2022

Introdução

Para o Banco Santander em Portugal, a qualidade da gestão do risco constitui um eixo fundamental de atuação, na linha da política corporativa do Grupo em que se insere. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão foi um fator decisivo, no último ano e meio de atividade, não só pelo surgimento da Pandemia e da Guerra na Ucrânia que afetou o mundo, mas também pela continuidade da exigência dos mercados financeiros.

A forte Cultura de Riscos do Grupo e que está incorporada transversalmente em toda atividade e estrutura do Banco, influencia decisivamente a forma como se executam todos os processos no Banco, tendo em conta não só o meio envolvente, mas também as atitudes, os comportamentos, os valores e os princípios que cada colaborador demonstra face aos diferentes tipos de riscos que o Banco enfrenta. Esta forte cultura de riscos é especialmente importante em anos muito desafiantes, como foram estes dois últimos anos, possibilitando quer ao Banco, quer às diferentes equipas, uma rápida adaptação às diferentes conjunturas

Risco de Crédito – principais vetores da atividade

O primeiro semestre de 2022 fica marcado pelo surgimento da guerra na Ucrânia decorrente da invasão pela Rússia, e pelos primeiros impactos económico-sociais que dela resultaram.

Manteve-se a intensidade de monitorização e acompanhamento dos clientes, efetuado numa primeira instância pela primeira linha de defesa (Área Comercial) e complementado pela segunda linha de defesa (Área de Riscos).

Mantiveram-se as análises periódicas aos setores de atividade que mais foco de atenção exigem, em especial aos com maior impacto das consequências da guerra na Ucrânia, assentes em:

1. **Enquadramento sectorial:** breve enquadramento setorial baseado na recolha de informação disponível em fontes de informação oficial;
2. **Análise do universo clientes encarteirados** (clientes com gestor de risco): análise das principais métricas de risco e análise individual (conjunta entre área comercial e riscos) dos principais grupos económicos, estabelecendo um *outlook*/grau de vigilância dos mesmos;
3. **Análise do universo de clientes não encarteirados** (clientes sem gestor de risco): foram analisadas as principais métricas de risco deste tipo de clientes (nível de classificação de operações, nível de cobertura por garantias, tipo de produtos contratados, etc.
4. **Conclusões / Políticas de Crédito a assumir:** em função de toda a análise efetuada nos capítulos anteriores, foram definidas linhas orientadoras para a área comercial e de riscos na gestão futura do risco de crédito neste setor e com os clientes.

Todos estes estudos foram apresentados em fóruns específicos,

onde participaram elementos da Área Comercial e da Área de Riscos. Foram também apresentados e discutidos no último escalão de decisão de crédito do Banco.

Nos clientes (particulares e empresas de pequena dimensão), cuja decisão de crédito é efetuada maioritariamente através de modelos de decisão considerados “automáticos”, está a ser analisada a inclusão de fatores que permitam mitigar e antecipar potenciais impactos decorrentes do cenário de subida da taxa de inflação e das taxas de juro.

Foram reforçadas as análises e a monitorização às métricas comportamentais nestes clientes, de forma a detetar antecipadamente possíveis deteriorações da real capacidade de pagamento dos mesmos.

Mantiveram-se inalterados os princípios básicos de atuação no que diz respeito à análise e concessão de risco de crédito:

- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento de risco de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos.
- Manutenção do rigor dos critérios de admissão e consequentemente da qualidade dos Riscos admitidos em cada um dos segmentos, visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito.
- Ao nível dos Riscos Encarteirados reforçou-se a política de proximidade com os clientes de forma a antecipar as suas necessidades de crédito, as revisões das suas linhas de crédito e antecipar eventuais problemas na sua capacidade de reembolso.
- A atuação atempada e o nível de qualidade creditícia dos clientes permitiram ao Banco continuar a manter rácios de crédito vencido e de crédito em risco controlados e em níveis aceitáveis.
- Desenvolvimento contínuo de melhorias nos processos de admissão, com o objetivo de responder aos pedidos dos nossos clientes de forma mais eficaz e rápida.
- Intensificou-se e reforçou-se a recorrência das reuniões de acompanhamento e revisão de clientes, prática habitual do Banco e que consta das políticas internas, para a deteção antecipada de alertas na carteira de crédito, mas que por força do contexto macroeconómico atual houve necessidade de aumentar a sua frequência, de forma a aferir as potenciais dificuldades estruturais ou conjunturais dos nossos clientes.
- Nos Riscos Estandarizados (ou Não Encarteirados), o Banco, visando a melhoria continua e a eficiência do processo de admissão, e tendo presente o objetivo da qualidade da carteira, procedeu à atualização dos modelos de decisão automática, nomeadamente a implementação de novos modelos de *scoring* de admissão nos segmentos de Particulares e de Negócios, e de um novo motor de decisão e ao ajuste no *scoring* comportamental, no segmento de Negócios.
- Ainda ao nível dos Riscos Estandarizados, manteve-se o

foco na garantia da qualidade da carteira, atuando sobre os *Non Performing Exposure* e Crédito Vencido, procurando sempre antecipar o deterioro da qualidade creditícia da carteira de crédito.

- Neste sentido manteve-se o recurso às já definidas estratégias de admissão, nos sistemas de decisão do Banco, bem como o recurso aos sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção e recondução a oferecer aos seus clientes.
- Ao nível da Gestão Corporativa de Riscos, manteve-se o foco permanente no conhecimento e acompanhamento da carteira de crédito, com vista a um rigoroso controlo do seu risco, procurando proporcionar uma adequada e atempada informação de gestão, de forma a permitir a tomada de medidas com vista a uma gestão correta dos Riscos do Banco.
- Manteve-se igualmente a atenção nos modelos internos do Banco, já reconhecidos na sua quase totalidade (por parte dos reguladores) como modelos avançados (IRB), para efeitos do cálculo de requerimento de recursos próprios, assim como na sua cada vez maior integração na gestão.

Risco de crédito

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco, por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito no Banco Santander em Portugal está especializada em função da tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados (tratamento à medida ou personalizado) e clientes não encarteirados (estandardizados ou de tratamento massivo).

São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de Banca Maiorista, as Instituições Financeiras e parte das empresas da Banca de Retalho. A avaliação do risco destes clientes é efetuada pelo analista de risco, complementado com ferramentas de apoio à decisão, baseadas em modelos internos de valoração do risco.

São clientes estandardizados os que não têm um analista de risco especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os Clientes Particulares, Empresários em Nome Individual e as empresas da Banca de Retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados quando necessário com equipas de analistas de riscos especializados.

Métricas e ferramentas de medição de risco

1. Ferramentas de classificação (*rating/scoring*)

O Banco Santander utiliza modelos próprios de atribuição de classificação de solvência ou ratings internos, para os diferentes segmentos de clientes, os quais utiliza para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação correspondendo cada *rating*

ou *scoring* uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco país, entidades financeiras e Banca Maiorista Global, tanto na determinação do seu *rating* como no acompanhamento dos riscos assumidos. Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas complementado pela análise efetuada pelo analista de risco que acompanha o cliente.

No caso das empresas e instituições de Banca Minorista, a atribuição de um *rating* está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rácios contabilísticos) e qualitativo, a cargo da análise do analista de riscos, o qual tem a obrigação de efetuar uma revisão final do *rating* atribuído.

Os ratings atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que, entretanto, tenha ficado disponível bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exigam.

Para as carteiras de riscos estandardizados, tanto clientes Particulares como de Empresas não encarteiradas, estão implementadas ferramentas de *scoring* e de modelos de decisão que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão podem ser complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior capacidade preditiva dos riscos assumidos e que são utilizados para ações comerciais.

2. Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD).

Para além da valoração efetuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspetos como o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes. Desta maneira não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o montante do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

São estes os fatores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada.

A sua combinação permite o cálculo da perda esperada (ou perda provável), a qual é considerada como mais um custo de atividade (refletindo o prémio de risco), sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações.

Permite também o cálculo da perda inesperada, que é a base do cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II), o qual atendendo à sua natureza não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

A PD define-se como a probabilidade de que uma contraparte possa não conseguir cumprir com as suas obrigações no prazo de um ano, através da observação estatística.

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indiretos que decorrem da atividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

Ciclo do Risco de Crédito

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais atuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Comité Executivo de Riscos (CER). É o CER que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

1. Planificação e estabelecimento de limites

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da Área de Riscos, através da definição dos Planos Estratégicos Comerciais (PEC).

Ao nível dos grandes grupos corporativos utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, a gestão é feita ao nível do Grupo Económico em que é definido a apetência pelo risco para o mesmo, estabelecendo limites de crédito.

Ao nível dos riscos standardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pela área de Riscos e de Negócio, de Planos Estratégicos Comerciais (PEC) onde se refletem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rentabilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a atividade, a gestão de riscos associada e os meios de suporte necessários.

2. Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Santander em Portugal. Este estudo consiste em analisar a capacidade do cliente em fazer

face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e sua rentabilidade. Adicionalmente, também se efetua um estudo e revisão da valoração atribuída sempre que se verifique um alerta ou evento que afete o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objeto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rentabilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das ações desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de Seguimento. Esta função está também especializada em função da segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detetar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, ações destinadas a mitigá-los.

3. Gestão de Irregulares e Recuperações

A gestão de recuperações no Banco Santander é uma atividade estratégica, integral e de negócio. Os objetivos específicos do processo de recuperações são os seguintes:

- Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negocial, de modo que a situação creditícia do cliente regresse ao normal. Caso a solução negocial não seja possível, recuperações procurará então recuperar os créditos recorrendo à via judicial.
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A atividade de recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares & Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. A gestão de recuperações, assim segmentada, respeita ainda as distintas fases de gestão: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta atividade é partilhada com as áreas de negócio.

Existe também uma área de "Collections and Recoveries", que permite ao Banco ter uma capacidade de gestão massiva e preemptiva de clientes não encarteirados, feito através de estratégias, processos e oferta comercial em ambiente omnicanal (canais de comunicação diferenciados em função da tipologia de cliente), constituindo uma abordagem sofisticada, que permite antecipar e melhorar a rapidez de resposta às dificuldades de tesouraria dos clientes que a demonstram.

Risco de contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de



incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transações abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de "repos", empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efetuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a conjugação do Valor Presente de cada contrato (ou Custo atual de Substituição) com o respetivo Risco Potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o 1º semestre de 2022 a exposição atual das operações sobre indexantes de taxa de juro (Euribor) e câmbio registou um ligeiro aumento, refletindo o volume de operações e a evolução das taxas de mercado de médio e longo prazo. Relativamente à exposição com Grupos Financeiros, o número de operações de cobertura de risco estrutural de taxa de juro incrementou, tendo a LCH Clearnet como câmara de compensação. O valor da exposição dos derivados com os Grupos Financeiros aumentou devido às novas operações de *Spread Lock*.

Risco de mercado de negociação, estrutural e liquidez

Este capítulo foca-se nas atividades de gestão e controlo de riscos relacionadas com o risco de mercado, distinguindo atividade negociação, riscos estruturais e riscos de liquidez. São também brevemente descritas as principais metodologias e métricas utilizadas no Santander em Portugal para este efeito.

O âmbito das atividades sujeitas a risco de mercado inclui as operações nas quais se assume risco patrimonial em consequência de possíveis variações de fatores de mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, renda variável e spread de crédito, entre outros), bem como o risco de liquidez dos diferentes produtos e mercados em que o Grupo opera e o risco de liquidez do balanço.

Inclui os riscos da atividade de negociação e os riscos estruturais, ambos afetados pelos movimentos dos mercados.

A medição e o controlo destes riscos são assegurados por um órgão independente da gestão.

Controlo de Risco de Mercado de Negociação.

Atividades sujeitas a risco de mercado

Os riscos das atividades de negociação decorrem de atividades de serviço financeiro a clientes com instrumentos não complexos, concentrando-se na cobertura dos riscos de taxa de câmbio e de taxa de juros. As operações realizadas com clientes são cobertas

com o mercado, de modo a garantir uma exposição residual a este tipo de risco.

Metodologias

A metodologia aplicada no exercício de 2022, no âmbito do Banco Santander em Portugal, para a atividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base a metodologia de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente utiliza-se a Análise de Cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as carteiras. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

Paralelamente é efetuado um acompanhamento diário das posições e da conta de resultados, os quais incluem o ajuste de avaliação de crédito (CVA) e o ajuste de avaliação de débito (DVA).

Medidas de calibração e contraste (*Backtesting*)

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise de *backtesting*. O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (*clean P&L* - resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/espóricos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *backtesting* realizadas no Banco Santander Totta cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *backtesting* são efetuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, etc.

Limites

Para as carteiras de negociação utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV e gregos) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas

efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objetivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

Análise quantitativa do VaR durante o ano

O VaR manteve-se em níveis muito reduzidos, registando o valor de EUR 5.9 mil a 30/06/2022.

Controlo do Risco Estrutural de Balanço

O controlo do risco estrutural de balanço incide sobre o risco de taxa de juro e o risco de liquidez.

O risco de taxa de juro decorre dos desfasamentos nos vencimentos e na repreciação dos ativos e passivos e do impacto que movimentos adversos nas taxas de juro podem ter no valor económico ou na margem financeira do banco.

O risco de liquidez consiste no risco de o Banco não dispor dos recursos financeiros líquidos necessários para cumprir as obrigações no momento devido ou de incorrer num custo excessivo para as cumprir.

Metodologias

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através da modelização das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de repreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Banco.

Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco, como o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários (*stress test*).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas.

Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições de balanço que atuam como indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo, bem como indicadores de liquidez intradiária em situações normais e de stress e indicadores de alerta precoce.

O rácio LCR (Liquidity Coverage Ratio), calculado segundo as normas do BCE situou-se em 145,97% a 30/06/2022.

Limites

O controlo dos riscos de balanço é garantido através da aplicação de uma estrutura de limites quantitativos que visam manter as exposições dentro dos níveis autorizados. Os limites incidem sobre os seguintes indicadores:

- Taxa de juro: Sensibilidade da margem financeira e do valor económico, *stress test* da carteira ALCO, VaR;

- Liquidez: *Buffer* de liquidez, cenários de stress, rácios de liquidez de curto prazo e estrutural, rácios de oneração de ativos e de concentração.

Risco operacional

Definição e objetivos

O Banco Santander em Portugal define o risco operacional como o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas internos, ou resultantes de eventos externos. O risco operacional é inerente a todos os produtos, atividades, processos e sistemas e é gerado em todas as áreas de negócio e de suporte. Por esse motivo, todos os colaboradores são responsáveis pela gestão do risco operacional inerente às atividades, processos e sistemas próprios das suas funções habituais.

O principal objetivo em matéria de controlo e gestão do risco operacional consiste na identificação, avaliação, medição, controlo, mitigação e reporte deste mesmo risco, sendo que a identificação e mitigação das fontes de risco constituem uma prioridade para o Banco, independentemente de as mesmas terem ou não originado perdas efetivas.

Para efeitos de cálculo de requisitos de fundos próprios e em matéria de cobertura do risco operacional, o Grupo optou pelo Método Standard previsto no normativo de BIS II.

Modelo de gestão

O modelo organizativo do Banco Santander Totta em termos de controlo e gestão do Risco Operacional, resulta da adaptação à abordagem de Basileia II pelo Grupo.

A supervisão e controlo do risco operacional são realizados através dos seus órgãos de governo. Neste sentido, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva incluem de forma periódica na sua gestão o tratamento de aspetos relevantes em matéria de controlo e mitigação do Risco Operacional.

Com o objetivo de cumprir os requisitos regulatórios e de acordo com as melhores práticas do sector bancário, o Grupo definiu um modelo organizacional estruturado em três linhas de defesa.

A **primeira linha de defesa** é constituída por todas as unidades de negócio e funções de suporte, sendo responsável pelo risco operacional originado nas suas áreas e tem como principal função a identificação, avaliação, monitorização, mitigação e reporte deste risco.

A **segunda linha de defesa** é constituída pela área com função de controlo de Risco Operacional, e é responsável, por um lado por supervisionar o controlo efetivo do risco operacional nas suas diferentes vertentes, e por outro lado por avaliar se a sua gestão está em linha com o definido e se respeita os níveis de tolerância estabelecidos para o efeito. A segunda linha de defesa é uma função independente e complementa as funções de gestão e controlo da primeira linha.

A **terceira linha de defesa** é constituída pela Auditoria Interna, um órgão independente que assume funções de controlo e avalia periodicamente se as políticas, metodologias e procedimentos

são adequadamente implementados.

As diversas etapas do modelo de gestão e controlo permitem:

- Identificar o risco operacional inerente a todas as atividades, produtos, processos e sistemas do Banco.
- Definir o perfil de risco operacional, através da medição de métricas e indicadores por área e horizonte temporal, e estabelecer limites de tolerância e apetência pelo risco.
- Realizar e seguir o orçamento de risco operacional.
- Promover o envolvimento e integração de todos os colaboradores na cultura do risco operacional através da realização de formação em matéria de risco operacional e através da realização de reuniões periódicas.
- Medir e avaliar o risco operacional de forma objetiva, continuada e coerente tendo por base as exigências regulatórias (Basileia, Banco de Portugal, entre outros).
- Efetuar um seguimento contínuo e sistemático das fontes de exposição ao risco e implementar os respetivos mecanismos de controlo de modo a minimizar eventuais perdas.
- Estabelecer medidas e ações de mitigação que reduzam e mitiguem o risco operacional.
- Elaborar apresentações e relatórios periódicos de risco operacional, e realizar a sua divulgação junto dos diversos órgãos de gestão e supervisão (internos e externos).

O modelo de controlo de risco operacional implementado traduz-se nos seguintes benefícios:

- Promover o desenvolvimento de uma cultura de risco operacional robusta.
- Permitir uma gestão integral e eficaz do risco operacional (identificação, medição/avaliação, controlo/mitigação e reporte).
- Melhorar o conhecimento dos riscos operacionais, tanto reais como potenciais, e estabelecer a sua relação com as linhas de negócio e de suporte.
- Incrementar a melhoria dos processos e controlos e mitigar/reduzir eventuais perdas.
- Facilitar o estabelecimento de limites de apetência pelo risco operacional.

No que respeita à identificação, medição e avaliação do risco operacional, foram definidos diversos instrumentos quantitativos e qualitativos, que de forma conjunta permitem realizar um diagnóstico em matéria de risco operacional e classificar/avaliar as diversas áreas relativamente à gestão do seu próprio risco.

A análise quantitativa realiza-se fundamentalmente através de instrumentos que registam e quantificam o potencial nível de perdas associados a eventos de risco operacional, nomeadamente:

- Base de dados de eventos internos, cujo objetivo consiste no registo de eventos de risco operacional, com ou sem

eventuais impactos contabilísticos. Existem processos de conciliação contabilística que garantem a qualidade da informação incluída na base de dados.

- Base de dados de eventos externos, que disponibiliza informação quantitativa e qualitativa e facilita uma análise mais detalhada e estruturada dos eventos relevantes que possam ocorrer no sector.
- Análise de cenários, em que participam diversas áreas de negócio, segunda linha e coordenadores de risco operacional, tendo como objetivo a identificação de potenciais eventos com baixa probabilidade de ocorrência e elevada severidade para a instituição. Avalia-se o possível impacto e identificam-se se necessário, controlos adicionais e/ou medidas de mitigação, que minimizem o seu impacto.

A análise qualitativa permite avaliar aspetos relacionados com o perfil de risco. Os instrumentos utilizados são fundamentalmente:

- Autoavaliação de Risco Operacional (RCSA – *Risk Control Self-Assessment*), cujo objetivo principal consiste em identificar e avaliar os riscos operacionais em relação aos controlos existentes, e identificar eventuais medidas de mitigação.
- Indicadores (ORIs – *operational risk indicators*), são parâmetros de natureza diversa (métricas, índices e medidas) que disponibilizam informação útil acerca da exposição ao risco. Estes indicadores e respetivos limites são revistos periodicamente para alertar sobre alterações que possam antecipar a materialização dos principais riscos.
- Recomendações da auditoria interna, externa e reguladores, que proporcionam informação relevante sobre o risco, e permitem a identificação de eventuais debilidades e aspetos de melhoria.

O Banco desenvolve ainda modelos de supervisão e de controlo específicos em matéria de gestão de riscos tecnológico e ciber de modo a garantir o adequado seguimento dos sistemas de informação e o reforço da proteção cibernética do Banco. Não obstante, impera o princípio da homogeneização pelo que os modelos se encontram perfeitamente alinhados com as ferramentas e com os instrumentos de gestão do risco operacional já anteriormente mencionados.

Adicionalmente, existe ainda um conjunto de diversos instrumentos que complementam e asseguram um sólido ambiente de controlo, nomeadamente:

- Políticas e procedimentos;
- Planos de ação e/ou ações corretivas/mitigadoras;
- Gestão de crises e Plano de Continuidade de Negócio;
- Mecanismos de transferência de riscos e seguros;
- Acordo com terceiros e controlo de fornecedores.

O Banco implementou um programa de gestão avançada de risco operacional, tendo como principais objetivos o envolvimento de todos os colaboradores e dos órgãos de gestão no controlo e

mitigação do risco operacional. A implementação e divulgação da cultura de riscos do Banco Santander em Portugal permitem uma avaliação e monitorização mais eficiente do risco operacional e facilitam a tomada de decisão por parte das áreas de negócio e da Administração.

À semelhança dos anos anteriores, o Banco continua a desenvolver ações no sentido de melhorar a eficiência das ferramentas de gestão do risco operacional, incluindo uma aplicação específica que é utilizada pelas primeiras linhas de defesa e pelas diversas áreas de controlo. Trata-se de uma ferramenta integrada que permite o desenvolvimento de sinergias entre as diversas áreas e fomenta a utilização de metodologias comuns de avaliação e controlo do risco. Esta aplicação incorpora ainda a base de dados de eventos, o sistema de controlo, as métricas/indicadores e os planos de ação/mitigação dos riscos da instituição.

Risco de Cumprimento

O risco de Cumprimento é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos para a instituição, com projeção nos resultados ou no capital, decorrentes da violação de normas jurídicas, determinações específicas, obrigações contratuais, regras de conduta e de relacionamento com clientes, princípios éticos e práticas instituídas, relativas à atividade desenvolvida, que se materializem, designadamente, em sanções de carácter legal ou regulatório, afetação das oportunidades de negócio, redução do potencial de expansão ou impossibilidade de exigência do cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros.

As políticas de Cumprimento têm por finalidade a gestão do risco, determinando mecanismos e procedimentos que permitam: i) minimizar a probabilidade de que se concretize; ii) identificar, reportar à Administração, gerir, e superar as situações que, eventualmente, se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; e iv) evidenciar, se necessário, que o Banco tem estes riscos entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, deteção antecipada, mitigação e, sendo o caso, superação.

Sem prejuízo de todos os demais aspetos que decorrem do que fica exposto, a Política Global relativa ao Risco de Cumprimento, abrange, designadamente, os instrumentos identificados na lista abaixo, que são referidos pelo seu particular impacto na prevenção e gestão do risco.

Políticas e instrumentos de risco de cumprimento

- Valores Corporativos que se traduzem em “comportamentos” concretos, os quais pautam a conduta de todos os colaboradores;
- Política Global de Cumprimento;
- Prevenção de Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo;
- Códigos de conduta (com três dimensões: geral; na relação com os clientes e relativo ao mercado de valores);

- Política de Conduta na gestão das compras;
- Política e Procedimentos de Comercialização e Seguimento de Produtos;
- Política de Prevenção, Comunicação e Sanação de Conflitos de Interesses;
- Política Geral de Proteção e Tratamento de Dados Pessoais;
- Política de formação de colaboradores, que inclui formação regulamentar obrigatória, bem como adicional;
- Políticas de Prevenção de Corrupção e de Defesa Corporativa (o Santander possui uma Política Corporativa de Prevenção da Corrupção, incluindo, entre outros: i) Um canal de denúncias (Canal Aberto) onde qualquer colaborador pode comunicar, de forma confidencial e anónima, quaisquer eventuais violações dos Códigos de Conduta e/ou da Política de Prevenção da Corrupção e ii) outras eventuais irregularidades);
- Monitorização e seguimento de novos normativos;
- Articulação com as autoridades de supervisão e seguimento de ações por elas desenvolvidas.

Risco Reputacional

Entende-se por Risco de Reputação ou Reputacional a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a Instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma perceção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a Instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

Neste contexto, constitui preocupação fundamental do Banco a identificação, gestão e controlo do risco reputacional.

Sem prejuízo de reunir características próprias que permitem perspetivá-lo de modo autónomo, o risco reputacional mantém, todavia, uma conexão muito forte com diversos outros riscos, especialmente o de cumprimento, razão pela qual as contingências em que se materializa dependerem, em larga medida, de ocorrências verificadas na gestão daqueles.

Em definitivo, o risco reputacional situa-se no termo da cadeia de todos os riscos envolvidos nas diversas fases e vertentes da atividade desenvolvida, traduzindo a perceção pública generalizada da instituição, em fatores igualmente tão significativos mas tão diferenciados como a solidez, o rigor, a transparência, a verdade, a tutela de interesses e de bens confiados, a eficiência, a lealdade e o reto procedimento.

Políticas de risco reputacional

- Política de Risco Reputacional;
- Política de Setores Sensíveis (regula o financiamento a determinados setores considerados sensíveis, devido à sua possível repercussão social, política ou cultural, estabelecendo as pautas para avaliar e decidir sobre o envolvimento com esses mesmos setores, de forma a

- conseguir identificar, gerir e prevenir o risco reputacional associado);
- Política de Defesa (definindo os critérios a seguir na atividade financeira relacionada com este setor e prevendo um procedimento de análise de todas as operações e clientes abrangidos no setor).
 - Política de Contribuições para Fins Sociais (definindo os critérios a seguir na atribuição de donativos com finalidades sociais).

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Prevenção de branqueamento de capitais

A função de cumprimento em matéria de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo (PBCFT) do Banco Santander em Portugal está corporizada na área de PBCFT, integrada na área de Cumprimento e Conduta, que materializa a função de "compliance" e que funciona de forma independente e permanente, e no Comité de Análise e Resolução que é um órgão de controlo interno para a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

A área de PBCFT dispõe de autonomia funcional e reporta ao responsável da área de Cumprimento e Conduta (*Chief Compliance Officer*).

Tem como objetivo principal a gestão dos riscos de cumprimento relativos ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e sanções, zelando para que a atividade se desenvolva em conformidade com todo o normativo aplicável, na prevenção e minimização de danos, nomeadamente decorrentes de eventuais sanções, bem como de caráter reputacional.

Para este efeito, além de contar com um "Responsável pelo Cumprimento Normativo" e de uma estrutura orgânica especializada e exclusivamente dedicada, existem normativos internos e estão implementados procedimentos e controlos específicos, corporizando o sistema de controlo interno em matéria de PBCFT, que é objeto de auditoria anual.

Ao responsável pelo cumprimento normativo nesta matéria, compete:

- Participar na definição e emitir parecer prévio sobre as políticas e os procedimentos e controlos destinados a PBCFT;
- Acompanhar, em permanência, a adequação, a suficiência e a atualidade das políticas e dos procedimentos e controlos em matéria de PBCFT, propondo as necessárias atualizações;
- Participar na definição, acompanhamento e avaliação da política de formação interna;
- Assegurar a centralização de toda a informação relevante que provenha das diversas áreas de negócio da entidade obrigada;
- Desempenhar o papel de interlocutor das autoridades judiciais, policiais e de supervisão e fiscalização, designadamente dando cumprimento ao dever de comunicação e assegurando o exercício das demais obrigações de comunicação e colaboração.

Ao *Chief Compliance Officer* compete, nomeadamente, a coordenação da área de PBCFT e a avaliação de situações que lhe sejam submetidas pelo Responsável de Cumprimento Normativo.

Ao Comité de Análise e Resolução compete, nomeadamente:

- Aprovação de políticas e objetivos gerais do sistema de prevenção de Branqueamento de Capitais e de Financiamento do Terrorismo e do normativo aplicável às diferentes áreas e órgãos;

- Seguimento de atividades do Departamento de Prevenção de Branqueamento de Capitais;
- Determinação de quaisquer procedimentos específicos que devam ser adotados na matéria por qualquer área;
- Aprovação das linhas gerais dos programas de formação e seguimento da respetiva execução;
- Avaliação de operativas que lhe sejam submetidas e determinação de medidas que considere adequadas, incluindo a comunicação às autoridades judiciais de operações que o não tenham sido pelo RCN;
- No domínio da respetiva competência, o seguimento das recomendações de auditoria interna e externa bem como, sendo o caso, de determinações específicas e recomendações de autoridades de supervisão;
- Apreciação de qualquer outro assunto que lhe seja submetido pela área de Prevenção de Branqueamento de Capitais;

Em 2022, foram efetuados os seguintes reportes aos Supervisores:

- i) Relatório de PBCFT conforme determina a Instrução do Banco de Portugal n.º 5/2019;
- ii) Reporte previsto no n.º 1 do artigo 18.º do Regulamento da CMVM n.º 2/2020 relativo a PBCFT."

Estrutura acionista

Acionista	N.º Ações	%
Santander Totta, SGPS, S.A.	1.376.219.267	98,88%
Taxagest - SGPS, S.A.	14.593.315	1,05%

Movimento de ações próprias

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no passado dia 4 de maio de 2022, o Banco Santander Totta S.A. diretamente por si ou por sociedade sua dependente, pode adquirir ações próprias bem como alienar as adquiridas até ao limite e nas demais condições da lei.

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco Santander Totta S.A. detinha 423.060 ações próprias correspondentes a 0,034% do seu capital social. Durante o primeiro semestre de 2022, o Banco Santander Totta S.A. comprou 2.683 ações próprias, correspondentes a 0,0002% do seu capital social, fechando o primeiro semestre de 2022 com um total de 425.743 ações próprias.

A 25 de maio de 2022, o Banco realizou aumento de capital, mediante a emissão de 135.056.390 novas ações.

TRANSAÇÃO COM AÇÕES PRÓPRIAS DURANTE O 1º SEMESTRE DE 2022

Banco Santander Totta, S.A.	Número de ações	Preço médio unitário (€)	Valor Contabilístico (€)	% no Capital Social
31-12-21	423.060	5,22	2.208.122	0,034%
Aquisição de ações	2.683	4,66	12.491	0,0002%
Alienação de ações	0	0,00	0	0,000%
Saldo em 30/6/2022	425.743	5,22	2.220.613	0,031%

INDICADORES ALTERNATIVOS DE DESEMPENHO

Apresenta-se um conjunto de Indicadores Alternativos de Desempenho (IAD), utilizado no Relatório de Gestão, elaborado em conformidade com as orientações emitidas pela ESMA (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados) em 5 de outubro de 2015 (ESMA/2015/1415pt).

O Banco utiliza, para análise da gestão, um conjunto de indicadores, para medição da rentabilidade, eficiência e dinâmicas de volumes de negócio. Na sua maioria, estes indicadores são derivados da informação financeira divulgada de acordo com as normas contabilísticas em vigor (informação IFRS), mas outros são calculados com informação de gestão (informação MIS), não diretamente relacionável com a informação IFRS. De igual modo, alguns indicadores podem ser calculados corrigindo de movimentos não recorrentes, visando traduzir a dinâmica subjacente da atividade, rentabilidade e eficiência do Banco.

Os indicadores são discriminados seguidamente, efetuando-se a remissão, no possível, para a informação IFRS.

Margem financeira

"Rendimentos de juros" deduzidos das "Despesas com juros", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Rendimento de instrumentos de capital

"Rendimento de dividendos", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultado de associadas

"Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Comissões líquidas

"Rendimentos de taxas e comissões" deduzidos das "Despesas de taxas e comissões", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Outros resultados de exploração

"Outras receitas operacionais" deduzidas de "Outras despesas operacionais", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Margem comercial

Soma da "Margem financeira", "Rendimento de instrumentos de capital", "Resultado de associadas", "Comissões líquidas" e "Outros resultados de exploração".

Resultado em operações financeiras

Soma de "Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido", "Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros, detidos para negociação, valor líquido", "Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido", "Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido", "Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido", "Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas", "Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Produto bancário

"Margem comercial" adicionada de "Resultado em operações financeiras".

Custos operacionais

Soma de "Despesas de pessoal", de "Outras despesas administrativas" e de "Depreciação", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultado de exploração

"Produto bancário" subtraído de "Custos operacionais" e de "Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Imparidade, provisões líquidas e outros resultados

Soma de "Provisões ou reversão de provisões", de "Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados", de "Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros", de "Ganhos ou perdas outros, valor líquido", e de "Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam

“Resultado de exploração” subtraído de “Imparidades, provisões líquidas e outros resultados”.

Impostos

“Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam

“Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam” deduzido de “Impostos”.

Interesses que não controlam

“Lucros ou prejuízos do período – atribuíveis a participações minoritárias sem controlo”, tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST

“Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam”, deduzido de “Interesses que não controlam”.

Rácio de eficiência

Rácio entre os “Custos operacionais” e o “Produto bancário”.

Rácio Crédito / Depósitos (rácio de transformação)

Calculado de acordo com a Instrução 6/2018 do Banco de Portugal.

Volume de Negócio

Soma do “Crédito a clientes (bruto)” com os “Recursos de clientes”.

Crédito a clientes (bruto)

Corresponde à soma das rubricas de balanço: “Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral – empréstimos e adiantamentos”, “Ativos financeiros pelo custo amortizado – títulos de dívida” e “Ativos financeiros pelo custo amortizado - Empréstimos e adiantamentos”, expurgado de “Outros saldos a receber” e de “Empréstimos e adiantamentos – instituições de crédito”, conforme consta na nota 9 do capítulo “Notas às demonstrações financeiras consolidadas” e da nota 8 do capítulo “Notas às demonstrações financeiras individuais”. Valores antes de imparidades.

Crédito a clientes (líquido)

Crédito a clientes (bruto), líquido de imparidades. As imparidades correspondem à soma de “Imparidade para títulos de dívida” e “Imparidade para empréstimos e adiantamentos – clientes e outros saldos a receber” conforme consta na nota 9 do capítulo “Notas às demonstrações financeiras consolidadas” e da nota 8 do capítulo “Notas às demonstrações financeiras individuais”.

Crédito a particulares (habitação e consumo) e empresas

Definido de acordo com a segmentação da informação de gestão (MIS).

Rácio de non-performing exposure

Exposição não produtiva (NPE), definida de acordo com o documento “Orientações sobre créditos não produtivos dirigidas a instituições de crédito” do Banco Central Europeu (março 2017), em rácio da exposição total, incluindo extrapatrimoniais.

Custo do crédito

Rácio entre a “Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados - Ativos financeiros pelo custo amortizado” (da Demonstração dos Resultados) e a média do “Crédito a clientes (bruto) (do balanço).

Cobertura de non-performing exposure

Imparidades de exposições não-produtivas em relação ao total de exposições não produtivas (NPE).

Depósitos

Corresponde à rubrica “Depósitos – Clientes” – ver nota 16 (no capítulo das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas) e nota 15 (no capítulo das Notas às Demonstrações Financeiras individuais).

Recursos fora de balanço

Soma dos “Fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco” e dos “Seguros e outros recursos”, cuja informação é obtida através da Santander Asset Management e/ou do sistema de informação de gestão (MIS).

Recursos de clientes

Soma de "Recursos de clientes (depósitos)" com os "Recursos fora de balanço".

Liquidity Coverage Ratio (LCR)

O LCR (rácio de cobertura de liquidez), de acordo com o disposto no artigo 412.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 575/2013, deverá ser igual ao rácio entre a reserva de liquidez de uma instituição de crédito e as suas saídas de liquidez líquidas durante um período de tensão de 30 dias de calendário.

Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)

Rácio entre o "Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST" e o Total dos capitais próprios no início do período.

Rendibilidade do ativo (ROA)

Rácio entre o "Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST" e o Total do ativo.

Declaração a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-J do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-J do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-J do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, as demonstrações financeiras condensadas relativas ao 1.º semestre do exercício de 2022 foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco Santander Totta, S.A e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente as informações exigidas nos termos do n.º 2 do artigo 29.º-J do Código de Valores Mobiliários”.

Conselho de Administração

José Carlos Brito Sítima Presidente	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida Vice-Presidente
Amílcar da Silva Lourenço Vogal	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais Vogal
Cristina Alvarez Alvarez Vogal	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça Vogal
João Pedro Cabral Tavares Vogal	Isabel Cristina da Silva Guerreiro Vogal
Manuel António Amaral Franco Preto Vogal	Manuel Maria de Olazabal y Albuquerque Vogal
Maria Manuela Machado Costa Farelo Ataíde Marques Vogal	Miguel Belo de Carvalho Vogal
Remedios Ruiz Macia Vogal	Ricardo Lopes da Costa Jorge Vogal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As contas referentes ao 1.º semestre de 2022 não foram objeto de revisão limitada nem do respectivo parecer por parte dos auditores do Banco.



DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	Notes	(Montantes expressos em milhares de Euros) 30-06-2022	31-12-2021
ATIVO			
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	5	10.793.737	8.711.389
Ativos financeiros detidos para negociação	6	496.910	587.772
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	7	82.742	99.167
Instrumentos de capital		82.742	99.167
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	8	4.767.743	5.339.913
Instrumentos de capital		148.830	72.520
Títulos de dívida		2.090.229	2.288.091
Empréstimos e adiantamentos		2.528.684	2.979.302
Ativos financeiros pelo custo amortizado	9	40.795.053	40.373.867
Títulos de dívida		3.415.786	3.458.792
Empréstimos e adiantamentos		37.379.267	36.915.075
Derivados - Contabilidade de cobertura	10	303.896	7.447
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	11	35.783	38.161
Ativos tangíveis	12	487.154	497.500
Propriedades de investimento		210.020	213.731
Ativos tangíveis		277.134	283.769
Ativos intangíveis	12	32.779	33.648
Ativos por impostos	13	287.149	254.508
Outros ativos	14	166.568	148.336
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	15	21.658	74.911
TOTAL DO ATIVO		58.271.172	56.166.619
PASSIVO			
Passivos financeiros detidos para negociação	6	494.698	605.331
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado	16	53.176.030	49.988.573
Depósitos		49.196.923	46.762.551
Títulos de dívida emitidos		3.708.474	3.006.747
Outros passivos financeiros		270.633	219.275
Derivados - Contabilidade de cobertura	10	136.515	294.108
Provisões	17	180.955	201.810
Compromissos e garantias concedidos		48.264	51.178
Outras provisões		132.691	150.632
Passivos por impostos	13	382.586	344.847
Capital social reembolsável à vista	18	46.593	54.805
Outros passivos	19	543.385	426.256
TOTAL DO PASSIVO		54.960.762	51.915.730
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	20	1.391.780	1.256.723
Prémios de emissão	20	193.390	193.390
Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital social	20	400.000	135.000
Outro rendimento integral acumulado	20	(205.550)	(139.544)
Rubricas que não serão reclassificados em resultados		(442.553)	(609.005)
Rubricas que podem ser reclassificados em resultados		237.003	469.461
Lucros retidos	20	402.736	1.608.681
Outras reservas	20	939.527	969.610
Ações próprias	20	(44.103)	(44.091)
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	21	232.004	270.494
Participações minoritárias sem controlo	22	626	626
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS		3.310.410	4.250.889
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS		58.271.172	56.166.619

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira consolidada para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2022.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
 PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

		(Montantes expressos em milhares de Euros)	
	Notes	30-06-2022	30-06-2021
Rendimentos de juros	24	544.856	551.461
Despesas com juros	24	(175.979)	(169.616)
MARGEM FINANCEIRA		368.877	381.845
Rendimento de dividendos	25	3.656	1.533
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência	26	1.382	1.097
Rendimentos de taxas e comissões	27	292.881	256.476
Despesas de taxas e comissões	27	(50.474)	(50.633)
Ganhos ou perdas com o desconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	28	753	129.180
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido	28	6.269	(2.623)
Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	28	3.834	1.313
Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido	28	-	-
Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido	28	8.873	6.296
Ganhos ou perdas com o desconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido	29	(410)	(25)
Outras receitas operacionais	30	9.280	9.239
Outras despesas operacionais	30	(3.648)	(6.175)
PRODUTO BANCÁRIO		641.273	727.523
Despesas administrativas	31	(216.206)	(255.447)
Despesas de pessoal		(129.297)	(157.299)
Outras despesas administrativas		(86.909)	(98.148)
Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos	32	(41.438)	(37.679)
Depreciação	12	(22.893)	(25.205)
Provisões ou reversão de provisões	17	(749)	(238.749)
Compromissos e garantias concedidos		2.915	(431)
Outras provisões		(3.664)	(238.318)
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados	17	1.159	(68.775)
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral		24	1
Ativos financeiros pelo custo amortizado		1.135	(68.776)
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros	17	(1.665)	(1.384)
Ganhos ou perdas outros, valor líquido	1.3 l)	(35.884)	(29.565)
Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas	33	16.624	10.303
LUCROS OU PREJUÍZOS DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO ANTES DE IMPOSTOS		340.221	81.022
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação	13	(108.217)	(31.190)
LUCROS OU PREJUÍZOS DO PERÍODO		232.004	49.832
Atribuíveis a participações minoritárias sem controlo		-	-
Atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	22	232.004	49.832

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados consolidados
 para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2022.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS
 PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	30-06-2022		30-06-2021	
		Atribuível aos acionistas do Banco	Atribuível a interesses que não controlam	Atribuível aos acionistas do Banco	Atribuível a interesses que não controlam
Lucros ou prejuízos do período		232.004	-	49.832	-
Outro rendimento integral	20	(66.006)	-	(112.383)	-
Rubricas que não serão reclassificadas em resultados					
Remensuração com planos de pensões de benefício definido	20				
. Valor bruto		112.768	-	30.459	-
. Impacto fiscal		-	-	-	-
Varição do justo valor dos instrumentos de capital próprio contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral					
. Valor bruto	8	76.191	-	(133)	-
. Impacto fiscal		(22.223)	-	-	-
Rubricas que podem ser reclassificadas em resultados					
Coberturas de fluxos de caixa	20				
. Valor bruto		(119.934)	-	52.288	-
. Impacto fiscal		37.180	-	(16.210)	-
Instrumentos de dívida contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral					
Variação no justo valor					
. Valor bruto	8	(69.607)	-	(214.165)	-
. Impacto fiscal		21.527	-	66.340	-
Empréstimos e adiantamentos contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral					
Variação no justo valor					
. Valor bruto	8	(147.798)	-	(45.616)	-
. Impacto fiscal		45.817	-	14.141	-
Proporção de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em associadas					
. Valor bruto		100	-	253	-
. Impacto fiscal		(27)	-	260	-
Rendimento integral consolidado do período		165.998	-	(62.551)	-

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2022.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022 E PARA O EXERCÍCIO DE 2021

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prêmios de emissão	Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital social	Outro rendimento integral acumulado		Lucros retidos	Outras reservas	Ações próprias	Lucros ou prejuízos atribuíveis aos proprietários da empresa mãe	Interesses minoritários	Total do capital próprio
				De justo valor	Por impostos						
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.256.723	193.390	135.000	79.919	(87.279)	951.973	1.367.315	(44.061)	257.749	627	4.111.356
Aplicação dos resultados											
. Transferência para reservas (Nota 20)	-	-	-	-	-	656.708	(398.959)	-	(257.749)	-	-
Aquisição de ações próprias (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	(30)	-	-	(30)
Alienação de instrumentos de capital da carteira ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	(1.499)	235	-	1.264	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	(10)	-	-	(1)	(11)
Rendimento integral do exercício de 2021	-	-	-	(212.751)	81.831	-	-	-	270.494	-	139.574
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.256.723	193.390	135.000	(134.331)	(5.213)	1.608.681	969.610	(44.091)	270.494	626	4.250.889
Aplicação dos resultados											
. Transferência para reservas (Nota 20)	-	-	-	-	-	300.574	(30.080)	-	(270.494)	-	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(1.506.519)	-	-	-	-	(1.506.519)
Aumento de capital com reutilização das Prestações Acessórias	135.057	-	(135.000)	-	-	-	-	-	-	-	57
Emissão de "Additional Tier 1 Instruments" (Nota 20)	-	-	400.000	-	-	-	-	-	-	-	400.000
Aquisição de ações próprias (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	(12)	-	-	(12)
Outros	-	-	-	-	-	-	(3)	-	-	-	(3)
Rendimento integral do primeiro semestre de 2022	-	-	-	(148.280)	82.274	-	-	-	232.004	-	165.998
Saldos em 30 de junho de 2022	1.391.780	193.390	400.000	(282.611)	77.061	402.736	939.527	(44.103)	232.004	626	3.310.410

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio consolidado para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2022.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
 PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021

		(Montantes expressos em milhares de Euros)	
	Notas	30-06-2022	30-06-2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Rendimentos de juros e comissões		812.661	781.166
Despesas com juros e comissões		(257.695)	(252.356)
Despesas administrativas		(240.904)	(302.781)
Contribuições para os fundos de pensões	35	-	-
Resultados cambiais e outras receitas/despesas operacionais		(26.933)	(28.318)
Recuperação de créditos incobráveis	17	3.403	2.768
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos e passivos operacionais		290.532	200.479
(Aumentos) diminuições de ativos operacionais:			
Ativos financeiros pelo custo amortizado - Instituições de crédito		5.546	5.932
Ativos financeiros detidos para negociação		90.862	167.290
Ativos financeiros pelo custo amortizado - Clientes		(424.220)	(535.869)
Ativos e passivos ao justo valor através de resultados		(81.239)	27.285
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda		132.653	(9.667)
Propriedades de investimento		3.711	1.011
Outros ativos		(87.832)	9.023
		(360.519)	(334.995)
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:			
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado - Instituições de crédito		152.005	(580.110)
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado - Clientes		2.340.236	1.911.981
Passivos financeiros detidos para negociação		(110.633)	(170.416)
Outros passivos		229.589	115.837
		2.611.197	1.277.292
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento		2.541.210	1.142.776
Impostos pagos		(56.703)	(31.598)
Caixa líquida das atividades operacionais		2.484.507	1.111.178
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Dividendos recebidos	25	3.656	1.533
Aquisição ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral		(229)	7.255
Alienação de ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral		1.874	2.010.767
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	7	16.425	2.837
Rendimentos adquiridos ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral		23.240	27.800
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	12	(15.934)	(17.085)
Vendas de ativos tangíveis		134	284
Caixa líquida das atividades de investimento		29.166	2.033.391
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Aumento de capital	20	135.057	-
Distribuição de dividendos	20	(1.506.519)	-
Emissão de "Additional Tier 1 Instruments"	20	400.000	-
Reembolso de prestações acessórias	20	(135.000)	-
Emissão de dívida titulada e subordinada	16	695.654	-
Reembolso de dívida titulada e subordinada		(17.724)	(40.008)
Remuneração paga de dívida emitida		(2.793)	(10.957)
Caixa líquida das atividades de financiamento		(431.325)	(50.965)
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes		2.082.348	3.093.604
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	8.711.389	4.535.815
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	10.793.737	7.631.016

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2022.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco”, ou “Grupo”) foi constituído em 1864, assumia anteriormente a denominação de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) e encontra-se sediado em Portugal na Rua do Ouro, nº 88, Lisboa. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de ações efetuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

A partir de dezembro de 2000, o Banco integrou o Grupo Santander, na sequência da aquisição por este do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Os principais saldos e transações mantidos com empresas do Grupo Santander durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 e exercício de 2021 encontram-se detalhados na Nota 37. O Banco integra a consolidação do Banco Santander, S.A. (*ultimate parent*).

No dia 16 de dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia, SGPS, S.A. e na Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo o remanescente da sua atividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), sido incorporados por fusão no CPP que alterou a sua designação para a atual.

Em 3 de maio de 2010, o Banco procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN). A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de janeiro de 2010.

Em 1 de abril de 2011, o Banco procedeu à fusão por incorporação da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC).

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), o Banco adquiriu a atividade bancária e um conjunto de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão desta entidade.

Na sequência da deliberação do Conselho Único de Resolução no que respeita à aplicação de uma medida de resolução ao Banco Popular Español, S.A., tomada no dia 7 de junho de 2017, através do instrumento de alienação da totalidade da atividade, com a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social do Banco Popular Español, S.A. para o Banco Santander, S.A., este passou a deter, indiretamente, a totalidade do capital social e dos direitos de voto do Banco Popular Portugal, S.A. (BAPOP). Neste sentido, em 27 de dezembro de 2017, o Banco comprou a totalidade do capital e dos direitos de voto do BAPOP procedendo nessa data à fusão por incorporação.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os setores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no país e no estrangeiro.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 351 balcões (358 balcões em 31 de dezembro de 2021). Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao primeiro semestre de 2022 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 27 de setembro de 2022.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e efetivas à data de 01 de janeiro de 2020, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 5/2005, de 30 de dezembro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são efetuados ajustamentos de conversão para as IAS/IFRS.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 30 de junho de 2022, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas com referência a 31 de dezembro de 2021, aplicando em particular a IAS 34 (relato financeiro intercalar).

A partir do exercício de 2020 o Banco passou a apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com as orientações do Regulamento (EU 2017/1443 de 29 de junho de 2017).

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo.

Na preparação das demonstrações financeiras o Banco segue a convenção de custo histórico, modificada quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de: - Ativos financeiros detidos para negociação; - Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados; - Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral; - Derivados; e - Propriedades de Investimento.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas do Grupo. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 2.

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas numa base de continuidade, uma vez que o Conselho de Administração considera que o Banco dispõe de recursos necessários para continuar a operar. A avaliação efetuada pelo Conselho de Administração baseia-se num conjunto alargado de informação relacionada com as condições atuais e futuras, incluindo projeções sobre rentabilidade futura, fluxos de caixa, requisitos de capital e fontes de financiamento.

No âmbito da aplicação das IFRS tal como aprovadas pela União Europeia, o Banco adotou com referência a 1 de janeiro de 2022 as seguintes normas, alterações e interpretações:

- **IFRS 16** (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021'. A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022, permitindo registar as rendas bonificadas no âmbito da COVID-19 como pagamentos da locação variáveis e não como uma modificação à locação. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que a extensão do expediente prático apenas pode ser aplicada pelos locatários que aplicaram o expediente prático anterior.
- **IAS 16** (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento'. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos.
- **IAS 37** (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato'. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.
- **IFRS 3** (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual'. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21 e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva.
- Melhorias às normas 2018 – 2020. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: **IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41**.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia já endossou:

- **IAS 1** (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas'. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material" em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O *IFRS Practice Statement 2*, foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas.

- **IAS 8** (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas'. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.
- **IFRS 17** (nova), 'Contratos de seguro'. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.
- **IFRS 17** (alteração), 'Contratos de seguro'. Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia ainda não endossou:

- **IAS 1** (alteração), 'Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos'. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant". Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.
- **IAS 12** (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação'. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças tributáveis deixam de ser sujeitas à isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio, conforme apropriado) do período comparativo mais antigo apresentado.

- **IFRS 17** (alteração), 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa'. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17 e permite a adoção de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9.

Na sequência das normas e interpretações supra referidas não foram identificados impactos materiais.

1.2. Consolidação de empresas filiais e entidades sob controlo conjunto e registo de empresas associadas (IFRS10, IFRS11, IAS 28 e IFRS3)

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, rendimentos, despesas, outros rendimentos integrais e fluxos de caixa do Grupo e as das entidades controladas por si direta e indiretamente (Nota 4), incluindo entidades com finalidade especial.

Subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando detém o poder de dirigir as atividades relevantes da entidade, e quando está exposto, ou tenha direito, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade. As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global a partir do momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que o controlo cessa. As transações e os saldos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica "Participações minoritárias sem controlo" (Nota 22). Adicionalmente, em resultado da aplicação da IFRS 10 – "Demonstrações Financeiras Consolidadas", o Grupo inclui no seu perímetro de consolidação entidades com finalidade especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efetivo e quando está exposto à maioria dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Por outro lado, o Grupo gere ativos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiros. As demonstrações financeiras dos fundos de investimento não são incluídas no perímetro de consolidação do Grupo, exceto quando este detém o controlo desses fundos de investimento, nomeadamente quando tem mais de 50% das suas unidades de participação, casos esses em que aqueles fundos são consolidados pelo método da integração global. De acordo com o estabelecido na IAS 32 e na IFRS 10, o valor correspondente à participação de terceiros nos fundos de investimento que foram consolidados pelo método da integração global é apresentado como um passivo na rubrica “Capital social reembolsável à vista”. Os interesses que não controlam de resultados do Fundo Novimovest são reconhecidos como uma dedução à rubrica “Outras receitas/despesas operacionais” atendendo à natureza dos principais rendimentos auferidos por esse fundo.

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que o Grupo passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma cessa. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo exerce influência significativa, mas em que não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (direta ou indireta) superior a 20%, mas inferior a 50% (com direitos de voto proporcionais à participação) ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas. Os dividendos atribuídos pelas Associadas reduzem ao valor do investimento realizado pelo Grupo. O Grupo realiza testes de imparidade para os seus investimentos em associadas, sempre que se verificarem indícios de imparidade. As perdas de imparidade contabilizadas em períodos anteriores podem ser reversíveis, até ao limite das perdas acumuladas.

O *goodwill* corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição dos negócios e a percentagem efetiva equivalente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas adquiridas, assim como quaisquer instrumentos de Capital Próprio emitidos pelo Grupo. Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao *goodwill*, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o *goodwill* é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, nunca superiores ao grupo de ativos que compõem cada segmento operacional do Grupo, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas de *cash-flows* futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo e assentes em metodologias apropriadas e aceites. As perdas por imparidade associadas ao *goodwill* são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas. O *goodwill* das empresas associadas é incluído no valor de balanço da participação, sendo esta sujeita a testes de imparidade.

Na data da primeira adoção das IFRS, o Grupo decidiu não aplicar retrospectivamente a IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais” (IFRS 3). Neste sentido, o *goodwill* resultante de aquisições ocorridas até 1 de janeiro de 2004 encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescentadas ao capital próprio, tal como permitido pela IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de janeiro de 2004 foram registadas pelo método da compra. O Grupo reconheceu o justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos ou efetuou a respetiva valorização de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis para alguns ativos e passivos em que aquele não é o princípio de mensuração previsto na IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”. O custo de aquisição equivaleu ao valor determinado à data da compra, dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos e das contingências, nos termos da IFRS 3. Deste modo, o Grupo aplicou a IAS 19 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com os benefícios de colaboradores e a IAS 12 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com impostos sobre o rendimento.

Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos, e após a sua confirmação nos termos previstos na IFRS 3, é superior ao custo de aquisição (ganho na compra a desconto), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados. Nos termos da IFRS 3, o Grupo tem um período máximo de um ano contado a partir da data de aquisição para obter informação em falta e eventualmente corrigir de forma retrospectiva o valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos e, conseqüentemente, o resultado determinado na compra.

Com a aplicação das alterações às normas IFRS 3 e IAS 27, o Grupo definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados. O goodwill é apurado nessa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos ativos e passivos da participada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às normas acima referidas, o Grupo reavaliou por resultados as participações nas quais perdeu o controlo.

As políticas contabilísticas das subsidiárias e das associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os gastos e rendimentos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transações em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera (“moeda funcional”), sendo expressas em euros.

As transações em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes rendimentos e gastos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os ativos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio oficial de divisas (“fixing” do Banco de Portugal).

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o câmbio das principais moedas distintas da moeda funcional era:

Moeda	<u>30-06-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
USD	1,03870	1,13260
GBP	0,85820	0,84028

c) Instrumentos financeiros

A classificação dos **ativos financeiros** segue três critérios:

- O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- O tipo de instrumento financeiro isto é (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
- As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as categorias de ativos financeiros previstas para instrumentos financeiros de dívida são:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect”.
- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral (“FVTOCI”), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect & Sale”.
- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor através de resultados (“FVTPL”).

O Banco avaliou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores entre os quais se destacam o seu plano de negócios e as atuais políticas de gestão do risco. Para o modelo de negócio “Hold to Collect”, por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos *thresholds* quantitativos tendo por base a experiência passada. As vendas previstas para os ativos financeiros classificados neste modelo de negócio não ultrapassam os *thresholds* definidos pelo Banco.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

Reclassificações entre carteiras de instrumentos financeiros

De acordo com a IFRS 9, caso a entidade altere o seu modelo de negócio, deverá proceder à reclassificação dos respetivos ativos de acordo com o seu novo modelo de negócio. De acordo com a referida norma, estas alterações devem ser pouco frequentes devendo cumprir com os seguintes requisitos, nomeadamente:

- A alteração do respetivo modelo de negócio deverá ser tomada pela Administração;
- A referida alteração deverá impactar significativamente nas operações da entidade; e
- A alteração deverá ser demonstrável a entidades externas.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados na rubrica da demonstração dos resultados "Imparidade de ativos financeiros pelo custo amortizado". Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses ativos, líquido de perdas por imparidade.

Crédito titularizado não desreconhecido

O Banco não desreconhece do ativo os créditos vendidos nas operações de titularização quando:

- mantém o controlo sobre as operações;
- continua a receber parte substancial da sua remuneração; e
- mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica "Ativos financeiros pelo custo amortizado" e são sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o respetivo prazo das operações de crédito.

A manutenção do risco e/ou benefício é representada pelas obrigações com grau de risco mais elevado emitidas pelo veículo de titularização. O valor registado no ativo e no passivo representa a proporção do risco/benefício detido pelo Banco (envolvimento continuado).

As obrigações emitidas pelos veículos de titularização e detidas por entidades do Grupo são eliminadas no processo de consolidação.

Desreconhecimento

Os ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros rendimentos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

As garantias de performance são inicialmente reconhecidas ao justo valor, que é normalmente evidenciado pelo valor das comissões recebidas no período de duração do contrato. Aquando da quebra contratual, o Banco tem o direito de reverter a garantia, sendo os valores reconhecidos em Ativos financeiros pelo custo amortizado após a transferência da compensação de perdas para o beneficiário da garantia.

Reconhecimento de rendimentos e despesas de taxas e comissões

Os rendimentos de taxas e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de taxas e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.

Os rendimentos de taxas e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

O reconhecimento de despesas de taxas e comissões é efetuado de acordo com os mesmos critérios adotados para os rendimentos.

Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral incluem instrumentos de capital e de dívida que são registados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor acrescidos dos gastos de transação, e subsequentemente mensurados ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Outro rendimento integral acumulado" até à sua venda onde são reclassificados para resultados do período, com exceção dos instrumentos de capital que se mantêm em capital.

Os juros inerentes são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados em resultados na rubrica de "Rendimentos de juros".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Rendimento de dividendos" na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como rendimentos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados

Os ativos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável em mercados ativos adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor, com os gastos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas "Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido" e "Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido", respetivamente.

O justo valor dos ativos financeiros detidos para negociação e transacionados em mercados ativos é o seu "bid-price" mais representativo, dentro do intervalo "bid-ask" ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "discounted cash flows". Quando são utilizadas técnicas de "discounted cash flows", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados que não sejam transacionados em bolsa, incluindo a componente de risco de crédito atribuído às partes envolvidas na operação ("Credit Value Adjustments" e "Debit Value Adjustments"), é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia dos intervenientes.

Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida de custos de transação e são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito, depósitos de clientes e títulos de dívida emitidos.

Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados na data de liquidação, em conta específica do passivo, sendo periodificados os respetivos juros a pagar.

Transações em mercado secundário

O Banco efetua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respetivas rúbricas da dívida emitida (capital, juros e comissões) e as diferenças entre o montante liquidado e o abate, ou o aumento do passivo, são reconhecidas de imediato em resultados.

Contabilidade de cobertura

O modelo de contabilidade de cobertura da IFRS 9 visa não só simplificar o processo de criação e manutenção das relações de cobertura, mas também alinhar a contabilização destas relações com as atividades de gestão de risco de cada instituição, alargar a elegibilidade de um maior número de instrumentos cobertos e de cobertura, mas também tipos de risco.

A IFRS 9 ainda não contempla regras para a contabilização de coberturas denominadas de *macro-hedging*, sendo que estas se encontram ainda a ser definidas pelo IASB. Em virtude desta limitação da IFRS 9, e no que se refere à contabilidade de cobertura, é permitido às instituições optarem por manter os princípios contabilísticos da IAS 39 (apenas para a contabilidade de cobertura) até à conclusão do projeto de *macro-hedging* pelo IASB. Neste enquadramento, o Banco decidiu continuar a aplicar a contabilidade de cobertura definida no âmbito da IAS 39.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivados, nomeadamente para cobertura do risco de taxa de juro, resultante de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Banco.

Nos termos previstos na norma, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco;
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz;
- A efetividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- A cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período do relato financeiro;
- Em relação à cobertura de uma transação prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar os resultados.

A contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos aqueles requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia da cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125% a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento financeiro derivado de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objeto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados ao longo do seu período de vigência remanescente. Se o ativo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento financeiro derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidas como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o seu período de vigência remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos de caixa futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transação futura altamente provável, e que possa afetar os resultados.

Neste sentido, o Banco contratou instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido diretamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é refletida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo refletido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto. Caso o Banco realize a cobertura de uma operação que não se prevê vir a ser realizada, a quantia do derivado ainda reconhecida em Capital Próprio é imediatamente transferida para resultados, sendo o derivado transferido para a carteira de negociação do Banco.

Imparidade de crédito

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados pelo justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral.

O Banco aplica o conceito de perdas esperadas da IFRS 9 aos ativos financeiros pelo custo amortizado, instrumentos de dívida e empréstimos e adiantamentos mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, leasing financeiro, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados pelo justo valor.

Com exceção dos ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (designados por POCI) (que são descritos separadamente abaixo), as perdas por imparidade devem ser estimadas através de uma provisão para perdas num montante igual a:

- perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada Stage 1);
- ou perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como Stage 2 e Stage 3). Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Banco sob o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários económicos futuros, descontados à taxa de juro efetiva dos instrumentos financeiros.

O Banco mede a perda esperada individualmente, ou em base coletiva, para carteiras de instrumentos financeiros que compartilham características semelhantes de risco. A mensuração da provisão para perdas baseia-se no valor atual dos fluxos de caixa esperados do ativo usando a taxa de juro efetiva original do ativo, independentemente de ser medido individualmente ou coletivamente.

Ativos financeiros em imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido. Ativos financeiros com redução no valor recuperável de crédito são referidos como ativos classificados em Stage 3. O Banco adotou em 2021 a nova definição de *default* como critério para identificação de créditos em Stage 3, seguindo a recomendação da EBA GL 2017/06. A definição interna de créditos em incumprimento é regida por critérios objetivos e subjetivos e é utilizada para o cálculo de capital regulamentar por métodos avançados de risco de crédito.

Ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (POCI)

Os ativos financeiros classificados como POCI são tratados de forma diferente uma vez que se encontram em situação de "impaired". Na reavaliação do ativo é aplicada a perda esperada até à maturidade. Os juros associados são calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao valor líquido.

Aumento significativo do risco de crédito

O Banco monitoriza todos os ativos financeiros de forma a avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco estimará a provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade (PDLT (lifetime)) e não em 12 meses.

O Banco utiliza sistemas de *scorings* e *rating* para a gestão interna de risco de crédito. Estas notações permitem avaliar o nível de risco das operações ou do cliente em cada momento e são consideradas nas decisões de aprovação e seguimento do risco de crédito. Os modelos baseiam-se em séries de dados que são considerados como preditivos do risco de incumprimento e que aplicam julgamentos, ou seja, as notações de risco de crédito são definidas usando fatores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento. As notações consideram características atuais e eventos passados sendo estudada a sua significância para o nível de risco.

O Banco usa critérios diferentes para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente por carteira de ativos, nomeadamente:

- Limites de variação relativa da PD acumulada para a maturidade residual da operação. Os limites de variação relativa são diferenciados por nível de PD na medida em que variações de risco nas operações de risco muito baixo podem não representar um acréscimo de risco significativo. De referir que clientes sem alteração da notação de risco de crédito podem ter uma degradação significativa (variação de PD acumulada acima do limite definido) por evolução do prazo residual (sensibilidade diferenciada ao tempo das operações) ou por alterações das perspetivas futuras quanto à economia.
- Independentemente do resultado da avaliação acima referida, o Banco presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial quando existem pagamentos contratuais vencidos há mais de 30 dias, assim como outros indicadores que indiquem a deterioração da qualidade creditícia dos clientes (e.g. créditos identificados como reestruturados por dificuldades financeiras, clientes com exposições em atraso na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal).

Medição de perda esperada por risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade

Parâmetros de risco de crédito

Os principais conceitos usados para medir a perda esperada por risco de crédito são:

- probabilidade de incumprimento (PD);
- perda dado o incumprimento (LGD);
- e exposição no momento de incumprimento (EAD).

Estes conceitos são calculados através de modelos estatísticos desenvolvidos internamente e são ajustados para refletir informações prospetivas.

PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo. Os modelos desenvolvidos estimam esta probabilidade em horizontes suficientemente largos para aplicação na maturidade residual dos ativos financeiros. O cálculo baseia-se em modelos de classificação estatística (*rating* e *scoring*) que discriminam o nível de risco das diferentes contrapartes. Os modelos de classificação (*rating* e *scoring*) são utilizados na gestão e baseiam-se em dados internos que compreendem tanto fatores quantitativos como qualitativos. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a PD.

A **LGD** é uma estimativa da perda total caso o ativo entre no estado de incumprimento (*default*). É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o Banco espera receber, levando em conta os fluxos de caixa das garantias existentes. Os modelos de LGD para ativos garantidos consideram a valorização das garantias, levando em conta gastos de venda, tempo de realização de garantias, nível de colateralização, etc. Os modelos de LGD para ativos não garantidos consideram tempo de recuperação, taxas de recuperação e gastos de recuperação. O cálculo é feito com base em fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva original do empréstimo. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a LGD.

EAD é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data de relato. A abordagem de modelização do Banco para EAD reflete as mudanças esperadas no saldo em aberto ao longo da vida da exposição do empréstimo permitidas pelos termos contratuais atuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado total ou parcial e mudanças na utilização de compromissos não utilizados antes da entrada em incumprimento.

O Banco avalia a perda esperada para risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade considerando o risco de incumprimento durante o período contratual máximo sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito. Contudo, para instrumentos financeiros como cartões de crédito, linhas de crédito e facilidades de descoberto que incluam um empréstimo e um componente de compromisso não utilizado, a capacidade contratual do Banco de exigir o reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição do Banco a perdas de crédito ao período de aviso prévio contratual. Para tais instrumentos financeiros, o Banco mede a perda esperada para risco de crédito para o período observado historicamente como vida média destes instrumentos.

Análise coletiva

Quando a perda esperada por risco de crédito é medida coletivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco comuns, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de *ratings* ou *scoring*, tipo colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV).

Os agrupamentos são revistos regularmente para garantir que cada grupo é composto por exposições homogéneas.

Relativamente ao cálculo da perda esperada através da análise coletiva, o mesmo resulta do produto da PD do ativo financeiro, da LGD e da EAD descontado à taxa de juros efetiva original do ativo.

Análise individual

O processo de quantificação da perda por imparidade através de uma análise individual é aplicado a clientes com exposição em Stage 3 (ativos em imparidade e em default) individualmente significativos (exposição acima de 1 milhão de Euros).

O processo envolve o cálculo de uma perda estimada, levando em consideração fluxos de caixa futuros previstos sob vários cenários diferentes, cada um deles utilizando fatores e circunstâncias específicos dos clientes, nomeadamente execução de garantias, nas situações em que os clientes não geram fluxos de caixa suficientes para o pagamento da dívida, ou projeção e desconto dos fluxos de caixa do negócio para os restantes clientes. O valor presente líquido dos fluxos de caixa é apurando considerando a taxa de juro efetiva original dos contratos.

Este processo de avaliação é atualizado no mínimo a cada trimestre, mas ocorrerá com mais frequência se houver mudanças nas circunstâncias que possam afetar os cenários de fluxos de caixa.

Incorporação de informações prospetivas

O gabinete de estudos económicos do Banco modeliza cenários de previsões económicas para os distintos exercícios de planeamento do Banco, nomeadamente, orçamento, planeamento estratégico e ICAAP. Neste contexto são gerados diversos cenários macroeconómicos, nomeadamente 2 cenários pessimistas, 1 cenário base e 2 cenários otimistas.

Para efeitos das perdas por imparidade é usado um cenário pessimista (18,5%), o cenário base (63,1%) e um cenário otimista (18,4%). O Banco aplica probabilidades aos cenários de previsão identificados. O cenário base é o resultado mais provável e consiste em informações usadas pelo Banco para o planeamento estratégico e orçamento. As estimativas são atualizadas pelo menos uma vez por ano e são sujeitas a exercícios de monitorização anual.

d) Locações

Método de mensuração do direito de uso e passivo de locação

A IFRS 16 define um conjunto de requisitos, nomeadamente quanto à classificação e mensuração de operações de locação na ótica do locatário. Enquanto locatário, o Banco procede ao registo de um ativo de direito de uso que se encontra reconhecido na rubrica "Ativos tangíveis e ativos intangíveis" (Nota 12) e um passivo de locação que se encontra reconhecido na rubrica "Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizados – outros passivos financeiros – compromissos com rendas futuras" (Nota 16), na data de entrada em vigor da respetiva operação:

- i. O passivo de locação é mensurado através do valor presente das rendas futuras a incorrer durante a vigência do contrato, utilizando uma taxa de desconto diferenciada por maturidade. São considerados na estimação do passivo os pagamentos fixos, variáveis que dependem de uma taxa ou índice, valores respeitantes ao exercício da opção de compra, quando o Banco está razoavelmente certo que irá exercer o seu direito.

O passivo locação é remensurado sempre que ocorra uma alteração contratual, sendo que no momento em que o passivo de locação é reavaliado, os efeitos da reavaliação são reconhecidos por contrapartida do direito de uso (ativo). Caso se verifique uma alteração do prazo do contrato ou uma alteração quanto à avaliação do exercício da opção deverá ser estimada uma nova taxa de desconto, e consequentemente remensurado o passivo.

- ii. O direito de uso é inicialmente mensurado ao custo pelo valor do passivo de locação, ajustado por alterações contratuais subsequentes, sendo depreciado pelo método linear até ao termo do contrato, e alvo de testes de imparidade.

e) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo gastos diretamente atribuíveis), deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado dos bens, o qual corresponde ao período em que se espera que os ativos estejam disponíveis para uso e que se detalha de seguida:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco (arrendados) são depreciadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada, ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos. Os gastos de manutenção e de reparação são reconhecidos na rubrica de "Outras despesas administrativas".

Sempre que exista uma indicação de que o ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel, onde está localizado o balcão, através do seu uso nas operações ou através da sua venda é inferior ao seu valor líquido contabilístico. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados, sendo revertidas em períodos de relato posteriores, quando os motivos que levaram ao seu reconhecimento inicial cessarem. Para este efeito, a nova quantia depreciável não será superior àquela que estaria contabilizada, caso não tivessem sido imputadas perdas de imparidade ao ativo, considerando as depreciações que este teria sofrido.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do imóvel no seu estado atual.

Os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontravam com contratos de promessa de compra e venda são contabilizados na rubrica de "Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda" e os que se encontravam em processo de venda são contabilizados na rubrica de "Outros ativos". Estes ativos foram transferidos pelo seu valor líquido contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas), sendo testados por imparidade à data de reclassificação e posteriormente sujeitos a avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos e perdas obtidos na alienação destes ativos são reconhecidos na rubrica "Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas".

f) Ativos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as relativas a software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado das mesmas se repercute para além do exercício em que são realizadas.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada, o qual em média corresponde a três anos.

Os programas informáticos desenvolvidos internamente são reconhecidos como ativos intangíveis quando, entre outros requisitos se verifica que são utilizáveis e passíveis de serem vendidos e para além disso são identificáveis e é possível demonstrar a sua capacidade de gerar benefícios económicos futuros.

g) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, edifícios e terrenos detidos pelo Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (Novimovest) para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso no fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações periódicas efetuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As benfeitorias relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

h) Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda

O Banco regista na rubrica de "Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda" essencialmente os imóveis, os equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação dos mesmos no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, aqueles bens são registados na rubrica "Outros ativos" (Nota 14).

Relativamente aos ativos recebidos em dação o seu reconhecimento inicial é efetuado pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos gastos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação, sendo testados por imparidade à data da reclassificação para esta rubrica. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos gastos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos, assim determinadas, são registadas em resultados.

Tal como descrito na Nota 15 a metodologia utilizada com mais frequência pelo Banco para avaliação deste tipo de ativo é o método de mercado. Neste método o critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtido através da prospeção de mercado realizado na zona onde aquele se encontra localizado.

Se, numa data subsequente, os factos que levaram ao registo de perdas por imparidade deixarem de se verificarem por aumento do justo valor menos gastos de vendas, serão revertidas as perdas por imparidade até ao limite do valor que os bens teriam se não tivessem sido reclassificados para esta rubrica.

O Banco não reconhece mais-valias potenciais nestes ativos.

i) Provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, de acordo com informação dos consultores legais e fiscais do Banco.

Desta forma, a rubrica do passivo “Provisões” inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de alguns membros do Conselho de Administração do Banco, planos de reestruturação aprovado pela Comissão Executiva, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua atividade.

j) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para o setor bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de dezembro de 2008, o plano de pensões existente correspondia a um plano de benefício definido, uma vez que estabelecia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respetiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões atualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no ativo. Para estes colaboradores, o Banco é responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT.

Para cobertura das responsabilidades com este plano de benefício definido, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93º do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores têm consistido no pagamento de complementos de reforma.

Em outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do setor bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência daquele acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, que definiu que os trabalhadores do setor bancário que estivessem no ativo na data da sua entrada em vigor (4 de janeiro de 2011) passariam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção. Face ao caráter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do acima referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no ativo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de janeiro de 2011. Desta forma, o gasto do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. Por outro lado, o Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos reformados e pensionistas a 31 de dezembro de 2011.

Este decreto-lei estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondiam às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no ACT. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares, às contribuições para o SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuaram a cargo das instituições.

Adicionalmente, os ex-colaboradores da ex-Sucursal de Londres do Banco (atual escritório de representação) estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual o Banco dispõe de um fundo de pensões autónomo.

Por outro lado, em fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de diretivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif, o Banco assumiu as responsabilidades com pensões de um conjunto de trabalhadores do Banif.

Em 8 de agosto de 2016 foi publicado pelo Ministério do Trabalho no BTE um novo ACT. As alterações mais relevantes foram as seguintes:

- i) Alteração na fórmula de determinação da contribuição da entidade empregadora para o SAMS, a qual deixa de ser uma percentagem da reforma e passa a ser um valor fixo (89,28 euros por beneficiário e 38,64 euros no caso dos pensionistas); e
- ii) Introdução de um novo benefício denominado prémio fim de carreira (prémio na reforma). Este benefício, pelo facto de ser atribuído na data da reforma ou em caso de morte, é considerado como um benefício pós-emprego pelo que passa a integrar as responsabilidades com reforma.

Em 27 de dezembro de 2017, no âmbito da operação de compra e fusão do BAPOP, o Banco assumiu as responsabilidades com pensões de todos os trabalhadores desta entidade.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Mercer (Portugal), Limitada), com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte e o prémio na reforma.

De acordo com a IAS 19 – “Benefícios aos empregados” as remensurações são registadas diretamente em capitais próprios (outro rendimento integral) e na rubrica de “Despesas de pessoal” da demonstração dos resultados são reconhecidas as seguintes componentes:

- Gasto dos serviços correntes;
- Juro líquido com o plano de pensões;
- Gastos com reformas antecipadas, correspondente ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma; e
- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O juro líquido com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquida com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Desta forma, o juro líquido representa o gasto dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquido do rendimento teórico dos ativos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos atuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos ativos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões, são registadas nas rubricas de “Outros ativos” ou “Outros passivos”, dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento. O reconhecimento de um excesso de justo valor dos ativos do plano sobre as responsabilidades descontadas depende da existência de uma redução de contribuições futuras, ou do reembolso de contribuições efetuadas.

O Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no ativo.

k) Impostos sobre os lucros

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). Os impostos correntes são calculados com base no resultado tributável do Banco, apurado de acordo com as regras fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro.

Na sequência da promulgação da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro (Reforma do IRC) e da redação dada pela Lei do Orçamento de Estado para 2022 (Lei n.º 12/2022, de 27 de junho), a tributação dos lucros das empresas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 e o exercício de 2021, é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável;
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - Até 1.500 milhares de euros 0%
 - entre 1.500 milhares de euros e 7.500 milhares de euros 3%
 - entre 7.500 milhares de euros e 35.000 milhares de euros 5%
 - superior a 35.000 milhares de euros 9%.

Desta forma, as alterações acima referidas implicaram que a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos fosse de 31%.

Com a publicação do Orçamento Suplementar para 2020 (Lei n.º 27-A/2020 de 24 de julho), os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021 poderão ser utilizados nos doze períodos de tributação posteriores. Adicionalmente, a contagem do prazo de reporte dos prejuízos fiscais fica suspensa por dois períodos de tributação.

Assim, os prejuízos fiscais gerados entre os exercícios de 2014 e 2016, inclusive, poderão ser utilizados nos catorze períodos de tributação posteriores, enquanto que os gerados entre 2017 e 2019, inclusive, poderão ser utilizados nos sete períodos de tributação posteriores.

A dedução dos prejuízos a efetuar em cada exercício não pode exceder 70% do respetivo lucro tributável (80%, no caso dos prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021), podendo o remanescente ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

A Lei nº 98/2019, de 4 de setembro, aprovou um novo regime em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras, estabelecendo também o regime aplicável às perdas por imparidade registadas nos períodos de tributação anteriores e ainda não aceites fiscalmente.

Sendo este novo regime de natureza optativa durante um período de adaptação de cinco anos com início em, ou após, 1 de janeiro de 2019, a adesão antecipada ao novo regime fiscal, aplicável em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras, encontrava-se dependente de comunicação dirigida ao Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, até ao final do décimo mês do período de tributação em curso (cfr. Nº 1 do artigo 4 desta lei). Neste sentido, o Banco aderiu ao regime definitivo consagrado nos artigos nº 2 e 3 deste diploma em 2019.

O Grupo Santander decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma do lucro tributável/prejuízo fiscal que vier a ser apurado pela sociedade dominante através da soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta, SGPS - a Sociedade dominante, e Taxagest, Banco, Santander Totta Seguros, TottaUrbe e Gamma - sociedades dominadas. O ganho obtido com aplicação do RETGS é alocado às entidades abrangidas de forma proporcional à matéria coletável de cada sociedade.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultados contabilístico ou fiscal.

O Banco não reconhece impostos diferidos ativos ou passivos para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis associadas a investimentos em empresas subsidiárias e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta num futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro, as quais constituem a melhor estimativa da taxa a vigorar, para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral, em derivados de cobertura de fluxos de caixa, bem como os associados a desvios atuariais relativos a responsabilidades com pensões, os quais são registados igualmente em rubricas de capitais próprios.

A Administração revê periodicamente a posição assumida na preparação das declarações fiscais relativamente a situações em que a aplicação do regime fiscal está sujeita a interpretação, e avalia se é provável que a Administração Fiscal aceite o tratamento fiscal adotado. O Banco mensura os ativos / passivos decorrentes de posições incertas de impostos sobre o rendimento, considerando o valor mais provável ou o valor esperado, consoante o que seja mais adequado em cada circunstância.

l) Contribuição sobre o setor bancário e adicional de solidariedade sobre o sector bancário

O Banco está abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário definido na Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro.

Com a publicação da Lei nº 27-A/2020 de 27 de julho, o Banco passou também a estar abrangido pelo adicional de solidariedade sobre o setor bancário, esta contribuição tem por objetivo reforçar os mecanismos de financiamento do sistema de segurança social.

Estas contribuições têm a mesma base de cálculo variando unicamente as taxas aplicadas às bases:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base ("Tier 1") e complementares ("Tier 2") e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:
- Elementos que segundo as normas de contabilidades aplicáveis sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
 - Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

Para a contribuição sobre o sector bancário, as taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,110% e 0,0003%, respetivamente, conforme previsto na alteração efetuada pela Portaria nº 165 - A/2016, de 14 de junho, ao artigo 5º da Portaria nº 121/2011, de 30 de março.

Para o adicional de solidariedade sobre o sector bancário, as taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,02% e de 0,00005% respetivamente.

m) Ações próprias

As ações próprias são registadas a débito em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação, a parcela de dividendos a distribuir por estas ações ficam retidos nos capitais próprios. As mais e menos-valias realizadas na venda de ações próprias, bem como os respetivos impostos, são registadas diretamente em capitais próprios não afetando o resultado do exercício.

n) Instrumentos de capital próprio

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação. As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

o) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações ordinárias adquiridas pelo Banco e detidas como ações próprias.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

p) Prestação de serviços de mediação de seguros

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação aos rendimentos com a prestação do serviço de mediação de seguros - comissões. Assim, estes rendimentos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento. Os valores a receber são submetidos a análises de perdas por imparidade.

O Banco não efetua a cobrança de prémios de seguro por conta das seguradoras, nem efetua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou despesa a reportar relativo à atividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

q) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o saldo da rubrica "Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem", uma vez que os itens contabilizados nesta rubrica têm um período de vencimento não superior a 3 meses, e o seu risco de variação de valor é imaterial.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores (Nota 35)

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e demográficos, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade e invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros. A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os crescimentos de salários e pensões estimados têm em conta a atual situação nacional e as consequentes perspetivas de menores aumentos no futuro, ou mesmo de manutenção dos valores atuais. A tábua de mortalidade utilizada teve por base a recomendação do atuário.

Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Banco quanto ao comportamento futuro das acima referidas variáveis.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos (Nota 38)

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos são utilizados modelos ou técnicas de valorização. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

O justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "discounted cash flows". Quando são utilizadas técnicas de "discounted cash flows", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes.

De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade (Notas 9, 17 e 38)

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Conselho de Administração quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respetivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise coletiva é efetuada com base em parâmetros para tipologias de operações comparáveis, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de ratings ou scoring, tipo colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV) e incorporação de informação prospetiva.

Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda e outros ativos (Notas 14 e 15)

Os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, deduzido dos gastos que o Banco estima incorrer com a sua venda, ou pelo seu valor de venda rápida, caso este seja inferior. Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes, os quais incorporam diversos pressupostos, nomeadamente acerca da evolução do mercado imobiliário e quando aplicável, expectativas quanto ao desenvolvimento de projetos imobiliários. Os pressupostos utilizados nas avaliações destes imóveis têm impacto na sua valorização e consequentemente na determinação da imparidade. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de gastos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade.

Tal como descrito na Nota 15 a metodologia utilizada com maior frequência pelo Banco para avaliação deste tipo de ativo é o método de mercado. Neste método o critério da comparação de mercado tem por referência valores de transações de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtido através da prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

Impostos (Nota 13)

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos. Para efeito da análise da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos (prejuízos fiscais) o Banco apura projeções de lucros tributáveis baseados em pressupostos. Desta forma a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração do Banco.

Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso e provisões de reestruturação (Notas 17 e 41)

O reconhecimento de uma provisão ocorre quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como o montante da provisão correspondente à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, é aferida de acordo com a opinião dos advogados/consultores legais do Banco e as decisões até à data dos tribunais, os quais no entanto poderão vir a não se concretizar.

Relativamente aos planos de reestruturação foram considerados os encargos decorrentes da obrigação construtiva de reorganizar, com a definição das ações a desenvolver suportadas num plano formal detalhado com elementos mínimos de abordagem e quantificação e identificação dos fatores impactados.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida de acordo com a informação tal como é analisada pelos órgãos de gestão do Banco (Comissão Executiva):

Corporate Investment Banking:

Inclui essencialmente a atividade do Banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com faturação inferior a 10 milhões de euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por canais complementares.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com faturação entre 10 e 125 milhões de euros. Esta atividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projetos, de comércio, às exportações e ao imobiliário.

Atividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a atividade desenvolvida no Banco e que dá suporte às atividades principais, mas que não está diretamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Banco.

As demonstrações dos resultados por segmento operacional para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 e 2021 apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2022				
	Corporate				Total
	Investment Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	
Margem financeira	33.116	284.257	37.656	13.848	368.877
Rendimento de dividendos	-	-	-	3.656	3.656
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência	-	-	-	1.382	1.382
Rendimentos/despesas de taxas e comissões	26.489	202.961	15.304	(2.347)	242.407
Resultado em operações financeiras a)	7.322	3.956	410	7.632	19.319
Outros receitas/despesas operacionais	-	1.686	-	3.946	5.632
Produto bancário	66.927	492.860	53.370	28.116	641.273
Despesas administrativas	(13.429)	(188.655)	(12.860)	(1.263)	(216.206)
Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos	(2.356)	(15.403)	(1.976)	(21.703)	(41.438)
Depreciações	(526)	(21.769)	(598)	-	(22.893)
Margem de exploração	50.616	267.034	37.936	5.149	360.736
Imparidade e provisões, líquidas de anulações b)	392	5.522	15.292	(22.461)	(1.255)
Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	16.624	16.624
Ganhos ou perdas outros, valor líquido	-	-	-	(35.884)	(35.884)
Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação antes de impostos	51.008	272.556	53.228	(36.571)	340.221
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação	(15.812)	(84.492)	(16.501)	8.589	(108.217)
Lucros ou prejuízos do período	35.195	188.064	36.727	(27.983)	232.004

	30-06-2021				
	Corporate				Total
	Investment Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	
Margem financeira	26.299	220.172	43.345	92.029	381.845
Rendimento de dividendos	-	-	-	1.533	1.533
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência	-	-	-	1.097	1.097
Rendimentos/despesas de taxas e comissões	22.051	177.122	12.141	(5.472)	205.843
Resultado em operações financeiras a)	4.048	3.203	290	126.599	134.141
Outros receitas/despesas operacionais	-	1.551	-	1.513	3.064
Produto bancário	52.399	402.049	55.776	217.299	727.523
Despesas administrativas	(12.638)	(226.104)	(14.749)	(1.956)	(255.447)
Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos	-	-	-	(37.679)	(37.679)
Depreciações	(1.666)	(23.326)	(213)	-	(25.205)
Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação antes de impostos	38.094	152.619	40.813	177.664	409.191
Imparidade e provisões, líquidas de anulações b)	1.078	(30.520)	(8.206)	(271.259)	(308.907)
Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	10.303	10.303
Ganhos ou perdas outros, valor líquido	-	-	-	(29.565)	(29.565)
Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em continuação antes de impostos	39.172	122.099	32.607	(112.857)	81.022
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação	(12.143)	(37.851)	(10.108)	28.913	(31.190)
Lucros ou prejuízos do período	27.029	84.248	22.499	(83.945)	49.832

a) Inclui as seguintes rubricas da demonstração dos resultados consolidados:

- Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido;
- Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido;
- Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido;
- Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido;
- Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido.

b) Este agregado inclui as seguintes rubricas da demonstração dos resultados consolidados:

- Provisões ou reversão de provisões;
- Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados;
- Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os ativos e passivos afetos a cada segmento operacional, conforme informação utilizada pela Gestão do Banco para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2022				Total
	Corporate Investment Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	
Ativo					
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral - empréstimos e adiantamentos	-	-	-	2.528.684	2.528.684
Ativos financeiros pelo custo amortizado					
Crédito hipotecário	-	22.703.416	-	-	22.703.416
Crédito ao consumo	-	1.793.182	-	-	1.793.182
Outros créditos	3.136.896	6.253.102	5.917.430	258.714	15.566.142
Outros saldos a receber	-	98.723	-	633.590	732.312
Total de ativos afetos	3.136.896	30.848.423	5.917.430	3.420.988	43.323.737
Ativos não afetos					14.947.435
Total do Ativo					58.271.172
Passivo					
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado					
Depósitos - Bancos Centrais	-	-	-	7.344.534	7.344.534
Depósitos - Instituições de crédito	-	-	-	554.216	554.216
Depósitos - clientes	1.232.469	31.789.013	7.993.574	283.118	41.298.174
Títulos de dívida emitidos	-	-	-	3.708.474	3.708.474
Total de passivos afetos	1.232.469	31.789.013	7.993.574	11.890.341	52.905.397
Passivos não afetos					2.055.365
Total do Passivo					54.960.762
Garantias e avals	143.875	542.546	1.089.197	-	1.775.618

	31-12-2021				Total
	Corporate Investment Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	
Ativo					
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral - empréstimos e adiantamentos	-	-	-	2.979.302	2.979.302
Ativos financeiros pelo custo amortizado					
Crédito hipotecário	-	21.920.887	-	-	21.920.887
Crédito ao consumo	-	1.716.486	-	-	1.716.486
Outros créditos	3.205.133	6.305.840	6.276.536	30.470	15.817.979
Outros saldos a receber	-	38.927	-	879.588	918.515
Total de ativos afetos	3.205.133	29.982.140	6.276.536	3.889.360	43.353.169
Ativos não afetos					12.813.450
Total do Ativo					56.166.619
Passivo					
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado					
Depósitos - Bancos Centrais	-	-	-	7.410.242	7.410.242
Depósitos - Instituições de crédito	-	-	-	393.405	393.405
Depósitos - clientes	1.406.297	30.622.766	6.626.786	303.056	38.958.904
Títulos de dívida emitidos	-	-	-	3.006.747	3.006.747
Total de passivos afetos	1.406.297	30.622.766	6.626.786	11.113.450	49.769.298
Passivos não afetos					2.146.432
Total do Passivo					51.915.730
Garantias e avals	157.386	535.587	984.137	-	1.677.110

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o banco não manteve atividade relevante em qualquer geografia distinta da atividade doméstica.

As políticas contábilísticas utilizadas na preparação da informação financeira por segmentos foram consistentes com as descritas na Nota 1.3 deste Anexo.

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, extraídos das respetivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) direta		Participação (%) efetiva		Ativo líquido		Capitais próprios		Resultado do exercício	
	30-06-2022	31-12-2021	30-06-2022	31-12-2021	30-06-2022	31-12-2021	30-06-2022	31-12-2021	30-06-2022	31-12-2021
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Matriz	Matriz	Matriz	Matriz	60 362 337	58 900 196	3 221 175	4 160 679	233 053	303 343
TOTTA (IRELAND), PLC (2)	100,00	100,00	100,00	100,00	600 415	568 046	455 028	460 490	4 364	1 088
TOTTAURBE - EMP.ADMIN. E CONSTRUÇÕES, S.A. (1)	100,00	100,00	100,00	100,00	100 873	99 856	97 987	96 928	310	(4 748)
TAXAGEST,SGPS,SA	99,00	99,00	99,00	99,00	55 732	55 737	55 727	55 732	(5)	(12)
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	78,74	78,74	78,71	78,71	225 211	263 711	225 211	257 792	1 773	3 960
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	7 300	7 304	7 140	7 134	6	323
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	-	-	-	-	479 170	511 024	1 896	4 286	1 936	(806)
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	-	-	-	-	499 694	521 706	10 902	12 849	1 762	(2 307)
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	-	-	-	-	429 513	450 577	433 645	447 251	306	1 928
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	-	-	-	-	483 433	457 596	480 956	455 913	1 764	2 490
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	-	-	-	-	1 839 613	2 467 826	-	-	-	-
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	21,86	21,86	21,86	21,86	418 111	409 384	107 967	118 845	6 320	19 510

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a atividade, a localização da Sede e o método de consolidação utilizado para as empresas incluídas na consolidação foi como segue:

Empresa	Atividade	Sede	Método de Consolidação
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Bancária	Portugal	Matriz
TOTTA (IRELAND), PLC ⁽²⁾	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. ⁽¹⁾	Gestão de propriedades	Portugal	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	Emissão e gestão de cartões de crédito	Portugal	Equivalência patrimonial
HIPOTOTTA nº 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	Fundo Imobiliário	Portugal	Integral
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	Gestão de titularizações	Portugal	Integral

- (1) A situação líquida desta subsidiária inclui prestações suplementares no montante de 99.760 milhares de euros.
- (2) Em virtude desta subsidiária encerrar o seu exercício económico em 30 de novembro, os montantes refletidos nas colunas do “Resultado do período” correspondem ao resultado líquido apurado entre 01 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022 (01 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2021).

De acordo com a IFRS 10, que veio substituir a IAS 27 e a SIC 12, o Grupo inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades com finalidade especial (SPE's), criadas no âmbito de operações de titularização quando as controla, ou seja, quando detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à sua atividade, nomeadamente, as obrigações que emitiram com maior grau de subordinação – *equity pieces*.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o balanço do Fundo Novimovest, apresentava a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Carteira de imóveis	210.020	213.731
Contas de terceiros	6.265	6.972
Disponibilidades	8.851	42.901
Acréscimos e diferimentos	75	107
	<u>225.211</u>	<u>263.711</u>
Capital do Fundo	219.163	257.792
Ajustamento e provisões	2.403	2.667
Contas de terceiros	2.056	1.037
Acréscimos e diferimentos	1.589	2.215
	<u>225.211</u>	<u>263.711</u>

Em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, o resultado líquido consolidado inclui um lucro de 1.773 milhares de euros e 1.629 milhares de euros, respetivamente, atribuíveis ao Fundo Novimovest.

5. CAIXA, SALDOS DE CAIXA EM BANCOS CENTRAIS E OUTROS DEPÓSITOS À ORDEM

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Caixa	298.735	341.297
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco Central Europeu (BCE)	10.145.746	8.141.015
Outros depósitos à ordem em instituições de crédito		
Depósitos à ordem	<u>349.256</u>	<u>229.077</u>
	<u>10.793.737</u>	<u>8.711.389</u>

De acordo com a regulamentação em vigor, as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas mantidas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da Zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 1% e abatido um montante de 100.000 de euros. O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à RFI (nestas datas esta taxa é zero).

Para o excesso, o Conselho do BCE em 12 de setembro de 2019, decidiu introduzir um sistema de dois níveis para a remuneração de reservas excedentárias, que isenta uma parte da liquidez excedentária das instituições, ou seja, a parte das reservas que excede as reservas obrigatórias, da remuneração negativa à taxa de juro aplicável à facilidade permanente de depósito. O Conselho do BCE decidiu, nomeadamente, isentar um múltiplo das reservas obrigatórias das instituições e decidiu fixar em seis o multiplicador inicial «m» das reservas obrigatórias das instituições que é utilizado para calcular a parte isenta das reservas excedentárias das instituições em relação a todas as instituições elegíveis, e em zero por cento a taxa de juro inicial aplicável às reservas excedentárias isentas. O referido multiplicador «m» e a taxa de juro aplicável às reservas excedentárias isentas podem ser ajustados ao longo do tempo pelo Conselho do BCE. A 8 de Setembro de 2022, o Conselho do BCE decidiu terminar com o sistema introduzido em 2019.

6. ATIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

As rubricas de ativos e passivos financeiros detidos para negociação têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Ativos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor positivo	<u>496.910</u>	<u>587.772</u>
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor negativo	<u>494.698</u>	<u>605.331</u>

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, estão registados os seguintes derivados:

	30-06-2022				31-12-2021			
	Valor nocional	Ativo	Passivo	Líquido	Valor nocional	Ativo	Passivo	Líquido
Mercados de balcão								
Forwards								
Compras	253 746	6 661	5 569	1 092	308 284	4 737	4 390	347
Vendas	252 555				307 801			
Swaps								
Contratos de taxa de câmbio (Currency Swaps)								
Compras	1 372 248	14 254	990	13 264	974 114	704	1 141	(437)
Vendas	1 361 925				974 444			
Contratos de taxa de juro (Interest Rate Swaps)	24 719 127	437 414	449 297	(11 883)	25 580 771	523 864	541 203	(17 339)
Contratos sobre cotações (Equity Swaps)	671 767	26 163	26 488	(325)	686 516	37 864	38 006	(142)
Opções								
Contratos de taxa de cambio								
Compras	72 768	2 971	2 984	(13)	120 523	1 559	1 571	(12)
Vendas	72 768				120 523			
Contratos sobre cotações								
Compras	8 092	726	728	(2)	16 262	1 177	1 180	(3)
Vendas	8 092				16 262			
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps and Floors)	773 762	8 721	8 642	79	913 972	17 867	17 840	27
	<u>29 566 850</u>	<u>496 910</u>	<u>494 698</u>	<u>2 212</u>	<u>30 019 472</u>	<u>587 772</u>	<u>605 331</u>	<u>(17 559)</u>

Em 30 de junho de 2022, as rubricas de ativo e passivo relativas a “Instrumentos financeiros derivados” encontram-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, 6.576 milhares de euros e 6.271 milhares de euros de “Credit Value Adjustments” e “Debit Value Adjustments”, respetivamente (3.977 milhares de euros e 715 milhares de euros em 31 de dezembro de 2021, respetivamente), de acordo com a metodologia descrita na Nota 38.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a quase totalidade dos instrumentos financeiros derivados de negociação encontravam-se cobertos “back-to-back” com o Banco Santander, S.A..

7. ATIVOS FINANCEIROS NÃO DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO OBRIGATORIAMENTE CONTABILIZADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DOS RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Justo valor	
	30-06-2022	31-12-2021
Instrumentos de capital		
Emitidos por instituições financeira	82.742	99167
	<u>82.742</u>	<u>99.167</u>

O movimento ocorrido nesta rubrica durante o primeiro semestre de 2022 e o exercício de 2021 foi o seguinte:

	31-12-2021	Compras	Reembolsos/Amortiz /Liquidação/Vendas	Valias não realizadas	Valias/rendimentos realizadas	30-06-2022
Instrumentos de capital - residentes	99.167	232	(20.491)	5.769	(1.935)	82.742
	<u>99.167</u>	<u>232</u>	<u>(20.491)</u>	<u>5.769</u>	<u>(1.935)</u>	<u>82.742</u>
	31-12-2020	Compras	Reembolsos/Amortiz /Liquidação/Vendas	Valias não realizadas	Valias/rendimentos realizadas	31-12-2021
Instrumentos de capital - residentes	132 905	498	(35 731)	1 137	358	99 167
	<u>132 905</u>	<u>498</u>	<u>(35 731)</u>	<u>1 137</u>	<u>358</u>	<u>99 167</u>

8. ATIVOS FINANCEIROS CONTABILIZADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

		30-06-2022								
		Custo de aquisição	Juros a receber	Ajust. por op. cobertura	Reserva de justo valor			Outros	Imparidade	Valor de balanço
					Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total			
Instrumentos de dívida							(Nota 20)	(Nota 17)		
De emissores públicos		1 952 576	21 952	(68 586)	185 659	-	185 659	(2 017)	-	2 089 584
Outros residentes		671	1	-	1	-	1	-	(28)	645
		1 953 247	21 953	(68 586)	185 660	-	185 660	(2 017)	(28)	2 090 229
Instrumentos de Capital		72 972	-	-	76 190	(333)	75 858	-	-	148 830
		2 026 219	21 953	(68 586)	261 850	(333)	261 518	(2 017)	(28)	2 239 059
Empréstimos e adiantamentos		2 300 000	67 804	(116 980)	277 860	-	277 860	-	-	2 528 684
		4 326 219	89 757	(185 566)	539 710	(333)	539 378	(2 017)	(28)	4 767 743

		31-12-2021								
		Custo de aquisição	Juros a receber	Ajust. por op. cobertura	Reserva de justo valor			Outros	Imparidade	Valor de balanço
					Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total			
Instrumentos de dívida							(Nota 20)	(Nota 17)		
De emissores públicos		1 953 077	51 533	29 255	255 306	(41)	255 265	(2 184)	-	2 286 946
Outros residentes		1 194	1	-	2	-	2	-	(52)	1 145
		1 954 271	51 534	29 255	255 308	(41)	255 267	(2 184)	(52)	2 288 091
Instrumentos de Capital		72 853	-	-	-	(333)	(333)	-	-	72 520
		2 027 124	51 534	29 255	255 308	(374)	254 934	(2 184)	(52)	2 360 611
Empréstimos e adiantamentos		2 300 000	31 153	222 491	425 658	-	425 658	-	-	2 979 302
		4 327 124	82 687	251 746	680 966	(374)	680 592	(2 184)	(52)	5 339 913

O movimento ocorrido nesta rubrica durante o primeiro semestre de 2022 e o exercício de 2021 foi o seguinte:

		31-12-2021							
		Compras	Reembolsos/Amortiz/ Liquidação/Vendas	não realizadas	Valias		Juros/cobertura s/outros	Imparidade	30-06-2022
					realizadas por resultados	realizadas por C/P			
Instrumentos de capital		72 520	1.852	(1.738)	76.190	-	6	-	148.830
Títulos de dívida		2.288.091	-	(523)	(167.281)	-	(30.082)	24	2.090.229
		2.360.611	1.852	(2.261)	(91.091)	-	(30.076)	24	2.239.059

		31-12-2020								
		Compras	Reembolsos/Amortiz/ Liquidação/Vendas	não realizadas	Valias		Juros/cobertura s/outros	Imparidade	31-12-2021	
					realizadas por resultados	realizadas por C/P				
Instrumentos de capital		72.634	2.103	(1.408)	(811)	-	(2)	4	72.520	
Títulos de dívida		4.491.485	-	(1.884.562)	(49.454)	(189.507)	-	(79.833)	(38)	2.288.091
		4.564.119	2.103	(1.885.970)	(50.265)	(189.507)	(2)	(79.829)	(38)	2.360.611

Durante o primeiro semestre de 2022, o Banco procedeu *a reavaliação da sua participação na SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A., avaliação foi realizada por peritos externos.

As rubricas de emissores públicos apresentavam as seguintes características:

Descrição	30-06-2022				31-12-2021			
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias e outros	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias e outros	Valor de balanço
Emissores públicos nacionais								
. Com vencimento até três anos	-	-	-	-	-	-	-	-
. Com vencimento entre três e cinco anos	1.797.270	20.730	118.499	1.936.499	1.797.461	49.681	268.459	2.115.601
. Com vencimento entre cinco e dez anos	154.819	1.218	(3.392)	152.645	155.129	1.848	13.918	170.895
. Com vencimento a mais de dez anos	487	4	(51)	440	487	4	(41)	450
	<u>1.952.576</u>	<u>21.952</u>	<u>115.056</u>	<u>2.089.584</u>	<u>1.953.077</u>	<u>51.533</u>	<u>282.336</u>	<u>2.286.946</u>

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Grupo detinha na sua carteira Obrigações do Tesouro Português, nos montantes de 99.316 e 99.868 milhares de euros, respetivamente, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 16).

9. ATIVOS FINANCEIROS PELO CUSTO AMORTIZADO

A sub-rubrica Títulos de dívida tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Crédito titulado		
. Papel comercial	2.844.367	2.738.472
. Obrigações	648.405	712.548
Juros a receber	8.267	11.122
Correções de valor de ativos objeto de cobertura	(80.101)	3.202
Comissões associadas ao custo amortizado (liquidas)	(935)	(930)
	<u>3.420.003</u>	<u>3.464.414</u>
Imparidade para títulos de dívida (Nota 17)	(4.217)	(5.622)
	<u>3.415.786</u>	<u>3.458.792</u>

A sub-rubrica Empréstimos e adiantamentos tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Empréstimos e adiantamentos - clientes		
A empresas		
À vista, descobertos e contas correntes	1.012.979	907.078
Carteira comercial - factoring	1.635.776	1.689.031
Carteira comercial - outros	187.315	270.524
Locação financeira	1.052.527	1.122.300
Empréstimos	8.586.804	8.614.770
Outros créditos	37.947	33.745
A particulares		
Habitação	22.541.995	21.927.950
Consumo e outros	2.587.730	2.372.076
	<u>37.643.074</u>	<u>36.937.474</u>
Juros a receber	47.093	48.246
Correções de valor de ativos objeto de cobertura	(50.195)	2.605
Despesas com encargo diferido	153.279	134.381
Comissões associadas ao custo amortizado (liquidas)	(162.825)	(150.653)
	<u>(12.648)</u>	<u>34.579</u>
	<u>37.630.426</u>	<u>36.972.053</u>
Outros saldos a receber		
Contas margem	377.933	587.536
Cheques a cobrar	98.723	38.927
Devedores diversos e outras disponibilidades	263.201	299.848
	<u>739.857</u>	<u>926.311</u>
Empréstimos e adiantamentos - instituições de crédito		
Depósitos	13.658	13.174
Empréstimos	10.110	17.242
Outras aplicações	1.279	14
Operações de compra com acordo de revenda	-	26
Juros receber	2	1
Encargos com custo diferido / Receitas com rendimento diferido	(8)	130
	<u>25.041</u>	<u>30.587</u>
Empréstimos e adiantamentos	<u>38.395.324</u>	<u>37.928.951</u>
Imparidade para empréstimos e adiantamentos - clientes e outros saldos a receber	(1.015.958)	(1.013.759)
Imparidade para empréstimos e adiantamentos - instituições de crédito	(99)	(117)
Imparidade para empréstimos e adiantamentos (Nota 17)	<u>(1.016.057)</u>	<u>(1.013.876)</u>
	<u>37.379.267</u>	<u>36.915.075</u>

No primeiro semestre de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram vendidas carteiras de crédito concedido a particulares e a empresas com um valor de balanço de 436 milhares de euros e 96.698 milhares de euros. Como resultado destas operações foram registados no primeiro semestre de 2022 e no exercício de 2021 valias no montante líquido de (568) (Nota 17) milhares de euros e 6.376 milhares de euros, respetivamente.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Empréstimos e adiantamento – A particulares - Habitação” incluía créditos afetos ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco nos montantes de 9.992.759 milhares de euros e 9.965.945 milhares de euros, respetivamente (Nota 16).

O movimento ocorrido nas perdas de imparidade durante o primeiro semestre de 2022 e 2021 é apresentado na Nota 17.

A divisão por stage da carteira de ativos financeiros pelo custo amortizado, tem o seguinte detalhe:

	30-06-2022			31-12-2021		
	Valor bruto	Imparidade	Cobertura	Valor bruto	Imparidade	Cobertura
Stage 1	34.806.185	(71.489)	0,21%	33.733.999	(65.342)	0,19%
Stage 2	5.766.189	(253.518)	4,40%	6.400.716	(280.518)	4,38%
Stage 3	1.242.953	(695.267)	55,94%	1.258.650	(673.638)	53,52%
	41.815.327	(1.020.274)		41.393.365	(1.019.498)	

Os ativos não produtivos líquidos de imparidade apresentam o seguinte detalhe por contraparte data de incumprimento:

Contrapartes	30-06-2022				
	Exposições não produtivas, líquidas	Com probabilidade reduzida de pagamento, mas não vencidos ou vencidos há <= 90 dias	Vencidas > 90 dias <= 180 dias	Vencidas > 180 dias <= 5 anos	Vencidas > 5 anos
Títulos de dívida	-	-	-	-	-
Empresas não financeiras	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos	547.686	342.942	41.023	117.653	46.068
Administrações públicas	100	99	-	-	1
Instituições de crédito	138	138	-	-	-
Outras empresas financeiras	558	91	14	448	5
Empresas não financeiras	373.511	248.524	25.500	65.607	33.880
Particulares	173.379	94.090	15.509	51.598	12.182
Total ativos financeiros pelo custo amortizado	547.686	342.942	41.023	117.653	46.068

Contrapartes	31-12-2021				
	Exposições não produtivas, líquidas	Com probabilidade reduzida de pagamento, mas não vencidos ou vencidos há <= 90 dias	Vencidas > 90 dias <= 180 dias	Vencidas > 180 dias <= 5 anos	Vencidas > 5 anos
Títulos de dívida	462	462	-	-	-
Empresas não financeiras	462	462	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos	584.550	406.946	16.074	103.648	57.882
Administrações públicas	97	97	-	-	-
Instituições de crédito	154	154	-	-	-
Outras empresas financeiras	494	450	-	39	5
Empresas não financeiras	398.615	294.821	3.979	54.609	45.206
Particulares	185.190	111.424	12.095	49.000	12.671
Total ativos financeiros pelo custo amortizado	585.012	407.408	16.074	103.648	57.882

A evolução ocorrida na exposição e na imparidade para os ativos financeiros ao custo amortizado no exercício de 2021 e no primeiro semestre de 2022 foi o seguinte:

	Ativos financeiros pelo custo amortizado				Imparidade			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo em 31-12-2020	35 182 147	4 252 383	1 390 969	40 825 499	92 478	163 132	749 307	1 004 917
Transferências:								
Stage 1 para 2	(3 391 468)	3 391 468	-	-	(5 538)	128 291	-	122 753
Stage 1 para 3	(83 436)	-	83 436	-	(377)	-	21 856	21 479
Stage 2 para 3	-	(75 291)	75 291	-	-	(4 850)	29 986	25 136
Stage 2 para 1	847 539	(847 539)	-	-	2 311	(18 159)	-	(15 848)
Stage 3 para 2	-	46 146	(46 146)	-	-	6 436	(17 651)	(11 215)
Stage 3 para 1	3 003	-	(3 003)	-	129	-	(466)	(337)
Overlay macroeconómico	-	-	-	-	(39 400)	(46 700)	(47 300)	(133 400)
Overlay Re-rating	(300 000)	300 000	-	-	-	15 000	-	15 000
Overlay idiossincrático	378 700	(378 700)	-	-	-	11 900	-	11 900
Outros	-	-	-	-	-	8 000	3 000	11 000
Write offs e vendas	-	-	(98 662)	(98 662)	-	-	(72 295)	(72 295)
Originação líquida de amortizações	1 097 514	(287 751)	(143 235)	666 528	15 739	17 468	7 201	40 408
Saldo em 31-12-2021	33 733 999	6 400 716	1 258 650	41 393 365	65 342	280 518	673 638	1 019 498
Transferências:								
Stage 1 para 2	(861 965)	861 965	-	-	(2 746)	33 320	-	30 574
Stage 1 para 3	(30 297)	-	30 297	-	(327)	-	8 500	8 173
Stage 2 para 3	-	(81 302)	81 302	-	-	(10 384)	33 430	23 046
Stage 2 para 1	856 607	(856 607)	-	-	2 845	(37 010)	-	(34 165)
Stage 3 para 2	-	41 183	(41 183)	-	-	6 214	(16 228)	(10 014)
Stage 3 para 1	1 186	-	(1 186)	-	94	-	(483)	(389)
Overlay Re-rating	300 000	(300 000)	-	-	-	(15 000)	-	(15 000)
Overlay Cenário Guerra U	-	-	-	-	4 845	4 801	4 654	14 300
Pos-Model Adjustment	(94 700)	94 700	-	-	-	9 200	-	9 200
Write offs e vendas	-	-	(1 104)	(1 104)	-	-	(949)	(949)
Originação líquida de amortizações	901 355	(394 466)	(83 823)	423 066	1 436	(18 141)	(7 295)	(24 000)
Saldo em 30-06-2022	34 806 185	5 766 189	1 242 953	41 815 327	71 489	253 518	695 267	1 020 274

Tendo presente a elevada incerteza nos impactos futuros da pandemia, bem como a inexistência de informação histórica comparável que poderá não ser capturada devidamente pelos modelos nos parâmetros de risco calculados, o Banco aprovou no exercício de 2020, um procedimento de overlays à imparidade, que regulamenta a análise de imparidade em situações excecionais que não são devidamente capturados pelos modelos utilizados no cálculo efetuado pelo Banco, pela própria natureza e/ou particularidades da mesma. Ao abrigo desse procedimento em 31 de dezembro de 2020 o Banco aplicou dois overlays à imparidade, com objetivo de refletir os impactos, de uma forma abrangente e prudente:

- *Overlay Macroeconómico* – como uma aproximação do impacto na imparidade da incorporação de novas expectativas de evolução da economia, com base nas orientações de supervisão e nas projeções macroeconómicas, no montante de 133,4 milhões de euros;
- *Overlay - Idiossincrático* – como uma aproximação do impacto na imparidade do aumento significativo de risco (passagem a stage 2) dos sectores mais afetados pelo impacto económico da pandemia, com base no decreto-lei nº 78-A/2020, no montante de 57 milhões de euros.

No exercício de 2021 o tratamento dado pelo Banco aos *Overlays* foi:

- Tendo presente uma expectável deterioração nas contas do exercício de 2020 das empresas, foi contabilizado um novo *overlay re-rating*. Este *overlay* conduziu a uma reclassificação de 300 milhões de euros de exposição de stage 1 para stage 2 e uma dotação de imparidade de 15 milhões de euros;
- O *overlay* idiossincrático foi atualizado tendo sido dotado um novo reforço de imparidade por 11,9 milhões de euros, essencialmente na carteira de encarteiradas por uma deterioração do *rating* interno, com um retorno a stage 1 de 378,7 milhões de euros de exposição compensado em parte pelo *overlay* re-rating;
- No final do exercício o Banco procedeu à recalibração do modelo IFRS9 (PD, LGD e EAD) e inclusão dos novos cenários macroeconómicos em todos os modelos de PD e LGD. Com esta atualização o modelo passou a incorporar as expectativas de evolução da economia e com isso o *overlay* macroeconómico deixou de se aplicar, tendo os correspondentes valores de imparidade sido alocados às respetivas exposições.

No primeiro semestre de 2022 o tratamento dado pelo Banco aos *Overlays* foi:

- Com a atualização das contas das empresas do exercício de 2021 no primeiro semestre de 2022, o *overlay re-rating* deixou de se aplicar tendo sido revertida a reclassificação de 300 milhões de euros de exposição de stage 1 para stage 2, e os correspondentes valores de imparidade.
- Tendo em conta as incertezas para a economia relacionadas com o cenário de guerra na Ucrânia, no final do primeiro semestre o Banco contabilizou um novo *overlay cenário de guerra U* no montante de 14,3 milhões de euros;
- Em junho de 2022 o Banco criou um *Pos-Model Adjustment* para bloquear o efeito provocado pela normalização das operações a quem o Banco ofereceu soluções comerciais.

10. DERIVADOS – CONTABILIDADE DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Tipo de instrumento financeiro	30-06-2022					
	Valor de balanço		Valor nocional			Total
	Ativo	Passivo	Até 3 meses	Entre 3 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	
Instrumentos derivados de cobertura						
Cobertura de Justo valor						
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)						
Passivos e crédito	103 859	339	17 603	193 114	2 971 214	3 181 931
Ativos financeiros pelo justo valor						
por outro rendimento integral	200 037	16 349	-	-	7 146 000	7 146 000
Swaps sobre cotações (equity swaps)	-	41	-	-	8 092	8 092
Cobertura de Fluxos de Caixa						
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)						
Fluxos de caixa	-	119 786	-	10 000 000	-	10 000 000
	303 896	136 515	17 603	10 193 114	10 125 306	20 336 023
31-12-2021						
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço		Valor nocional			Total
	Ativo	Passivo	Até 3 meses	Entre 3 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	
Instrumentos derivados de cobertura						
Cobertura de Justo valor						
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)						
Passivos e crédito	5.592	40.848	16.077	28.345	2.988.767	3.033.189
Ativos financeiros pelo justo valor						
por outro rendimento integral	-	253.238	-	-	3.380.000	3.380.000
Swaps sobre cotações (equity swaps)	312	-	8.151	-	8.111	16.262
Cobertura de Fluxos de Caixa						
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)						
Fluxos de caixa	1.543	22	-	-	10.000.000	10.000.000
	7.447	294.108	24.228	28.345	16.376.878	16.429.451

O Banco realiza operações de derivados no âmbito da sua atividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes, ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura). O risco de taxa de juro implícito no âmbito das operações de securitização e das emissões de obrigações hipotecárias é igualmente gerido pelo Banco através da contratação de instrumentos financeiros derivados.

O Banco transaciona derivados, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transações são efetuadas em mercados de balcão (OTC – *Over-the-counter*).

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral standard, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes. No caso de relações interprofissionais, um *Master Agreement* da ISDA – *Internacional Swaps and Derivatives Association*. No caso de relações com clientes, um contrato próprio do Banco.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou executados sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transações por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transações em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com a norma, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comumente designadas por “derivados embutidos”, de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações.

Todos os derivados (embutidos ou autónomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O justo valor corresponde ao valor estimado que os derivados teriam se fossem transacionados no mercado na data de referência.

11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022		31-12-2021	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	21,86	<u>35 783</u>	21,86	<u>38 161</u>

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os investimentos financeiros detidos na Unicre incluíam goodwill. O teste de imparidade efetuado ao goodwill na Unicre não evidenciou perdas de imparidade neste investimento financeiro.

À data não existem responsabilidades por cumprir perante as associadas nem passivos contingentes a reconhecer na Sociedade decorrentes das participações nas mesmas.

12. ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Propriedades de investimento

Durante o exercício de 2013, na sequência da subscrição de diversas unidades de participação, o Banco passou a consolidar pelo método integral o Fundo Imobiliário Novimovest cujo principal ativo são imóveis para arrendamento.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest apresentavam as seguintes características:

	30-06-2022	31-12-2021
Terrenos		
Urbanizados	20.580	21.044
Não urbanizados	1.015	1.015
Construções acabadas		
Arrendadas	145.415	142.239
Não arrendadas	43.010	49.433
Projetos de construção	-	-
	<u>210.020</u>	<u>213.731</u>

Por outro lado, durante o primeiro semestre de 2022 e o exercício de 2021, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest geraram, entre outros, os seguintes rendimentos e encargos anuais:

	30-06-2022	31-12-2021
Rendas (Nota 30)	4.380	10.287
Impostos	(348)	(798)
Condomínio	(149)	(992)
Conservação e reparação	(106)	(584)
Seguros	(58)	(137)
	<u>3.719</u>	<u>7.776</u>

O movimento ocorrido na rubrica de "Propriedades de investimento" durante os primeiros semestres de 2022 e 2021 foi como segue:

	2022				Saldo em 30-06-2022
	Saldo em 31-12-2021	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	213 731	42	16	(3 769)	210 020

	2021				Saldo em 30-06-2021
	Saldo em 31-12-2020	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	250 531	176	(176)	(1 011)	249 520

O efeito da valorização ao justo valor dos imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados "Outras receitas/despesas operacionais - propriedades de investimento" (Nota 30).

As propriedades de investimento detidas pelo Grupo são avaliadas, com uma periodicidade bianual, ou mais curta se, entretanto, tiver ocorrido um evento que suscite dúvidas quanto ao valor da última avaliação realizada, por entidades especializadas e independentes, de acordo com as metodologias de avaliação descritas na Nota 15.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a forma de apuramento do justo valor das propriedades de investimento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é como segue:

	Nível 3	
	30-06-2022	31-12-2021
Propriedades de investimento	210 020	213 731

Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por metro quadrado ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor das propriedades de investimento virá aumentado. Por outro lado, caso se verifique um aumento dos custos de construção ou de comercialização, um aumento da taxa de capitalização, uma diminuição do valor de renda por metro quadrado ou uma diminuição da taxa de ocupação, o justo valor das propriedades de investimento virá diminuído.

OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nestas rubricas durante o primeiro semestre de 2022 e 2021 pode ser apresentado da seguinte forma:

	2022												
	31-12-2021			Abates e vendas		Transferências de/para outros ativos			30-06-2022				
	Valor	Depreciação	Imparidade (Nota 17)	Aquisições	Valor	Depreciação	Valor	Depreciação	Depreciação	Valor	Depreciação	Imparidade (Nota 17)	Valor
	Bruto	Acumulada			Bruto	Acumulada	Bruto	Acumulada		Bruto	Acumulada		Bruto
Ativos tangíveis													
Imóveis													
. Imóveis de serviço próprio	335 573	(126 979)	(6 146)	2 106	-	-	296	9	(3 310)	337 975	(130 280)	(6 146)	201 549
. Despesas em edifícios arrendados	9 162	(7 049)	-	35	-	-	-	-	(231)	9 197	(7 280)	-	1 917
. Direitos de uso (Nota 16)	41 399	(16 854)	-	-	-	-	-	-	(2 125)	41 399	(18 979)	-	22 420
. Outros imóveis	167	(81)	-	-	-	-	-	-	(1)	167	(82)	-	85
	<u>386 301</u>	<u>(150 963)</u>	<u>(6 146)</u>	<u>2 141</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>296</u>	<u>9</u>	<u>(5 667)</u>	<u>388 738</u>	<u>(156 621)</u>	<u>(6 146)</u>	<u>225 971</u>
Equipamento	158 756	(106 278)	-	3 186	(2 139)	1 289	-	-	(5 750)	159 803	(110 739)	-	49 064
Outros ativos tangíveis	2 176	(77)	-	-	-	-	-	-	-	2 176	(77)	-	2 099
	<u>160 932</u>	<u>(106 355)</u>	<u>-</u>	<u>3 186</u>	<u>(2 139)</u>	<u>1 289</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5 750)</u>	<u>161 979</u>	<u>(110 816)</u>	<u>-</u>	<u>51 163</u>
	<u>547 233</u>	<u>(257 318)</u>	<u>(6 146)</u>	<u>5 327</u>	<u>(2 139)</u>	<u>1 289</u>	<u>296</u>	<u>9</u>	<u>(11 417)</u>	<u>550 717</u>	<u>(267 437)</u>	<u>(6 146)</u>	<u>277 134</u>
Ativos intangíveis													
Software	132 342	(99 854)	-	7 880	-	-	2 727	-	(11 476)	142 949	(111 330)	-	31 619
Outros ativos intangíveis	2 009	(2 009)	-	2 727	-	-	(2 727)	-	-	2 009	(2 009)	-	-
Goodwill	1 160	-	-	-	-	-	-	-	-	1 160	-	-	1 160
	<u>135 511</u>	<u>(101 863)</u>	<u>-</u>	<u>10 607</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11 476)</u>	<u>146 118</u>	<u>(113 339)</u>	<u>-</u>	<u>32 779</u>

	2021														
	31-12-2020			Transferências de/para									30-06-2021		
				Abates e vendas		outros ativos		Outros					Valor		
	Valor	Depreciação	Imparidade	Aquisições	Valor	Depreciação	Valor	Depreciação	Valor	Imparidade	Depreciação	Valor	Depreciação	Imparidade	Valor
Bruto	Acumulada	Bruto			Acumulada	Bruto	Acumulada	Bruto	Acumulada			Bruto	Acumulada		Bruto
						(Nota 14)		(Nota 17)			(Nota 17)				
Ativos tangíveis															
Imóveis															
. Imóveis de serviço próprio	402 826	(141 579)	(23 623)	778	(10 528)	10 520	(7 949)	2 670	-	17 477	(4 064)	385 127	(132 453)	(6 146)	246 528
. Despesas em edifícios arrendados	26 770	(21 871)	-	221	(4 630)	4 562	-	-	-	-	(315)	22 361	(17 624)	-	4 737
. Outros imóveis	167	(80)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	167	(81)	-	86
. Direitos de uso (IFRS 16)	37 155	(12 335)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2 356)	37 155	(14 691)	-	22 464
	<u>466 918</u>	<u>(175 865)</u>	<u>(23 623)</u>	<u>999</u>	<u>(15 158)</u>	<u>15 082</u>	<u>(7 949)</u>	<u>2 670</u>	<u>-</u>	<u>17 477</u>	<u>(6 736)</u>	<u>444 810</u>	<u>(164 849)</u>	<u>(6 146)</u>	<u>273 815</u>
Equipamento	170 388	(106 007)	-	5 935	(4 284)	3 272	(530)	194	(32)	-	(7 158)	171 477	(109 699)	-	61 778
Outros ativos tangíveis	2 184	(75)	-	-	(1)	-	-	-	-	-	(1)	2 183	(76)	-	2 107
	<u>172 572</u>	<u>(106 082)</u>	<u>-</u>	<u>5 935</u>	<u>(4 285)</u>	<u>3 272</u>	<u>(530)</u>	<u>194</u>	<u>(32)</u>	<u>-</u>	<u>(7 159)</u>	<u>173 660</u>	<u>(109 775)</u>	<u>-</u>	<u>63 885</u>
	<u>639 490</u>	<u>(281 947)</u>	<u>(23 623)</u>	<u>6 934</u>	<u>(19 443)</u>	<u>18 354</u>	<u>(8 479)</u>	<u>2 864</u>	<u>(32)</u>	<u>17 477</u>	<u>(13 895)</u>	<u>618 470</u>	<u>(274 624)</u>	<u>(6 146)</u>	<u>337 700</u>
Ativos intangíveis															
Software	111 955	(77 235)	-	8 647	-	-	-	-	2 029	-	(11 310)	122 631	(88 545)	-	34 086
Outros ativos intangíveis	5 079	(4 386)	-	1 504	-	-	-	-	(1 997)	-	-	4 586	(4 386)	-	200
Diferenças de consolidação positivas	1 160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 160	-	-	1 160
	<u>118 194</u>	<u>(81 621)</u>	<u>-</u>	<u>10 151</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>32</u>	<u>-</u>	<u>(11 310)</u>	<u>128 377</u>	<u>(92 931)</u>	<u>-</u>	<u>35 446</u>

13. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Ativos por impostos correntes	21.376	2.459
Ativos por Impostos diferidos	265.773	252.049
	287.149	254.508
Passivos por impostos correntes	162.809	79.161
Passivos por Impostos diferidos	219.777	265.686
	382.586	344.847
Impostos diferidos	45.996	(13.637)

Os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	30-06-2022	30-06-2021
Impostos correntes	(85.550)	(62.811)
Impostos diferidos	(22.667)	31.621
	(108.217)	(31.190)

O movimento ocorrido nos impostos diferidos ativos e passivos no decorrer do primeiro semestre de 2022 e do exercício de 2021 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2021	Outro rendimento integral	Resultados	Outros	Saldos em 30-06-2022
Provisões/Imparidades temporariamente não aceites para efeitos fiscais:					
. Impostos diferidos ativos	126.066	-	(11.650)	-	114.416
. Impostos diferidos passivos	(5.222)	-	-	-	(5.222)
Reavaliação de ativos tangíveis					
. Impostos diferidos ativos	1.144	-	(143)	-	1.001
. Impostos diferidos passivos	(1.714)	-	53	-	(1.661)
Pensões:					
. Reformas antecipadas	65.105	-	(5.034)	-	60.071
. Pensões de reforma	4.111	-	(406)	-	3.705
. Transferências de responsabilidade com pensões para a segurança social	3.232	-	(162)	-	3.070
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(231.625)	45.120	-	-	(186.505)
Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	313	37.180	-	-	37.493
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	44.589	-	(5.221)	-	39.368
Operações de titularização	(23.266)	-	263	-	(23.003)
Outros	3.630	-	(367)	-	3.263
	(13.637)	82.300	(22.667)	-	45.996

	Saldos em 31-12-2020	Outro rendimento integral	Resultados	Outros	Saldos em 31-12-2021
Provisões/Imparidades temporariamente não aceites para efeitos fiscais:					
. Impostos diferidos ativos	159.564	-	(33.498)	-	126.066
. Impostos diferidos passivos	(5.222)	-	-	-	(5.222)
Reavaliação de ativos tangíveis					
. Impostos diferidos ativos	1.430	-	(286)	-	1.144
. Impostos diferidos passivos	(1.980)	-	266	-	(1.714)
Prejuízos fiscais reportáveis	12.809	-	(12.809)	-	-
Pensões:					
. Alteração de política contabilística relativa a pensões	17.023	-	(17.023)	-	-
. Reformas antecipadas	40.750	-	24.355	-	65.105
. Pensões de reforma	4.621	-	(510)	-	4.111
. Transferências de responsabilidade com pensões para a segurança social	3.555	-	(323)	-	3.232
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(326.920)	95.295	-	-	(231.625)
Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	13.836	(13.523)	-	-	313
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	45.787	-	(1.198)	-	44.589
Operações de titularização	(23.977)	-	711	-	(23.266)
Gastos de Incorporação	6.558	-	(6.558)	-	-
Outros	1.870	-	1.760	-	3.630
	(50.296)	81.772	(45.113)	-	(13.637)

De modo a utilizar os impostos diferidos que transitaram do BANIF, o Banco apresentou, em 29 de maio de 2018, uma declaração Modelo 22 (IRC) de substituição, referente ao exercício de 2015. A apresentação daquela declaração foi motivada pelo apuramento do resultado do exercício de 2015 do BANIF e pelo deferimento, por parte do Ministro das Finanças, do pedido de transmissão ao Banco dos impostos diferidos do BANIF (cfr. Despacho n.º 138/2018/MF, de 9 de março de 2018). Sucede que, por Despacho da Diretora Adjunta da Unidade dos Grandes Contribuintes de 26 de novembro de 2019 ("Despacho da AT"), apenas foi reconhecido ao Banco o direito de utilizar impostos diferidos do BANIF, relativos aos exercícios de 2009 a 2014. Por discordar do Despacho da AT, o Banco apresentou, em 13 de janeiro de 2020, recurso hierárquico para o Ministro das Finanças. No dia 30 de junho de 2020, o Subdiretor-Geral da área de Gestão Tributária – Impostos sobre o Rendimento decidiu indeferir o recurso hierárquico apresentado. Uma vez que o Despacho da AT e o Despacho do Subdiretor-Geral apenas reconheceram ao Banco o direito de usufruir de impostos diferidos do BANIF num montante total de 92.301 milhares de euros, o Banco poderá exigir no âmbito do acordo com as autoridades portuguesas envolvidas no processo de resolução do Banif, uma compensação no montante de 157.699 milhares de euros, em dinheiro ou títulos do tesouro. Para dar cumprimento a esta decisão o Banco transferiu o montante em causa, desta rubrica para a rubrica outros saldos a receber (Nota 9).

Os dividendos distribuídos ao Banco por empresas subsidiárias e associadas localizadas em Portugal ou em Estado Membro da União Europeia não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 51º do CIRC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objeto de inspeção fiscal até ao exercício de 2018, inclusive. Como resultado da inspeção ao exercício de 2017, foi sujeito a uma liquidação adicional em sede de IRC. Para fazer face a esta liquidação o Banco dotou uma provisão no montante de 17.705 milhares de euros (Nota 17). Em sede de Imposto do Selo, o Banco foi sujeito igualmente a uma liquidação adicional. As correções efetuadas à matéria coletável abrangeram diversas matérias e a maior parte são correções meramente temporárias.

Quanto às liquidações adicionais recebidas, o Banco procedeu ao pagamento dos valores liquidados. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objeto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O Grupo Santander decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Este novo regime traduz-se na soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta, SGPS - a Sociedade dominante, e Taxagest, Banco, Santander Totta Seguros, TottaUrbe e Gamma - sociedades dominadas.

14. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	3 145	3 145
Promessas de dação, arrematações e outros		
ativos recebidos em dação de pagamento	163 781	181 281
Rendimentos a receber e receitas com rendimento diferido	23 973	24 232
Despesas com encargo diferido	4 533	3 117
Operações ativas a regularizar	17 709	38 649
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 35)		
Responsabilidades do Santander	(960 135)	-
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do Santander	1 040 039	-
Responsabilidades da sucursal de Londres	(36 817)	-
Valor patrimonial do Fundo de Pensões da sucursal de Londres	38 942	-
Responsabilidades do Banif	(144 911)	-
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do Banif	78 878	-
Responsabilidades do BAPOP	(151 652)	-
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do BAPOP	176 437	-
	<u>253 923</u>	<u>250 424</u>
Perdas por imparidade para ativos recebidos em dação (Nota 17)	(87 355)	(102 088)
	<u>166 568</u>	<u>148 336</u>

A rubrica "Rendimentos a receber e receitas com rendimento diferido" inclui maioritariamente comissões a receber de seguradoras pela comercialização dos seus seguros (Nota 34).

A rubrica "Operações ativas a regularizar" inclui operações ativas/(passivas) a liquidar conforme se detalha de seguida:

	30-06-2022		31-12-2021	
	Outros ativos	Outros passivos	Outros ativos	Outros passivos
		(Nota 19)		(Nota 19)
Valores em trânsito e outras transações a regularizar	8.702	(8.793)	19.080	(61.442)
Transferências no âmbito do SEPA	1.789	(295.925)	48	(126.642)
Saldo a regularizar em ATM's	2.485	-	2.598	(69)
Outros	4.733	(75.625)	16.923	(29.354)
	<u>17.709</u>	<u>(380.343)</u>	<u>38.649</u>	<u>(217.507)</u>

O movimento ocorrido na rubrica de "Promessas em dação, arrematações e outros ativos recebidos em dação de pagamento" no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 e 2021, foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2021			Transferências de						30 de junho de 2022					
	Valor		Valor líquido	Entradas	Alienações/ abates	/para ANCDV		Transferências/		Imparidade (Nota 17)			Valor		Valor líquido
	Bruto	Imparidade				Capital	Imparidade	ativos tangíveis	Dotações	Reposição	Utilização	Bruto	Imparidade		
		(Nota 17)				(Nota 15)	(Nota 12)						(Nota 17)		
Ativos recebidos por dação em pagamento															
Imóveis	37 331	(24 190)	13 141	-	-	(3 502)	-	(1 429)	2 687	-	-	33 829	(22 932)	10 897	
Promessas de Dação	337	(337)	-	-	-	(151)	-	-	151	-	-	186	(186)	-	
Arrematações	6 813	(2 924)	3 889	2 122	-	(2 646)	-	(54)	809	10	6 289	(2 159)	4 130		
Outros	27 849	(24 019)	3 830	7 850	(509)	(1 016)	-	(560)	487	215	34 174	(23 877)	10 297		
Imóveis de serviço próprio para venda	39 838	(25 771)	14 067	32	(11 886)	-	(305)	(374)	5 072	5 062	27 679	(16 011)	11 668		
Outros imóveis em venda	69 113	(24 847)	44 266	-	(7 489)	-	-	(773)	1 417	2 013	61 624	(22 190)	39 434		
	181 281	(102 088)	79 193	10 004	(19 884)	(7 315)	(305)	(3 190)	10 623	7 300	163 781	(87 355)	76 426		

	31 de dezembro de 2020			Transferências de						30 de junho de 2021					
	Valor		Valor líquido	Entradas	Alienações	/para ANCDV		Transferências/		Imparidade (Nota 17)			Valor		Valor líquido
	Bruto	Imparidade				Capital	Imparidade	ativos tangíveis	Imparidade	Dotações	Reposição	Utilização	Bruto	Imparidade	
		(Nota 17)				(Nota 17)	(Nota 12)	(Nota 17)				(Nota 17)			
Ativos recebidos por dação em pagamento															
Imóveis	51 356	(29 489)	21 867	-	-	(7 843)	1 643	-	-	-	-	43 513	(27 846)	15 667	
Promessas de Dação	1 856	(64)	1 792	83	-	(551)	-	-	(45)	21	1 388	(88)	1 300		
Arrematações	15 783	(6 316)	9 467	3 949	(2 265)	(9 594)	-	-	(1 675)	3 534	1 516	7 873	(2 941)	4 932	
Outros	32 546	(25 942)	6 604	1 461	(949)	(92)	-	-	(1 178)	428	234	32 966	(26 458)	6 508	
Imóveis de serviço próprio para venda	47 071	(29 980)	17 091	268	(6 387)	-	5 615	(3 650)	(587)	2 731	3 022	46 567	(28 464)	18 103	
Outros imóveis em venda	84 867	(11 494)	73 373	-	(7 821)	-	-	-	(3 620)	-	415	77 046	(14 699)	62 347	
	233 479	(103 285)	130 194	5 761	(17 422)	(18 080)	1 643	5 615	(3 650)	(7 105)	6 714	209 353	(100 496)	108 857	

O apuramento das perdas por imparidade é efetuado de acordo com a metodologia descrita na Nota 15.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a forma de apuramento do justo valor dos ativos recebidos por dação em pagamento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é nível 3.

15. ATIVOS NÃO CORRENTES E GRUPOS PARA ALIENAÇÃO CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA

O movimento ocorrido nesta rubrica foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2021			Transferência de outros ativos		Imparidade (Nota 17)			30 de junho de 2022			
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações	Capital	Imparidade	Dotações	Reversões	Utiliz.	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Ativos recebidos por dação em pagamento												
Imóveis	79 020	(41 873)	318	(21 184)	7 315	-	(13 019)	4 163	6 656	65 469	(44 073)	21 396
Equipamento	2 407	(2 100)	407	(439)	-	-	(599)	357	229	2 375	(2 113)	262
Imóveis de serviço próprio para venda	37 457	-	-	(37 457)	-	-	-	-	-	-	-	-
	118 884	(43 973)	725	(59 080)	7 315	-	(13 618)	4 520	6 885	67 844	(46 186)	21 658

	31-12-2020		Transferências		Imparidade (Nota 17)			30-06-2021				
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações	Capital	Imparidade	Dotações	Reversões	Utilizações e outros	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Imóveis	92 345	(41 292)	505	(17 745)	18 080	(1 643)	(3 770)	3 319	2 957	93 185	(40 429)	52 756
Equipamento	2 006	(1 599)	1 534	(1 198)	-	-	(636)	94	129	2 342	(2 012)	330
	94 351	(42 891)	2 039	(18 943)	18 080	(1 643)	(4 406)	3 413	3 086	95 527	(42 441)	53 086

No primeiro semestre de 2022, o Banco alienou o edifício central (Ramalho Ortigão), o qual se encontrava no balanço por 35 milhões de euros.

Estes ativos são registados pelo valor acordado por via comercial ou judicial, deduzido dos gastos que o Banco estima incorrer com a sua venda, ou pelo seu valor de venda rápida, caso este seja inferior. Por outro lado, os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no ativo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de gastos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade. Se, numa data subsequente, os factos que levaram o Banco a registar perdas por imparidade deixarem de se verificar, o Banco irá reverter as perdas por imparidade, até ao limite do valor que os bens teriam se não tivessem sido reclassificados para ativos não correntes detidos para venda.

As avaliações destes imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos são executadas por entidades independentes e especializadas as quais se encontram credenciadas junto da Comissão dos Mercados dos Valores Mobiliários (CMVM).

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a forma de apuramento do justo valor dos ativos não correntes detidos para venda de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é nível 3.

16. PASSIVOS FINANCEIROS CONTABILIZADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

A sub-rubrica Depósitos tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
<u>Depósitos - Bancos centrais</u>		
Recursos do Banco Central Europeu - Depósitos	7.344.439	7.401.255
Recursos de Outros Bancos Centrais - Depósitos	95	8.987
	<u>7.344.534</u>	<u>7.410.242</u>
<u>Depósitos - Instituições de crédito</u>		
Recursos de Instituições de crédito		
Recursos a muito curto prazo	471.921	147.271
Depósitos	82.094	245.971
Operações de venda com acordo de recompra	157	33
Juros a pagar/despesas diferidas	44	130
	<u>554.216</u>	<u>393.405</u>
<u>Depósitos- Clientes</u>		
Depósitos a prazo	14.170.483	14.062.767
Depósitos à ordem	26.588.729	24.309.763
Depósitos estruturados	137	8.231
Depósitos de Poupança	532.631	573.104
Depósitos de pré-aviso	2.000	-
Juros e gastos a pagar	4.180	4.988
Correções de valor por operações de cobertura	14	51
	<u>41.298.174</u>	<u>38.958.904</u>
Depósitos	<u>49.196.923</u>	<u>46.762.551</u>

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Depósitos - Instituições de crédito – Operações de venda com acordo de recompra", tem a seguinte composição por tipo de ativo subjacente às operações de reporte:

	<u>30-06-2022</u>			
	<u>Capital</u>	<u>Juros</u>	<u>Despesas com gasto diferido</u>	<u>Total</u>
Instrumentos de dívida de emissores públicos nacionais	(99.316)	-	(15)	(99.331)
Instrumentos de dívida de emissores públicos estrangeiros	(205.273)		(153)	(205.426)
Instrumentos de dívida de outros emissores não residentes	304.951	-	(37)	304.914
	<u>362</u>	<u>-</u>	<u>(205)</u>	<u>157</u>

	31-12-2021			
	Capital	Juros	Despesas com gasto diferido	Total
Instrumentos de dívida de emissores públicos nacionais	(99.868)	-	(105)	(99.973)
Instrumentos de dívida de outros emissores não residentes	99.945	-	61	100.006
	<u>77</u>	<u>-</u>	<u>(44)</u>	<u>33</u>

A sub-rubrica Títulos de dívida emitidos tem a seguinte composição:

	30-06-2022			31-12-2021		
	Emissões	Recompras	Saldo	Emissões	Recompras	Saldo
Obrigações hipotecárias						
Saldo início	8 600 000	(6 600 000)	2 000 000	8 800 000	(6 800 000)	2 000 000
Emitidas	750 000	-	750 000	-	-	-
Readquiridas	-	(773 800)	(773 800)	-	-	-
Reembolsadas	(750 000)	750 000	-	(200 000)	200 000	-
Saldo final	<u>8 600 000</u>	<u>(6 623 800)</u>	<u>1 976 200</u>	<u>8 600 000</u>	<u>(6 600 000)</u>	<u>2 000 000</u>
Juros a pagar	-	-	10 930	-	-	9 339
Comissões associadas ao custo	-	-	(16 949)	-	-	(18 674)
	<u>8 600 000</u>	<u>(6 623 800)</u>	<u>1 970 181</u>	<u>8 600 000</u>	<u>(6 600 000)</u>	<u>1 990 665</u>
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização						
Saldo início	3 374 158	(2 837 840)	536 318	3 806 917	(3 192 235)	614 682
Reembolsadas	(684 372)	648 830	(35 542)	(432 759)	354 395	(78 364)
Saldo final	<u>2 689 786</u>	<u>(2 189 010)</u>	<u>500 776</u>	<u>3 374 158</u>	<u>(2 837 840)</u>	<u>536 318</u>
Juros a pagar	-	-	-	-	-	-
Comissões associadas ao custo	-	-	(39 141)	-	-	(41 992)
	<u>2 689 786</u>	<u>(2 189 010)</u>	<u>461 635</u>	<u>3 374 158</u>	<u>(2 837 840)</u>	<u>494 326</u>
Obrigações estruturadas						
Saldo início	191 227	(116)	191 111	8 227	-	8 227
Emitidas	100 800	-	100 800	183 000	-	183 000
Readquiridas	-	(19)	(19)	-	(116)	(116)
Saldo final	<u>292 027</u>	<u>(135)</u>	<u>291 892</u>	<u>191 227</u>	<u>(116)</u>	<u>191 111</u>
Juros a pagar	-	-	3 596	-	-	2 796
Correções de valor por operações de cobertura	-	-	(256)	-	-	100
	<u>292 027</u>	<u>(135)</u>	<u>295 232</u>	<u>191 227</u>	<u>(116)</u>	<u>194 007</u>
Outras obrigações						
Saldo início	-	-	-	-	-	-
Emitidos	650 000	-	650 000	-	-	-
Saldo final	<u>650 000</u>	<u>-</u>	<u>650 000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Juros a pagar	-	-	884	-	-	-
	<u>650 000</u>	<u>-</u>	<u>650 884</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos subordinados						
Saldo início	327 599	-	327 599	554 791	(209 100)	345 691
Emitidos	-	-	-	-	-	-
Reembolsadas	-	-	-	(227 192)	209 100	(18 092)
Saldo final	<u>327 599</u>	<u>-</u>	<u>327 599</u>	<u>327 599</u>	<u>-</u>	<u>327 599</u>
Juros a pagar	-	-	2 943	-	-	150
	<u>327 599</u>	<u>-</u>	<u>330 542</u>	<u>327 599</u>	<u>-</u>	<u>327 749</u>
	<u>12 559 412</u>	<u>(8 812 945)</u>	<u>3 708 474</u>	<u>12 492 984</u>	<u>(9 437 956)</u>	<u>3 006 747</u>

Nos termos da lei, os detentores das obrigações hipotecárias possuem um privilégio creditício especial sobre o património autónomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

As condições das obrigações hipotecárias, das obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização e das obrigações de caixa encontram-se detalhadas no Anexo I e as dos passivos subordinados no Anexo II.

Entre maio de 2008 e junho de 2022, o Banco procedeu a vinte e sete emissões de obrigações hipotecárias ao abrigo do programa “€ 12.500.000.000 Covered Bonds Programme”. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as obrigações hipotecárias tinham um património autónomo constituído por:

	<u>30-06-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Crédito a Clientes (Nota 9)	9.992.759	9.965.945
Juros de Crédito	5.872	5.082
Derivados	33.063	(54.776)
	<u>10.031.694</u>	<u>9.916.251</u>

A sub-rubrica Outros passivos financeiros tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Cheques e ordens a pagar	112.856	49.323
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros	20.281	21.347
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.683	1.610
Sector público administrativo	29.565	34.537
Credores por contratos de factoring	58.535	62.137
Credores por fornecimentos de bens	1.025	1.969
Credores por valores a liquidar	8.315	16.858
Outros	15.787	6.664
Compromissos com rendas futuras (aplicação IFRS 16)	22.586	24.830
	<u>270.633</u>	<u>219.275</u>

Os compromissos com rendas futuras corresponde à adoção da IFRS 16, e apresenta o seguinte movimento durante o primeiro semestre de 2022 e o exercício de 2021:

	Passivo de arrendamento	Direito de uso (Nota 12)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	25 232	24 820
Amortização 2021	(4 575)	(4 519)
Saídas	(1 172)	(1 101)
Entradas	2 345	2 345
Extensões e alterações de renda	3 000	3 000
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24 830	24 545
Amortização 2022	(2 244)	(2 125)
Saldo em 30 de junho de 2022	22 586	22 420

Para o mesmo período os *cash flows* contratuais são os seguintes:

	30-06-2022	31-12-2021
. Até 1 ano	4 206	4 663
. Até 2 ano	4 010	4 402
. Até 3 ano	3 419	4 160
. Até 4 ano	2 892	3 116
. Até 5 ano	2 802	3 005
. Mais de 5 ano	5 257	5 484
	22 586	24 830

17. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E NA IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas Provisões durante o primeiro semestre de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022					30-06-2022
	31-12-2021	Dotações	Reversões	Utilizações	Transferências/ outros	
Imparidade para garantias e compromissos concedidos (Nota 23)	51.178	2.302	(5.216)	-	-	48.264
Reestruturação	87.204	-	-	(18.249)	-	68.955
Outras provisões	63.428	7.100	(3.437)	(1.355)	(2.000)	63.736
	<u>201.810</u>	<u>9.402</u>	<u>(8.653)</u>	<u>(19.604)</u>	<u>(2.000)</u>	<u>180.955</u>

	2021					30-06-2021
	31-12-2020	Dotações	Reversões	Utilizações	Transferências/ outros	
Imparidade para garantias e compromissos concedidos	57.466	1.428	(997)	-	-	57.897
Reestruturação	54.369	242.791	-	(8.898)	-	288.262
Outras provisões	119.489	3.264	(7.737)	(52.448)	(28.850)	33.718
	<u>231.324</u>	<u>247.483</u>	<u>(8.734)</u>	<u>(61.346)</u>	<u>(28.850)</u>	<u>379.877</u>

O montante constante do conceito reestruturações é para fazer face aos compromissos já assumidos e divulgados aos colaboradores.

As Outras provisões apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2020	31-12-2021
Pensões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego	14.346	14.268
Questões fiscais (Nota 13)	17.955	17.955
Questões jurídicas e litígios fiscais pendentes	2.818	2.065
Outras provisões	28.617	29.140
	<u>63.736</u>	<u>63.428</u>

Em 2021, o Banco executou um profundo plano de transformação, operacional e comercial, adequando-se ao novo contexto competitivo, mais digital, com significativo investimento na simplificação de processos e em tecnologia, orientado para a melhoria da qualidade de serviço, e que permitiu a otimização da rede de agências (-79), e consequente redução do quadro de colaboradores (-1.175). Para concretizar este plano de transformação foi registado no primeiro trimestre uma provisão por 235 milhões de euros (220 milhões de euros no conceito reestruturação e 15 milhões de euros no conceito de outras provisões), que foi adicionada à já constituída no final de 2020 por 66 milhões de euros (20 milhões de euros no conceito reestruturação e 46 milhões de euros no conceito de outras provisões). Os montantes em causa foram utilizados para a redução do quadro de colaboradores por 187 milhões de euros, para otimização da rede de agências 23 milhões e para a transformação operacional e comercial por 36 milhões de euros.

Adicionalmente, em 2021 o Banco procedeu à transferência de 22,5 milhões de euros como dotação inicial para a Fundação Santander Portugal.

O movimento ocorrido na Imparidade durante o primeiro semestre de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022						
	31-12-2021	Dotações	Reversões de perdas de imparidade	Utilizações e outros	30-06-2022	Recuperações de incobráveis e outros	Valias na venda de créditos
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados:							
Imparidade para títulos de dívida (Nota 9)	5.622	150	(1.555)	-	4.217	-	-
Imparidade para empréstimos e adiantamentos (Nota 9)	1.013.876	60.609	(57.490)	(938)	1.016.057	(3.403)	567
Imparidade em ativos financeiros pelo justo valor através outro rendimento integral (Nota 8)	52	-	(24)	-	28	(13)	-
	<u>1.019.550</u>	<u>60.759</u>	<u>(59.069)</u>	<u>(938)</u>	<u>1.020.302</u>	<u>(3.416)</u>	<u>567</u>
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não-financeiros:							
Ativos tangíveis (Nota 12)	6.146	-	-	-	6.146	-	-
Outros ativos (Nota 14)	102.088	3.190	(10.623)	(7.300)	87.355	-	-
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 15)	43.973	13.618	(4.520)	(6.885)	46.186	-	-
	<u>152.207</u>	<u>16.808</u>	<u>(15.143)</u>	<u>(14.185)</u>	<u>139.687</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	2021						
	31-12-2020	Dotações	Reversões de perdas de imparidade	Utilizações e outros	30-06-2021	Recuperações de incobráveis e outros	Valias na venda de créditos
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados:							
Imparidade para títulos de dívida	11.145	8.195	(8.189)	-	11.151	-	-
Imparidade para empréstimos e adiantamentos	993.772	237.567	(166.127)	2.235	1.067.447	(2.768)	98
Imparidade em ativos financeiros pelo justo valor através outro rendimento integral	14	-	(1)	-	13	-	-
	<u>1.004.931</u>	<u>245.762</u>	<u>(174.317)</u>	<u>2.235</u>	<u>1.078.611</u>	<u>(2.768)</u>	<u>98</u>
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não-financeiros:							
Ativos tangíveis (Nota 12)	23.623	-	-	(17.477)	6.146	-	-
Outros ativos (Nota 14)	103.285	7.105	(6.714)	(3.180)	100.496	-	-
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 15)	42.891	4.406	(3.413)	(1.443)	42.441	-	-
	<u>169.799</u>	<u>11.511</u>	<u>(10.127)</u>	<u>(22.100)</u>	<u>149.083</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

18. CAPITAL SOCIAL REEMBOLSÁVEL À VISTA

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 esta rubrica representava as unidades de participação no Fundo Novimovest não detidas pelo Grupo.

19. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Encargos com pessoal	59 031	68 262
Outros encargos	95 188	69 181
Outras receitas com rendimento diferido	8 823	10 163
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 35)		
Responsabilidades do Santander	-	1 155 946
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do Santander	-	(1 164 211)
Responsabilidades da sucursal de Londres	-	52 915
Valor patrimonial do Fundo de Pensões da sucursal de Londres	-	(49 938)
Responsabilidades do Banif	-	167 108
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do Banif	-	(92 220)
Responsabilidades do BAPOP	-	185 616
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do BAPOP	-	(194 073)
Outros (Nota 14)	380 343	217 507
	<u>543 385</u>	<u>426 256</u>

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os outros encargos correspondem essencialmente a acréscimos de custos relacionados com atividade regular do Banco.

20. CAPITAIS PRÓPRIOS

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social do Banco estava representado por 1.391.779.674 e 1.256.723.284 ações, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes acionistas:

	30-06-2022			31-12-2021		
	Número de ações	% de participação	Montante	Número de ações	% de participação	Montante
Santander Totta, SGPS, S.A.	1.376.219.267	98,88%	1.376.219	1.241.179.513	98,76%	1.241.180
Ações próprias	15.019.058	1,08%	15.019	15.016.375	1,19%	15.016
Outros	541.349	0,04%	541	527.396	0,04%	527
	<u>1.391.779.674</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.391.780</u>	<u>1.256.723.284</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.256.723</u>

Em Assembleia Geral de 04 de maio de 2022, foi aprovado um aumento de capital de 135.057 milhares de euros, tendo a Santander Totta, SGPS, S.A. subscrito 135.039 milhares de euros. Foi também deliberado o reembolso na íntegra das prestações acessórias realizadas pela Santander Totta, SGPS, S.A. no montante de 135.000 milhares de euros, após autorização do Banco de Portugal.

No primeiro semestre de 2022 o Banco procedeu à aquisição de 2.683 pelo montante de 12 milhares de euros (6.535 ações próprias pelo montante de 30 milhares de euros no exercício de 2021).

Nos termos da Portaria n.º 408/99, de 4 de junho, publicada no Diário da República – I Série B, n.º 129, os prémios de emissão, que ascendem a 193.390 milhares de euros, não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de ações próprias.

Em 29 de junho de 2022, o Banco Santander Totta emitiu “€ 400.000.000 Fixed Rate Resettable Perpetual Additional Tier I”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como Additional Tier 1 Capital, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – Capital Requirements Directive), tendo sido na totalidade adquirido pela Santander Totta, SGPS, S.A.. Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pelo Banco a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 9,159% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de Additional Tier 1 o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pelo Banco e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições, situações que conduziram ao seu registo nesta rubrica.

No dia 28 de fevereiro de 2022, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos a resultados transitados no montante de 502.855 milhares de euros.

No dia 04 de maio de 2022, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2021 no montante de 273.008 milhares de euros.

No dia 07 de junho de 2022, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos a resultados transitados no montante de 748.000 milhares de euros.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as reservas por rendimento integral acumulado tinham a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Efeito Bruto de Valorizações		
Elementos que não serão reclassificados em resultados		
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões de benefício definido	(700 360)	(813 128)
Variação do justo valor dos instrumentos de capital próprio mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	75 858	(333)
Proporção de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	(686)	(428)
Total de Elementos que não serão reclassificados em resultados	(625 188)	(813 889)
Elementos que podem ser reclassificados em resultados		
Reserva para coberturas de fluxos de caixa [parte efetiva]	(120 943)	(1 009)
Variação do justo valor dos instrumentos de dívida mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	463 520	680 925
Variação do justo valor de títulos de dívida mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	185 660	255 267
Variação do justo valor de créditos mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	277 860	425 658
Total de Elementos que podem ser reclassificados em resultados	342 577	679 558
Efeito Fiscal		
Elementos que não serão reclassificados em resultados - impacto fiscal		
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões de benefício definido	204 286	204 286
Variação do justo valor dos instrumentos de capital próprio mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(22 223)	-
Proporção de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	571	598
Total de Elementos que não serão reclassificados em resultados - impacto fiscal	182 634	204 884
Elementos que podem ser reclassificados em resultados - impacto fiscal		
Reserva para coberturas de fluxos de caixa [parte efetiva]	37 493	313
Variação do justo valor dos instrumentos de dívida mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(143 066)	(210 410)
Variação do justo valor de títulos de dívida mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(56 929)	(78 456)
Variação do justo valor de créditos mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(86 137)	(131 954)
Total de Elementos que podem ser reclassificados em resultados - impacto fiscal	(105 573)	(210 097)
Outro rendimento integral acumulado	(205 550)	(139 544)

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação atualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

As reservas de reavaliação não podem ser utilizadas para a atribuição de dividendos nem para aumentar o capital social.

As rubricas de “Lucros retidos” e “Outras reservas” apresentam a seguinte composição:

	<u>30-06-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Lucros retidos	402.736	1.608.681
Outras reservas		
Reserva legal	569.691	539.357
Reservas de sociedades consolidadas	97.241	157.654
Reservas de sociedades em equivalência patrimonial	11.461	11.729
Reserva de fusão		
Por incorporação do totta e BSP	541.334	541.334
Por incorporação do BSN	35.405	35.405
Por incorporação do TottalFIC	90.520	90.520
Por incorporação do BAPOP	(8.411)	(8.411)
Outras reservas	(397.714)	(397.978)
	<u>939.527</u>	<u>969.610</u>

Lucros retidos

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 esta rubrica reconhece os lucros ou prejuízos de exercícios anteriores não distribuídos (ver “Outras reservas”).

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de setembro, o Banco constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da atividade individual, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Outras reservas

Esta rubrica inclui as reservas de reavaliação, no exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respetivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente 23.245 milhares de euros, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efetuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita. Adicionalmente esta rubrica incorpora os impactos das alterações de políticas contabilísticas e os impactos com origem na alienação de instrumentos de capital.

21. RESULTADOS ATRIBUÍVEIS AOS PROPRIETÁRIOS DA EMPRESA-MÃE

No primeiro semestre de 2022 e 2021, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como se segue:

	30-06-2022		30-06-2021	
	Lucro ou prejuízo do período	Contribuição para o resultado consolidado	Lucro ou prejuízo do período	Contribuição para o resultado consolidado
Lucro ou prejuízo do período do Banco (atividade individual)	233.053	233.053	53.973	53.973
Lucro ou prejuízo do período das restantes empresas do Grupo:				
Totta (Ireland), Plc.	3.276	3.276	4.127	4.127
Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	1.773	1.396	1.629	1.283
Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	6.320	1.382	5.172	1.131
Gamma, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	7	7	181	181
Totta Urbe, Empresa de Administração e Construções, S.A.	310	310	1.683	1.683
Lusimovest Fundo de Investimento Imobiliário	-	-	144	37
Taxagest, S.A.	(5)	(5)	(9)	(9)
	<u>11.681</u>	<u>6.366</u>	<u>12.927</u>	<u>8.433</u>
Anulação de dividendos intragrupo recebidos:				
Totta (Ireland), Plc.		(8.737)		(9.124)
Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A.		(3.834)		(4.704)
		<u>(12.571)</u>		<u>(13.828)</u>
Ajustamentos relacionados com operações de titularização		4.468		1.424
Outros		688		(171)
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		<u>232.004</u>		<u>49.832</u>

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

	30-06-2022	30-06-2021
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	232 004	49 832
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas	1 391 779 674	1 256 723 284
Número médio ponderado de ações próprias em carteira	15 019 058	15 009 840
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	1 270 059 203	1 241 713 444
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas do Banco (em euros)	0,18	0,04

Os resultados por ação básicos são coincidentes com os diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

22. PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS SEM CONTROLO

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo tem a seguinte distribuição por entidade:

	30-06-2022	31-12-2021
Taxagest, S.A.	557	557
Outros	69	69
	<u>626</u>	<u>626</u>

23. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales financeiros	339.098	330.997
Compromissos por crédito concedido		
Revogáveis	6.649.620	6.378.768
Irrevogáveis	588.350	565.980
	<u>7.237.970</u>	<u>6.944.748</u>
Outros compromissos concedidos		
Garantias e avales não financeiros	1.436.520	1.346.113
Créditos documentários abertos	325.360	315.004
Fundo de Garantia de Depósitos	68.969	68.969
Sistema de Indemnização aos Investidores	6.378	6.736
Outros compromissos concedidos	84	-
	<u>1.837.311</u>	<u>1.736.822</u>
	<u>9.414.379</u>	<u>9.012.567</u>
Ativos dados em garantia		
Banco de Portugal	147.001	152.926
Fundo de Garantia de Depósitos	80.730	78.205
Sistema de Indemnização aos Investidores	7.598	8.342
Ativos dados em garantia por operações de política monetária	14.909.506	16.496.874
	<u>15.144.835</u>	<u>16.736.347</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	39.970.294	41.779.767
Valores recebidos para cobrança	558.908	617.382
Outros valores	186.273	151.679
	<u>40.715.475</u>	<u>42.548.828</u>

Os ativos dados em garantia por operações de política monetária, correspondem à pool de colateral que o Banco dispõe junto do Banco Central Europeu, para garantir a operativa de liquidez.

As garantias e os outros compromissos concedidos apresentam a seguinte exposição por stage:

	30-06-2022							
	Exposição				Imparidade (Nota 17)			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Compromissos por crédito concedido	6.766.546	461.691	9.733	7.237.970	6.133	3.399	36	9.568
Garantias financeiras	304.306	10.462	24.330	339.098	573	488	13.848	14.910
Outros compromissos concedidos	1.662.062	40.264	134.985	1.837.311	678	551	22.557	23.786
	8.732.914	512.417	169.048	9.414.379	7.384	4.438	36.442	48.264

	31-12-2021							
	Exposição				Imparidade (Nota 17)			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Compromissos por crédito concedido	6.219.555	715.297	9.896	6.944.748	4.116	4.507	136	8.759
Garantias financeiras	291.622	12.284	27.091	330.997	595	602	15.258	16.455
Outros compromissos concedidos	1.542.902	44.600	149.320	1.736.822	666	580	24.718	25.964
	8.054.079	772.181	186.307	9.012.567	5.377	5.689	40.112	51.178

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, foi criado em novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objetivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efetuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de janeiro de 1995. Exceto para o referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como gasto no exercício a que dizem respeito.

Até 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, tendo assumido igualmente o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a 68.969 milhares de euros. Os ativos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se refletidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. Nos exercícios de 2022 e 2021, o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual nos montantes de 532 milhares de euros e 50 milhares de euros, respetivamente (Nota 32).

Sistema de Indemnização aos Investidores (SI)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como gasto. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, estas responsabilidades ascendiam a 7.598 milhares de euros e 8.342 milhares de euros, respetivamente.

24. MARGEM FINANCEIRA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2022</u>	<u>30-06-2021</u>
Rendimentos de juros		
Juros de disponibilidades em Bancos Centrais e em instituições de crédito	160	27
Juros de ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	450
Juros de ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	66.969	67.489
Juros de ativos financeiros pelo custo amortizado		
Empréstimos e adiantamentos- Instituições de crédito	664	65
Títulos de dívida	24.221	28.523
Empréstimos e adiantamentos- Clientes	282.515	273.876
Juros de recursos em Bancos Centrais e em instituições de crédito	56.816	45.524
Juros de derivados de cobertura	113.510	135.046
Outros	1	461
	<u>544.856</u>	<u>551.461</u>
Despesas com juros		
Juros de passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Depósitos - Instituições de crédito	(1.914)	(2.436)
Depósitos - Clientes	(3.452)	(3.340)
Títulos dívida emitidos	(29.485)	(14.928)
Juros sobre ativos de Bancos centrais e Instituições de crédito	(15.741)	(9.391)
Juros sobre ativos de particulares	(12.408)	(1.151)
Juros de derivados de cobertura	(112.800)	(134.189)
Juros de passivos de locação	(179)	(199)
Outros	-	(3.982)
	<u>(175.979)</u>	<u>(169.616)</u>
	<u>368.877</u>	<u>381.845</u>

25. RENDIMENTO DE DIVIDENDOS

Esta rubrica refere-se a dividendos recebidos e tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2022</u>	<u>30-06-2021</u>
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	3.643	1.533
Outros	13	-
	<u>3.656</u>	<u>1.533</u>

26. PROPORÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS DE INVESTIMENTOS EM FILIAIS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS CONTABILIZADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-06-2022	30-06-2021
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	1 382	1 060

27. RENDIMENTOS E DESPESAS DE TAXAS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	30-06-2021
Rendimentos de taxas e comissões	292 881	256 476
Valores mobiliários	8 010	7 783
Serviços financeiros às empresas (corporate finance)	563	711
Consultoria mediante honorários	-	650
Gestão de ativos	1 030	1 189
Custódia	2 896	2 948
Serviços de pagamento	145 839	133 473
Contas correntes	53 549	49 254
Cartões de crédito	10 510	9 355
Cartões de débito e outros pagamentos com cartão	71 439	65 519
Transferências e outras ordens de pagamento	9 816	8 793
Outras receitas de taxas e comissões relacionadas com serviços de pagamento	525	552
Recursos de clientes distribuídos mas não geridos [por tipo de produto]	80 828	70 237
Investimento coletivo	17 282	14 988
Produtos de seguros	63 546	55 249
Instrumentos financeiros estruturados	6 187	1 434
Compromissos de empréstimo concedidos	4 082	3 521
Garantias financeiras concedidas	2 005	2 871
Empréstimos concedidos	30 225	24 938
Divisas	44	23
Outras receitas com taxas e comissões	11 172	6 698
Despesas de taxas e comissões	50 474	50 633
Valores mobiliários	2 892	1 731
Gestão de ativos	238	254
Serviços de pagamento	36 300	33 806
dos quais: cartões de crédito, de débito e outros cartões	34 790	32 225
Garantias financeiras recebidas	705	1 446
Outras despesas com taxas e comissões	10 339	13 396

28. GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Estas rubricas tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2022</u>	<u>30-06-2021</u>
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	753	129 180
Ganhos ou perdas em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
Instrumentos de dívida	-	126 898
Ativos financeiros pelo custo amortizado (Instrumentos de dívida)	-	2 242
Outros	-	40
Passivos financeiros pelo custo amortizado (Instrumentos de dívida)	753	-
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido	6 269	(2 623)
Instrumentos derivados	6 269	(2 623)
Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	3 834	1 313
Títulos de dívida	-	1 496
Instrumentos de capital próprio	3 834	(183)
Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido	-	-
Derivados de cobertura	(573 022)	(109 406)
Elemento coberto	573 022	109 406
Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido	8 873	6 296

No primeiro semestre de 2021, os ganhos registados na rubrica “Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral” foram justificados, essencialmente, pela alienação de obrigações de dívida pública.

29. GANHOS OU PERDAS COM O DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2022</u>	<u>30-06-2021</u>
Ganhos em propriedades de investimento	1	38
Perdas em propriedades de investimento	(411)	(63)
	<u>(410)</u>	<u>(25)</u>

30. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2022</u>	<u>30-06-2021</u>
Outros receitas operacionais		
Rendimentos da prestação de serviços diversos	1 277	1 235
Rendas auferidas	4 380	4 811
Variação de justo valor das propriedades de investimento	917	-
Outros	2 665	3 193
	<u>9 239</u>	<u>9 239</u>
Outras despesas operacionais		
Variação de justo valor das propriedades de investimento	(901)	(176)
Encargos com clientes	(1 665)	(3 710)
Outros	(1 082)	(2 289)
	<u>(3 648)</u>	<u>(6 175)</u>

A rubrica "Rendas auferidas" inclui os montantes de 4.380 milhares de euros e 4.811 milhares de euros, respetivamente, relativos a rendas auferidas pelo Fundo Imobiliário Novimovest (Nota 12).

Na rubrica "Encargos com clientes" são registados os gastos com fraude interna e externa.

31. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Despesas com o pessoal

	<u>30-06-2022</u>	<u>30-06-2021</u>
Salários e vencimentos		
Órgãos de gestão e fiscalização	1 783	2 326
Empregados	84 808	106 259
Outras remunerações variáveis	12 578	10 461
	<u>99 169</u>	<u>119 046</u>
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos obrigatórios	22 996	29 384
Fundos de pensões	2 628	3 953
Outros	363	457
	<u>25 987</u>	<u>33 794</u>
Outros gastos com pessoal		
Plano complementar de reforma (Nota 35)	210	210
Transferências de pessoal	541	586
Outros	3 390	3 663
	<u>4 141</u>	<u>4 459</u>
	<u>129 297</u>	<u>157 299</u>

Outras despesas administrativas

	<u>30-06-2022</u>	<u>30-06-2021</u>
Fornecimentos externos	4 098	4 388
Serviços externos :		
Serviços especializados	39 515	37 994
Manutenção de software e equipamento informático	26 527	32 022
Outras operações de locação (leasings de curto prazo e baixo valor)	1 740	2 196
Comunicações	2 532	3 299
Publicidade e edição de publicações	3 667	3 857
Deslocações, estadas e representações	1 343	739
Conservação e reparação	1 394	2 035
Transportes	1 925	2 057
Seguros	1 161	953
Outros serviços de terceiros	2 060	3 312
Quotizações e donativos	179	3 466
Outros impostos e taxas	768	1 830
	<u>86 909</u>	<u>98 148</u>

32. CONTRIBUIÇÕES EM NUMERÁRIO PARA FUNDOS DE RESOLUÇÃO E SISTEMAS DE GARANTIA DE DEPÓSITOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2022</u>	<u>30-06-2021</u>
Contribuições para o Fundo de Resolução		
Fundo de Resolução Nacional	(12.552)	(12.853)
Fundo Único de Resolução	(28.354)	(24.776)
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	(532)	(50)
	<u>(41.438)</u>	<u>(37.679)</u>

O Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de fevereiro, estabeleceu o regime de contribuições dos Bancos para o Fundo de Resolução, criado com a finalidade de prevenção, mitigação e contenção do risco sistémico. De acordo com o Aviso n.º 1/2013 e as Instruções n.º 6/2013 e n.º 7/2013, do Banco de Portugal, está previsto o pagamento de uma contribuição inicial e uma contribuição periódica para o Fundo de Resolução. No âmbito do mecanismo único de Resolução as contribuições anuais serão transferidas para o Fundo Único de Resolução, de acordo com o artigo 3º, n.º 3 do acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas em 21 de maio de 2014. O Banco de Portugal, na qualidade de autoridade de resolução, determina o valor da contribuição de cada instituição em função do perfil de risco de cada entidade. Nos exercícios de 2022 e 2021 e tal como previsto em carta do Banco de Portugal, o Conselho Único de Resolução (CUR) permitiu que para estes exercícios, as instituições bancárias optem pela utilização de compromisso irrevogável de pagamento, na proporção de 15% do valor da contribuição anual. A contribuição anual ascendeu a 33.358 milhares de euros e 29.149 milhares de euros, respetivamente.

33. LUCROS OU PREJUÍZOS COM ATIVOS NÃO CORRENTES E GRUPOS PARA ALIENAÇÃO CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA NÃO ELEGÍVEIS COMO UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>30-06-2022</u>			<u>30-06-2021</u>		
	<u>Ganhos</u>	<u>Perdas</u>	<u>Líquido</u>	<u>Ganhos</u>	<u>Perdas</u>	<u>Líquido</u>
Em ativos recebidos em dação	4.622	(11.752)	(7.130)	3.918	(241)	3.677
Em outros ativos não financeiros	31.764	(8.010)	23.754	15.065	(8.439)	6.626
	<u>36.386</u>	<u>(19.762)</u>	<u>16.624</u>	<u>18.983</u>	<u>(8.680)</u>	<u>10.303</u>

34. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Os rendimentos com a prestação de serviços de mediação de seguros referem-se essencialmente às comissões faturadas pela comercialização de seguros de vida e de não vida, tal como segue:

	30-06-2022			30-06-2021		
	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total
			(Nota 27)			(Nota 27)
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	19 617	-	19 617	19 702	-	19 702
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	26 453	-	26 453	21 543	-	21 543
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	-	16 241	16 241	-	12 850	12 850
Outros	287	948	1 235	-	1 154	1 154
	<u>46 357</u>	<u>17 189</u>	<u>63 546</u>	<u>41 245</u>	<u>14 004</u>	<u>55 249</u>

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Outros ativos – Rendimentos a receber e receitas com rendimento diferido” (Nota 14) inclui maioritariamente comissões a receber de seguradoras de acordo com o seguinte detalhe:

	30-06-2022	31-12-2021
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	9 712	10 019
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	4 596	4 233
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	2 842	2 521
Outros	10	645
	<u>17 160</u>	<u>17 418</u>

Estes montantes referem-se essencialmente às comissões apuradas e não liquidadas relativamente aos prémios de seguros comercializados durante o segundo trimestre de 2022 e quarto trimestre 2021.

35. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do Banco (plano Santander e BAPOP) relativas a empregados no ativo e aos já reformados, foram efetuados estudos atuariais pela Mercer (Portugal), Limitada. O valor atual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes gastos com serviços correntes, foram apurados com base no método “Projected Unit Credit”.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, assim como a respetiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	Santander		BAPOP	
	30-06-2022	31-12-2021	30-06-2022	31-12-2021
Estimativa das responsabilidades				
por serviços passados:				
- Pensões				
. Empregados no ativo	172.694	237.145	69.356	86.279
. Pensionistas	53.535	59.716	6.514	7.444
. Reformados e reformados antecipadamente	587.755	679.673	66.097	78.691
	<u>813.984</u>	<u>976.534</u>	<u>141.967</u>	<u>172.414</u>
- Cuidados de saúde (SAMS)	135.640	166.240	9.204	12.505
- Subsídio por morte	4.732	6.162	481	697
- Prémio na reforma	5.779	7.010	-	-
	<u>960.135</u>	<u>1.155.946</u>	<u>151.652</u>	<u>185.616</u>
Cobertura das responsabilidades:				
- Valor patrimonial do Fundo	<u>1.040.039</u>	<u>1.164.211</u>	<u>176.438</u>	<u>194.073</u>
Valor financiado em excesso / (não financiado) (Nota 19)	<u>79.904</u>	<u>8.265</u>	<u>24.786</u>	<u>8.457</u>
Desvios actuariais e financeiros gerados no ano				
- Alteração de pressupostos	(197.221)	-	(34.021)	-
- Ajustamentos de experiência:				
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	22.370	8.430	640	1.077
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	93.821	(45.334)	16.196	(7.038)
	<u>116.191</u>	<u>(36.904)</u>	<u>16.836</u>	<u>(5.961)</u>
	<u>(81.030)</u>	<u>(36.904)</u>	<u>(17.185)</u>	<u>(5.961)</u>

Os principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das suas responsabilidades com pensões de reforma foram os seguintes:

	30-06-2022	31-12-2021
Tábua de mortalidade		
. Feminina	TV 88/90 (-1)	TV 88/90 (-1)
. Masculina	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento dos ativos do fundo de pensões	2,60%	1,10%
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	2,60%	1,10%
Taxa de crescimento salarial	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,50%

O Decreto-Lei nº 167-E/2013, de 31 de dezembro, veio alterar a idade normal de acesso à reforma do regime geral da Segurança Social, deixando, contudo, de ser aplicável o fator de sustentabilidade aos beneficiários que se reformem com aquela idade.

A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados no primeiro semestre de 2022 e no exercício de 2021 pode ser detalhado como se segue:

	Santander		BAPOP	
	30-06-2022	31-12-2021	30-06-2022	31-12-2021
Responsabilidades no início do exercício	1.155.946	1.123.784	185.616	181.921
Gasto dos serviços correntes	1.652	5.462	450	1.363
Gasto dos juros	6.128	11.940	836	1.638
(Ganhos)/perdas atuariais	(174.851)	8.430	(33.381)	1.077
Reformas antecipadas	7.739	81.386	406	10.139
Valores pagos	(37.632)	(60.193)	(2.527)	(4.182)
Outros	-	(17.352)	-	(6.953)
Contribuições dos empregados	1.153	2.489	252	613
Responsabilidades no fim do período	960.135	1.155.946	151.652	185.616

O gasto do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o gasto dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos do Fundo de Pensões. No primeiro semestre de 2022 e no exercício findo em 2021, os gastos com pensões têm a seguinte composição (Nota 31):

	30-06-2022	31-12-2021
Gasto dos serviços correntes	2.102	6.825
Gasto dos juros	6.964	13.578
Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	(6.964)	(13.578)
Plano de benefício definido	2.102	6.825
Plano de contribuição definida	499	938
Plano da Sucursal de Londres	27	126
	2.628	7.889

Os colaboradores admitidos no Banco após 1 de janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93ª do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do BST (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o Banco transfere a sua contribuição.

A duração média das responsabilidades com pensões dos colaboradores do Santander, BAPOP e Banif é de 15 anos, incluindo ativos e reformados.

O movimento ocorrido nos desvios atuariais, foi o seguinte:

	Santander		BAPOP	
	30-06-2022	31-12-2021	30-06-2022	31-12-2021
Desvios no início do exercício (Nota 20)	758.860	795.764	1.503	7.464
(Ganhos)/perdas atuariais	(174.851)	8.430	(33.381)	1.077
(Ganhos)/perdas financeiras	93.821	(45.334)	16.196	(7.038)
Desvios no final do período (Nota 20)	677.830	758.860	(15.682)	1.503

O Fundo de Pensões do Santander é gerido pela Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e o Fundo de Pensões do BAPOP é gerido pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o número de participantes dos Fundos era o seguinte:

	Santander		BAPOP	
	30-06-2022	31-12-2021	30-06-2022	31-12-2021
Empregados no ativo				
Plano de benefício definido	3.165	3.272	645	673
Plano de contribuição definida	537	496	95	98
Pensionistas	1.349	1.333	30	31
Reformados e reformados antecipadamente	6.100	6.113	211	210
	11.151	11.214	981	1.012

O movimento ocorrido nos Fundos de Pensões do Banco no primeiro semestre de 2022 e no exercício de 2021, foi o seguinte:

	Santander		BAPOP	
	30-06-2022	31-12-2021	30-06-2022	31-12-2021
Valor do Fundo no início do exercício	1.164.211	1.143.046	194.073	186.718
Contribuições do Banco (monetárias)	-	21.595	-	2.248
Contribuições dos empregados	1.153	2.489	252	613
Rendimento líquido do Fundo				
Rendimento dos ativos apurados com a taxa de desconto	6.128	11.940	836	1.638
Rendimento do Fundo acima da taxa de desconto	(93.821)	45.334	(16.196)	7.038
Valores pagos	(37.632)	(60.193)	(2.527)	(4.182)
Valor do Fundo no final do exercício	1.040.039	1.164.211	176.438	194.073

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões ascenderam no primeiro semestre de 2022 a (7,64%) no Santander e (7,72%) no BAPOP e em 2021 a 5,13% no Santander e 5,27% no BAPOP.

A política de investimentos e alocação do Fundo de Pensões prevê que a carteira de ativos seja constituída em obediência a critérios de segurança, rentabilidade e liquidez, através de um conjunto diversificado de aplicações, designadamente ações, obrigações, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento coletivo, depósitos bancários, outros ativos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial.

Por outro lado, aquela política é orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a ações ou obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados e de acordo com os limites de investimento definidos.

A política de investimentos em vigor prevê os seguintes limites:

<u>Classe de ativos</u>	<u>Intervalos previstos</u>
Obrigações	40% a 95%
Imobiliário	0% a 25%
Ações	0% a 20%
Liquidez	0% a 15%
Alternativos	0% a 10%
Commodities	0% a 5%

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a composição dos Fundos de Pensões era como segue:

	Santander		BAPOP	
	30-06-2022	31-12-2021	30-06-2022	31-12-2021
Instrumentos de dívida:				
. Rating A	50.789	46.393	14.575	9.672
. Rating AA	23.477	5.233	3.396	843
. Rating AAA	10.774	783	4.225	91
. Rating BBB	314.472	426.870	72.159	85.689
. Rating BB	18.009	40.584	3.283	8.046
. Sem rating atribuído à emissão ou ao emissor	11.658	17.311	1.015	1.127
Fundos de Investimento Imobiliário	114.363	118.103	939	926
Fundos de Investimento Mobiliário	435.972	427.943	68.951	76.366
Depósitos	16.883	37.521	8.139	7.101
Imóveis				
. Espaços comerciais	19.665	19.551	-	-
. Terrenos	1.297	1.297	-	-
Instrumentos de capital - Ações estrangeiras – cotadas	-	79	-	-
Instrumentos financeiros derivados	190	1.954	4	210
Outros	22.490	20.589	(248)	4.002
	<u>1.040.039</u>	<u>1.164.211</u>	<u>176.438</u>	<u>194.073</u>

A metodologia de apuramento do justo valor dos ativos e passivos acima referidos adotada pelas Sociedades Gestoras, tal como preconizada na IFRS 13 (Nota 38), foi como segue:

	30-06-2022				31-12-2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos de dívida	515.159	-	12.673	527.832	624.204	-	18.438	642.642
Fundos de investimento	620.225	-	-	620.225	504.309	-	119.029	623.338
Instrumentos de capital	-	-	-	-	79	-	-	79
Instrumentos financeiros derivados	194	-	-	194	2.164	-	-	2.164
Imóveis	-	-	20.962	20.962	-	-	20.848	20.848
Outros	-	-	47.264	47.264	-	-	69.213	69.213
	<u>1.135.578</u>	<u>-</u>	<u>80.899</u>	<u>1.216.477</u>	<u>1.130.756</u>	<u>-</u>	<u>227.528</u>	<u>1.358.284</u>

A carteira dos Fundos de Pensões incluía os seguintes ativos relacionados com empresas do Grupo Santander em Portugal:

	30-06-2022	31-12-2021
Imóveis arrendados	15 365	14 253
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	204 041	189 719
	<u>219 406</u>	<u>203 972</u>

Em 2010 foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida atribuído a diretivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de 4.430 milhares de euros. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 e 2021 o prémio pago pelo Banco ascendeu a 210 milhares de euros, respetivamente (Nota 31).

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verificarem. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 euros.

Plano de pensões de benefício definido – ex-Sucursal de Londres

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativas ao plano de pensões que abrange os colaboradores da ex-Sucursal de Londres do Banco foram os seguintes:

	<u>30-06-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
	100% S3NMA_Light/ 100% S3NFA_Light	100% S3NMA_Light/ 100% S3NFA_Light
Tábua de mortalidade		
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	3,8%	1,8%
Taxa de crescimento salarial	3,0%	3,2%
Taxa de crescimento das pensões	2,2%	2,2%
Taxa de inflação	3,0%	3,2%

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Estimativa das responsabilidades por serviços passados	36 817	52 915
Cobertura das responsabilidades:	38 941	49 938
Valor financiado em excesso / (não financiado) (Nota 19)	<u>2 124</u>	<u>(2 977)</u>

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados no primeiro semestre de 2022 e no exercício de 2021, pode ser detalhado como se segue:

	<u>30-06-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
Responsabilidades no início do exercício	52 915	56 628
Gasto dos serviços correntes	14	25
Gasto dos juros	461	718
(Ganhos)/perdas atuariais	(15 994)	(2 445)
Valores pagos	(579)	(2 011)
Responsabilidades no fim do período	<u>36 817</u>	<u>52 915</u>

O movimento ocorrido no Fundo no primeiro semestre de 2022 e no exercício de 2021, foi o seguinte:

	30-06-2022	31-12-2020
Valor patrimonial no início do exercício	49 938	48 718
Rendimento líquido do fundo:		
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	449	616
. Rendimento do Fundo acima/(abaixo) da taxa de desconto	(10 883)	2 598
Contribuição da Banco	16	17
Valores pagos	(579)	(2 011)
Valor patrimonial no final do período	<u>38 941</u>	<u>49 938</u>

O movimento ocorrido nos desvios atuariais no primeiro semestre de 2022 e no exercício de 2021, foi o seguinte:

	30-06-2022	31-12-2021
Desvios no início do exercício (Nota 20)	11 530	16 573
(Ganhos)/perdas atuariais	(15 994)	(2 445)
(Ganhos)/perdas financeiras	10 883	(2 598)
Desvios no final do período (Nota 20)	<u>6 419</u>	<u>11 530</u>

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes ativos:

	30-06-2022	31-12-2021
Instrumentos de dívida	14 596	20 243
Instrumentos de capital	15 898	21 800
Outros	8 447	7 895
Valor do Fundo	<u>38 941</u>	<u>49 938</u>

As responsabilidades com planos de pensões de benefício definido expõem o Banco aos seguintes riscos:

- Risco de investimento – o valor atualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada com referência a obrigações denominadas em euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a rentabilidade do Fundo de Pensões for inferior a essa taxa de desconto, irá criar um défice no financiamento das responsabilidades.
- Risco de taxa de juro – uma diminuição da taxa de juro das obrigações irá aumentar as responsabilidades com pensões.

- Risco de longevidade – o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada dos participantes antes e após a data de reforma. Um aumento da esperança de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de salário - o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário futuro dos participantes. Assim, um aumento no salário dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

Fundo de Pensões – Banif

Na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif a 20 de dezembro de 2015, foram transferidos para o Banco um conjunto de colaboradores, bem como as correspondentes responsabilidades por serviços passados. Foram igualmente transferidas as responsabilidades com colaboradores reformados, reformados antecipadamente, pensionistas e ex-participantes com direitos adquiridos. Em 27 de janeiro de 2016 foi solicitada autorização à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para que seja transferida para o Banco a posição do Banif como associado do Fundo de Pensões Banif, no plano de pensões de benefício definido, subpopulações A e B, e nos planos de pensões II e III de contribuição definida. O Banco de Portugal através de carta datada de 07 de junho de 2016 vem transmitir que as partes envolvidas deverão rever alguns dos termos do Contrato de Extinção da Quota-Parte do Fundo de Pensões. O processo de extinção da quota – parte já foi autorizado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Os colaboradores do Banif estavam abrangidos por diferentes tipos de planos de pensões:

- a) O primeiro plano de pensões, de benefício definido, estava subdividido entre a população Banif e a população ex-Banco Banif e Comercial dos Açores (BBCA), com diferentes benefícios. Plano de pensões de benefício definido I – subpopulação BANIF: (i) pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, em regime de complementaridade da Segurança Social; (ii) pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego (SAMS). Para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a contribuição de 6,5% era efetuada sobre as pensões e para empregados associados a plano de contribuição definida, o benefício era alterado para capital único no momento da reforma, correspondente a 6,5% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições futuras. As contribuições futuras para o SAMS foram alteradas de acordo com as novas regras do ACT.
- b) Plano de pensões de benefício definido I – subpopulação ex-BBCA (fechado a novas adesões): (i) pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, de acordo com o ACT e os regimes introduzidos pelo Decreto-Lei nº 1 - A/2011 de 3 de janeiro e Decreto-Lei nº 127/2011 de 31 de dezembro; (ii) pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e (iii) subsídio por morte, ambos nos termos do ACT.

O Banif tinha ainda dois planos de pensões de contribuição definida:

- c) Plano de pensões II – contribuição mensal do Banif de 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano que integrava todos os colaboradores admitidos ao serviço do Banif antes de 1 de janeiro de 2007, com exceção dos integrados na sequência da fusão por incorporação do ex-BBCA, que não são abrangidos pelo Acordo Empresa. A contribuição inicial foi calculada em função: (i) das pensões complementares de velhice estimadas na avaliação de responsabilidades efetuada pelo Atuário Responsável do Plano de Pensões em 31 de dezembro de 2006; e (ii) do valor atual das contribuições futuras.
- d) Plano de pensões III – contribuição mensal do Banif de 1,5% da remuneração de incidência dos colaboradores admitidos ao serviço ativo após 1 de janeiro de 2007, que não tivessem falecido, passado à situação de reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do Acordo Empresa.

A estimativa de responsabilidades por serviços passados em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, assumindo os pressupostos do Banco, apresenta o seguinte detalhe para o plano de pensões de benefício definido (considerando ambas as subpopulações Banif e ex-BBCA):

	30-06-2022				
	Responsabilidades				
	Pensões	SAMS	Subsídio por Morte	Prémio na reforma	Total
Ativos	7 417	4 476	51	782	12 726
Reformados, pensionistas e reformas antecipadas	116 192	10 267	410	-	126 869
Ex-participantes com direitos adquiridos	3 629	1 690	-	-	5 319
Total de responsabilidades por serviços passados	127 238	16 433	461	782	144 914
Valor patrimonial do Fundo de Pensões					78 878
Insuficiência de financiamento					(66 036)

	31-12-2021				
	Responsabilidades				
	Pensões	SAMS	Subsídio por Morte	Prémio na reforma	Total
Ativos	10.133	6.504	75	979	17.691
Reformados, pensionistas e reformas antecipadas	128.607	12.085	522	-	141.214
Ex-participantes com direitos adquiridos	6.052	2.151	-	-	8.203
Total de responsabilidades por serviços passados	144.792	20.740	597	979	167.108
Valor patrimonial do Fundo de Pensões					92.220
Insuficiência de financiamento					(74.888)

A carteira do Fundo de Pensões do Banif associada ao plano de pensões de benefício definido apresenta o seguinte detalhe por tipologia de ativo:

Ativo	30-06-2022		31-12-2021	
	Total	Peso relativo	Total	Peso relativo
Instrumentos de dívida	44.238	54,46%	47.366	58,31%
Fundo mobiliário	6.177	7,60%	1.738	2,14%
Fundo imobiliário	4.343	5,35%	2.952	3,63%
Imóveis	13.698	16,86%	13.699	16,86%
Instrumentos de capital	8.898	10,95%	21.599	26,59%
Outros	3.876	4,77%	7.604	9,36%
	<u>81.230</u>		<u>94.958</u>	
Património a transferir	(2.352)		(2.738)	
	<u>78.878</u>		<u>92.220</u>	

O valor do património a transferir corresponde ao montante dos ativos da carteira do Fundo de Pensões que irá ser afeto à cobertura das responsabilidades relativas aos colaboradores do Banif que não foram transferidos para o Banco.

36. OPERACÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre julho de 2003 e janeiro de 2018, o Banco procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de treze operações, cujo montante inicial total ascendeu a 25.450.000 milhares de euros. Nas operações mais antigas os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC. Parte substancial das titularizações foram recompradas pelo Banco ao abrigo dos referidos acordos, mantendo-se vivos o Hipototta nº 4 e Hipototta nº 5. Em janeiro de 2018 o Banco concretizou uma nova titularização no montante de 2.266.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos (Gamma STC), tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Hipototta 13 classe A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade adquiridas pelo Banco.

Os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) são geridos pela Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navigator). O Banco continua a efetuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) todos os montantes recebidos ao abrigo dos mesmos. O Grupo Santander não detém qualquer participação direta ou indireta na Navigator.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) emitiram unidades de titularização, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta (n.º4 e nº 5) PLC com sede na Irlanda.

Por outro lado, os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) FTC entregam todos os montantes recebidos do Banco e da Direção Geral do Tesouro aos Fundos Hipototta (n.º 4 e nº 5) PLC efetuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta (nº 4 e nº 5) PLC emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Em 30 de junho de 2022, as obrigações emitidas ainda vivas apresentam as seguintes características:

Hipototta nº 4 PLC							
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração	
	Inicial	Atual	Fitch	Data de reembolso		Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	360.676	A	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,12%	Euribor 3 meses + 0,24%
Classe B	44.240	13.122	A	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,19%	Euribor 3 meses + 0,40%
Classe C	139.720	41.441	BB-	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,29%	Euribor 3 meses + 0,58%
	<u>2.800.000</u>	<u>415.239</u>					
Classe D	14.000	7.000	NR	setembro de 2048	dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.814.000</u>	<u>422.239</u>					

Hipototta nº 5 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data de reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Atual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,05%	Euribor 3 meses + 0,10%
Classe A2	1.693.000	326.509	A	Aa2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,13%	Euribor 3 meses + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	A	Aa2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,17%	Euribor 3 meses + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	A	Aa2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,24%	Euribor 3 meses + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	A	A3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,50%	Euribor 3 meses + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	A	Ba2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 1,75%	Euribor 3 meses + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>433.509</u>						
Classe F	10.000	6.000	CCC-	Ca	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>439.509</u>						

As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC vencem juros trimestralmente em 28 de fevereiro, 30 de maio, agosto e novembro de cada ano.

O Banco tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototta, o Banco tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta têm a faculdade de efetuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos ativos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D do Hipototta nº 4 e as obrigações da classe F do Hipototta nº 5, constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito titularizado e o somatório de todos os gastos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de *servicer*, cobradas pelo Banco, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as titularizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o Banco e os Hipototta, que correspondem a facilidades/linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipototta. Foram igualmente celebrados “*Swap Agreements*” entre o Grupo Santander e veículos de titularização, e entre o Banco e o Grupo Santander destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Operações de titularização do Banif

Na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif, o Banco adquiriu um conjunto de operações de titularização emitidas por esta entidade, tendo sido transferidos os correspondentes créditos titularizados e obrigações emitidas.

Atlantes Mortgage n.º 2

Operação concretizada em março de 2008, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 2 Classes A, B, C e D com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 2

Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	349.100	82.984	AA	AA	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,33%
Classe B	18.400	10.331	AA	AA	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,95%
Classe C	7.500	4.211	BBB+	A+	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 1,65%
	<u>375.000</u>	<u>97.526</u>				
Classe D	16.125	8.838	NR	NR	setembro de 2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>391.125</u>	<u>106.364</u>				

Atlantes Mortgage n.º 3

Operação concretizada em outubro de 2008, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 3 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 3

Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	558.600	145.265	AA	AA	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,2%
Classe B	41.400	20.833	NR	NR	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,5%
	<u>600.000</u>	<u>166.098</u>				
Classe C	57.668	37.377	NR	NR	agosto de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>657.668</u>	<u>203.475</u>				

Atlantes Mortgage n.º 4

Operação concretizada em fevereiro de 2009, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 4 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage nº 4

Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	514.250	162.368	AA	AA	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	35.750	17.881	NR	NR	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,3%
	<u>550.000</u>	<u>180.249</u>				
Classe C	74.250	49.987	NR	NR	dezembro de 2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>624.250</u>	<u>230.236</u>				

Hipototta 13

Em janeiro de 2018 o Banco concretizou uma titularização no montante de 2.266.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Hipototta 13 classe A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade adquiridas pelo Banco.

Hipototta 13						
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	1.716.000	765.078	NR	A+(sf)	outubro 2072	Euribor 3 m + 0,6%
Classe B	484.000	484.000	NR	NR	outubro 2072	Euribor 3 m + 1%
	<u>2.200.000</u>	<u>1.249.078</u>				
Classe C	66.000	38.885	NR	NR	outubro 2072	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>2.266.000</u>	<u>1.287.963</u>				
VFN	0,001	0,001	NR	NR	outubro 2072	Sem remuneração

Durante o exercício de 2021 foi liquidada a operação Azor Mortgage Nº 1 e durante o primeiro semestre de 2022 foram liquidadas as operações da Azor Mortgage Nº2 e Atlantes Mortgage Nº5 e Nº7.

37. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transações no primeiro semestre de 2022 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, controlam o Grupo	
Santander Totta, SGPS	Portugal
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
Taxagest, S.G.P.S., S.A.	Portugal
Totta (Ireland), PLC	Irlanda
Tottaurbe - Emp.Admin. e Construções, S.A.	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Unicre-Instituição Financeira de Crédito	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que direta ou indiretamente se encontram sob controlo comum pelo Banco	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Banco Santander (México), S.A.	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
Bank Zachodni WBK SA	Polónia
Caceis	França
CCPT - ComprarCasa Rede Serviços Imobiliários, S.A.	Portugal
Consulteam - Consultores de Gestão, Lda	Portugal
Financiera El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal
PSA Gestao Comercio&Aluguer Veiculos,SA	Portugal
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Mapfre Santander Portugal - Co. de Seguros S.A.	Portugal
Portal Univerisia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander Asset Management SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Bank,National Association	Estados unidos
Santander Consumer Bank AG	Alemanha
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Global Thechnology, S.L.	Espanha
Santander Global Facilities, S.L.	Espanha
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Santander UK plc	Reino Unido
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários,SA	Espanha

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transações no exercício de 2021 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, controlam o Grupo	
Santander Totta, SGPS	Portugal
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
Taxagest, S.G.P.S., S.A.	Portugal
Totta (Ireland), PLC	Irlanda
Tottaube - Emp.Admin. e Construções, S.A.	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Unicre-Instituição Financeira de Crédito	Portugal
Lusimovest - Fundo de Inv. Imobiliário	Portugal
Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que direta ou indiretamente se encontram sob controlo comum pelo Banco	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Banco Santander (México), S.A.	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suíça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
Bank Zachodni WBK SA	Polónia
Caceis	França
CCPT - ComprarCasa Rede Serviços Imobiliários, S.A.	Portugal
Consulteam - Consultores de Gestão, Lda	Portugal
Financeira El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal
PSA Gestao Comercio&Aluguer Veiculos,SA	Portugal
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Mapfre Santander Portugal - Co. de Seguros S.A.	Portugal
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander Asset Management SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, S.A. SGILC	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank,National Association	Estados Unidos
Santander Consumer Bank AG	Alemanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Global Thechnology, S.L.	Espanha
Santander Global Facilities, S.L.	Espanha
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Securities Services, S.A.	Espanha
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Santander UK plc	Reino Unido
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários,SA	Espanha

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos e as transações mantidas durante aqueles períodos com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

	30-06-2022		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Ativos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	48.870	-	24.291
Ativos financeiros detidos para negociação	311.839	-	1.395
Ativos financeiros pelo custo amortizado			
Empréstimos e adiantamentos	316.678	43.539	42.948
Derivados - contabilidade de cobertura	105.300	-	-
Investimentos em associadas e filiais	-	35.783	-
Ativos intangíveis	-	-	4.099
Outros ativos	51	-	17.277
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	390.183	-	34.746
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado			
Depósitos - Instituições de crédito	292.379	-	9.022
Depósitos - Clientes	982.955	121	312.634
Títulos de dívida emitidos	1.001.501	-	8.069
Outros Passivos Financeiros	-	-	1.369
Derivados - contabilidade de cobertura	3.223	-	-
Passivos por impostos	161.902	-	-
Outros passivos	4.634	-	10.379
Demonstração de Resultados:			
Rendimentos de juros	82.960	220	183
Despesas com juros	98.462	-	213
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência	-	1.382	-
Rendimentos de taxas e comissões	508	169	64.711
Despesas de taxas e comissões			627
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	264.297	-	(2.619)
Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido	(11.267)	-	-
Outras receitas operacionais	1	-	105
Outras despesas administrativas	4.634	-	23.861
Depreciação	-	-	1.338
Extrapatrimoniais:			
Garantias financeiras concedidas	16.370	-	4.015
Compromissos de empréstimo concedidos	23.100	2.005	12.903
Outros compromissos concedidos	38.045	-	129.363
Garantias recebidas	1	-	-
Operações cambiais e instrumentos derivados	26.839.248	-	451.709
Responsabilidades por prestação de serviços	3.198.427	-	10.085.056
Recursos de clientes distribuídos mas não geridos	-	-	6.285.569

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.
 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
 (Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2021		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Ativos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	53.683	-	25.459
Ativos financeiros detidos para negociação	249.868	-	8.552
Ativos financeiros pelo custo amortizado			
Empréstimos e adiantamentos	598.389	48.375	2.767
Derivados - contabilidade de cobertura	5.904	-	-
Investimentos em associadas e filiais	-	38.161	-
Ativos por impostos	3	-	-
Outros ativos	14	-	16.889
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	554.995	-	36.658
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado			
Depósitos - Instituições de crédito	24.238	-	857
Depósitos - Clientes	312.799	1	364.824
Titulos de dívida emitidos	365.046	-	8.399
Derivados - contabilidade de cobertura	48.990	-	-
Passivos por impostos	78.189	-	-
Outros passivos	13.068	-	9.772
Demonstração de Resultados:			
Rendimentos de juros	178.173	328	84
Despesas com juros	209.568	-	374
Proporção dos lucros ou prejuízos de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas contabilizada pelo método da equivalência			
	-	4.194	-
Rendimentos de taxas e comissões	853	339	116.831
Despesas de taxas e comissões	3.176	-	1.389
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	100.834	-	(16.675)
Despesas administrativas	8.006	-	46.300
Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido	4.153	-	-
Outras receitas operacionais	16	1	208
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	50.420	22	149.287
Garantias recebidas	1	-	-
Compromissos perante terceiros	120.997	2.002	17.453
Operações cambiais e instrumentos derivados	27.305.868	-	460.312
Responsabilidades por prestação de serviços	2.010.648	-	10.601.270

As transações realizadas com entidades relacionadas são decorrentes do negócio normal e realizadas em condições de mercado.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascenderam a 1.484 milhares de euros e 1.069 milhares de euros, respetivamente. Os depósitos dos membros dos órgãos sociais foram atribuídos em condições de mercado. Em 30 de junho de 2022 e 2021, as remunerações fixas e variáveis totalizaram 1.783 milhares de euros e 2.326 milhares de euros, respetivamente.

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao Banco estão integrados no plano de pensões do Acordo Coletivo de Trabalho para o setor bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3. j).

Em Assembleia Geral de Acionistas do Banco de 30 de maio de 2007, foi aprovado o "Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez", aos membros executivos do Conselho de Administração do ex-totta que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do Banco em linha com o previamente definido no regulamento do ex-totta. Os membros do Conselho de Administração, cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento de pensão de reforma será determinado pela comissão de vencimentos. Para este universo, atualmente está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral da Segurança Social.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as responsabilidades com este plano ascendiam a 14.346 milhares de euros e 14.268 milhares de euros, respetivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica "Provisões e outras obrigações de benefício definido pós - emprego".

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do Banco, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, este reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tenha direito até ao fim do seu mandato.

38. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IFRS 7 E IFRS 13

Justo Valor

O quadro seguinte resume, para cada grupo de ativos e passivos financeiros, os seus justos valores com referência a 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	30-06-2022			
	Justo valor	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
<u>Ativo</u>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	10.793.737	10.793.737	10.806.536
Ativos financeiros detidos para negociação	496.910	-	496.910	496.910
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	82.742	-	82.742	82.742
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	4.767.743	-	4.767.743	4.767.743
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	40.795.053	40.795.053	40.336.913
Derivados - Contabilidade de cobertura	303.896	-	303.896	303.896
	<u>5.651.291</u>	<u>51.588.790</u>	<u>57.240.081</u>	<u>56.794.740</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	494.698	-	494.698	494.698
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado				
Depósitos	-	49.196.923	49.196.923	49.132.793
Títulos de dívida emitidos	-	3.708.474	3.708.474	3.588.673
Outros passivos financeiros	-	270.633	270.633	270.633
Derivados - Contabilidade de cobertura	136.515	-	136.515	136.515
	<u>631.213</u>	<u>53.176.030</u>	<u>53.807.243</u>	<u>53.623.312</u>
	31-12-2021			
	Justo valor	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
<u>Ativo</u>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	8.711.389	8.711.389	8.703.673
Ativos financeiros detidos para negociação	587.772	-	587.772	587.772
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	99.167	-	99.167	99.167
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	5.339.913	-	5.339.913	5.339.913
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	40.373.867	40.373.867	40.149.005
Derivados - Contabilidade de cobertura	7.447	-	7.447	7.447
	<u>6.034.299</u>	<u>49.085.256</u>	<u>55.119.555</u>	<u>54.886.977</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	605.331	-	605.331	605.331
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado				
Depósitos	-	46.762.551	46.762.551	46.713.455
Títulos de dívida emitidos	-	3.006.747	3.006.747	3.096.295
Outros passivos financeiros	-	219.275	219.275	219.275
Derivados - Contabilidade de cobertura	294.108	-	294.108	294.108
	<u>899.439</u>	<u>49.988.573</u>	<u>50.888.012</u>	<u>50.928.464</u>

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	30-06-2022			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
Ativo				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	466.594	30.316	496.910
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	82.742	82.742
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	184.809	4.433.459	149.475	4.767.743
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	303.896	-	303.896
	<u>184.809</u>	<u>5.203.949</u>	<u>262.533</u>	<u>5.651.291</u>
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	462.945	31.753	494.698
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	136.515	-	136.515
	<u>-</u>	<u>599.460</u>	<u>31.753</u>	<u>631.213</u>

	31-12-2021			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
Ativo				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	562.538	25.234	587.772
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	99.167	99.167
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	204.778	5.061.470	73.665	5.339.913
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	7.447	-	7.447
	<u>204.778</u>	<u>5.631.455</u>	<u>198.066</u>	<u>6.034.299</u>
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	574.170	31.161	605.331
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	294.108	-	294.108
	<u>-</u>	<u>868.278</u>	<u>31.161</u>	<u>899.439</u>

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados ativos ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros.

O valor justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	30-06-2022			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
<u>Ativo</u>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	10.806.536	-	10.806.536
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	349.406	39.987.507	40.336.913
	-	11.155.942	39.987.507	51.143.449
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado				
Depósitos	-	7.898.090	41.234.703	49.132.793
Títulos de dívida emitidos	-	1.810.013	1.778.660	3.588.673
Outros passivos financeiros	-	-	270.633	270.633
	-	9.708.103	43.283.996	52.992.099
<u>Ativo</u>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	8.703.673	-	8.703.673
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	355.177	39.793.828	40.149.005
	-	9.058.850	39.793.828	48.852.678
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado				
Depósitos	-	7.753.321	38.960.134	46.713.455
Títulos de dívida emitidos	-	2.041.267	1.055.028	3.096.295
Outros passivos financeiros	-	-	219.275	219.275
	-	9.794.588	40.234.437	50.029.025

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, os métodos de valorização utilizados consistiram na atualização de fluxos de caixa futuros.

A valorização ao justo valor dos ativos e passivos financeiros do Banco compreende três níveis nos termos da IFRS 7 e da IFRS 13:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados ativos, compreendendo maioritariamente dívida pública e alguma dívida privada.

- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de preços transacionados em mercado que não estão ativos ou para as quais é necessário utilizar modelos ou técnicas de avaliação com inputs que podem ser observados no mercado, quer de forma direta (como os preços) quer indireta (derivadas dos preços). Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral mensurados com *bids* indicativos de mercado ou com base em modelos de valorização internos e os instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de atualização de *cash flows* futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo “*Black-Scholes*” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de atualização de *cash flows* futuros (“método do valor presente”) atualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do *spread* de crédito do emitente ou da entidade com *rating* similar.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

<u>Instrumento financeiro derivado</u>	<u>Principais técnicas de valorização</u>
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black Scholes, Modelo Heston
Opções taxa de juro	Modelo Black Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

O Banco procede ao cálculo do “*Credit Value Adjustment*” (CVA) e do “*Debit Value Adjustment*” (DVA) para os instrumentos financeiros derivados de ativos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura numa ótica de exposição agregada por contraparte. Nesta é simulada a evolução da exposição conjunta de todos os derivados, com determinada contraparte, através de processos estocásticos. Esta evolução é agrupada em prazos temporais que representam as exposições esperadas futuras positivas e negativas (*Positive and Negative Expected Future Exposures*). A estas exposições é aplicado um fator de perda esperada e o fator de desconto do prazo respetivo. O CVA e DVA apurados para cada contraparte resultam então do somatório das perdas esperadas em cada prazo.

Adicionalmente, para efeitos de apuramento dos *Credit Value Adjustments* e dos *Debit Value Adjustments* aos instrumentos financeiros derivados, foram utilizados os seguintes *inputs*:

- Contrapartes com *credit default swaps* cotados – Cotações publicadas em mercados ativos;
- Contrapartes sem *credit default swaps* cotados:
- Cotações publicadas em mercados ativos para contrapartes com risco similar; ou
- Probabilidade de default apurada tendo em conta o rating interno atribuído ao cliente (ver secção risco de crédito deste anexo) x loss given default (especifica para clientes de project finance e 60% para outros clientes).

- Nível 3 – O Banco classifica neste nível os instrumentos financeiros que são mensurados através de modelos internos com alguns *inputs* que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, títulos não cotados em mercados ativos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado e os derivados efetuados no âmbito das operações de titularização.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os cash flows futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário;
- Para efeitos do desconto dos fluxos futuros da carteira de crédito a clientes, o justo valor do crédito concedido foi determinado tendo em consideração o spread médio da produção efetuada no último trimestre do ano;
- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos, foi efetuado o desconto dos cash flows futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos cash flows futuros, foram consideradas taxas de juro de mercado praticadas em emissões semelhantes.

No período findo a 30 de junho de 2022 e no exercício findo a 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através de resultados	Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral
Em 31 de dezembro de 2020	27.172	132.127	74.145
Aquisições	-	498	2.103
Alienações	-	-	(1.407)
Reembolsos	-	(34.654)	-
Alterações de justo valor	(1.938)	1.196	(1.176)
Em 31 de dezembro de 2021	25.234	99.167	73.665
Aquisições	-	232	1.852
Alienações	-	-	(1.738)
Reembolsos	-	(20.318)	-
Alterações de justo valor	5.082	3.661	75.696
Em 30 de junho de 2022	30.316	82.742	149.475

As curvas de taxas de juro para os prazos e moedas mais representativas utilizadas na valorização dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	30-06-2022		31-12-2021	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	-0,16%	2,12%	-0,64%	0,20%
1 mês	-0,16%	2,12%	-0,64%	0,20%
3 meses	-0,12%	2,29%	-0,57%	0,21%
6 meses	0,26%	2,79%	-0,55%	0,31%
9 meses	0,58%	3,13%	-0,52%	0,42%
1 ano	0,84%	3,28%	-0,48%	0,53%
3 anos	1,58%	3,15%	-0,15%	1,17%
5 anos	1,81%	3,07%	0,02%	1,36%
7 anos	1,99%	3,05%	0,13%	1,47%
10 anos	2,20%	3,07%	0,30%	1,58%

Contabilidade de cobertura

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2022					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor						
Ativos financeiros pelo custo amortizado	3.181.017	3.181.587	(130.296)	3.051.291	3.181.017	103.497
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	4.146.000	4.707.922	(185.566)	4.522.356	7.146.000	183.686
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado						
Depósitos- clientes	(914)	(914)	(14)	(928)	914	25
Titulos de dívida emitidos	(8.092)	(8.325)	256	(8.069)	8.092	(41)
Cobertura de fluxos de caixa						
Ativos financeiros pelo custo amortizado	10.000.000	10.000.000	-	10.000.000	10.000.000	(119.786)
	<u>17.318.011</u>	<u>17.880.270</u>	<u>(315.620)</u>	<u>17.564.650</u>	<u>20.336.023</u>	<u>167.381</u>
	31-12-2021					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor						
Ativos financeiros pelo custo amortizado	3.084.241	3.089.350	5.807	3.095.157	3.031.714	(35.315)
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	3.380.000	3.423.924	251.746	3.675.670	3.380.000	(253.238)
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado						
Depósitos- clientes	(9.560)	(9.609)	(51)	(9.660)	9.626	102
Titulos de dívida emitidos	(8.111)	(8.299)	(100)	(8.399)	8.111	269
Cobertura de fluxos de caixa						
Ativos financeiros pelo custo amortizado	10.000.000	10.000.000	-	10.000.000	10.000.000	1.521
	<u>16.446.570</u>	<u>16.495.366</u>	<u>257.402</u>	<u>16.752.768</u>	<u>16.429.451</u>	<u>(286.661)</u>

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência dos *cash flows* que afetarão os resultados do período apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2022					Total
	Até 3 meses	De 3 meses e seis meses	De 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	
Swaps taxa de juro	1.892	(13.733)	(107.945)	-	-	(119.786)

	31-12-2021					Total
	Até 3 meses	De 3 meses e seis meses	De 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	
Swaps taxa de juro	4.434	9.686	21.387	(33.986)	-	1.521

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados no primeiro semestre de 2022 e no exercício de 2021, com operações de cobertura de justo valor, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2022			31-12-2021		
	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Liquido	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Liquido
Ativos financeiros pelo custo amortizado	(136.103)	136.103	-	(51.357)	51.357	-
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(437.312)	437.312	-	(120.832)	120.832	-
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado						
Depósitos- clientes	36	(36)	-	186	(186)	-
Títulos de dívida emitidos	355	(355)	-	149	(149)	-
	(573.024)	573.024	-	(171.854)	171.854	-

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rentabilidade ajustada ao risco respetivo, tanto numa perspetiva global, como dentro de cada área de atividade.

A gestão do risco de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito e negócios) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transações nos mercados financeiros correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transações abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transações, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efetuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a atualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo Risco Potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada. O risco de crédito em posições de derivados é capturado através do apuramento do CVA/DVA.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Banco tem uma exposição superior a 500.000 euros são efetuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de *rating* desenvolvidos pelo Banco e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de *rating* interno, que variam de 1,0 a 9,3, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de *default* a um ano que o Banco monitoriza e calibra de forma constante e regular.

Em termos concretos o *rating* é determinado pela análise dos seguintes fatores, aos quais são atribuídos uma classificação de 1,0 (mínimo) a 9,3 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

<u>Apartado</u>	<u>Ponderadores</u>
. Procura/Mercado;	20%
. Sócios/Gestão;	15%
. Acesso ao crédito;	10%
. Rentabilidade;	15%
. Geração de fluxos;	25%
. Solvência.	15%

O *rating* é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o setor e bases de dados externas. O *rating* final é introduzido em cada uma das áreas de valoração no sistema informático do Banco.

Desta forma, o sistema de *rating* interno do Banco pode ser interpretado da seguinte forma:

- Rating* 1,0 – 3,9: Cliente com probabilidade de default elevada;
- Rating* 4,0 – 6,0: Cliente com probabilidade de default moderada;
- Rating* 6,1 – 9,3: Cliente com probabilidade de default reduzida.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a exposição máxima ao risco de crédito e o respetivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

	30-06-2022		31-12-2021	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	10.793.737	10.793.737	8.711.389	8.711.389
Ativos financeiros detidos para negociação	496.910	496.910	587.772	587.772
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	82.742	82.742	99.167	99.167
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	4.767.743	4.767.743	5.339.913	5.339.913
Ativos financeiros pelo custo amortizado	40.795.053	48.033.023	40.373.867	47.318.615
Derivados - Contabilidade de cobertura	303.896	303.896	7.447	7.447
	<u>57.240.082</u>	<u>64.478.052</u>	<u>55.119.555</u>	<u>62.064.303</u>
Garantias prestadas (Nota 23)				
Garantias e avals financeiras	339.098	339.098	330.997	330.997
Garantias e avals não financeiras	1.436.520	1.436.520	1.346.113	1.346.113
Créditos documentários abertos	325.360	325.360	315.004	315.004
	<u>2.100.978</u>	<u>2.100.978</u>	<u>1.992.114</u>	<u>1.992.114</u>

A exposição máxima em “Ativos financeiros pelo custo amortizado” é a seguinte:

	30-06-2022	31-12-2021
Valor de balanço	40.795.053	40.373.867
Outros compromissos concedidos (Nota 23):		
Revogáveis	6.649.620	6.378.768
Irrevogáveis	588.350	565.980
Exposição máxima	<u>48.033.023</u>	<u>47.318.615</u>

Perdas por imparidade

O cálculo da Expected Credit Loss (ECL) incorpora uma perspetiva *Forward Looking* através da inclusão de cenários macroeconómicos (otimista, base e ácido) nos modelos de PD e LGD aplicando-se a cada cenário determinada probabilidade de ocorrência. Os cenários espelham o comportamento de variáveis macroeconómicas utilizadas nos modelos de *stress*, como o PIB, a taxa de desemprego, o índice de preços da habitação (HPI), taxas Euribor, inflação, entre outras, sendo atualizados pelo menos uma vez por ano. Para efeito de análise de sensibilidade, é assumida uma ponderação de 100% nos cenários extremos. Em cenário ácido a 100% o impacto na imparidade seria de +77,1 milhões de euros, em cenário otimista a 100% de -43 milhões de euros, o que representa um impacto sobre o total das imparidades registadas no fecho de 2021 de +7.3% e -4% respetivamente.

Os impactos nas carteiras são diferentes devido às sensibilidades de cada uma das carteiras a variáveis macroeconómicas específicas, por exemplo, a carteira de crédito à habitação é altamente sensível ao índice de preços habitação, tal como as carteiras de negócios ou encarteiradas são sensíveis à evolução do PIB, do desemprego, da inflação ou da *Yield Bond 10y*.

Em cenário ácido 100% considera-se que o contexto macroeconómico continua envolto em fatores de incerteza que poderão ter impacto futuro no cálculo da ECL, podendo dar-se um acréscimo de volatilidade, nomeadamente, com alterações de previsões de variáveis macroeconómicas, a incerteza da longevidade da pandemia de COVID-19, maior pressão sobre a eficácia das políticas monetárias do Banco Central Europeu, bem como as medidas tomadas a nível do governo ou outras medidas de apoio. Este cenário considera o aumento das pressões inflacionistas, a subida das taxas de juro, condiciona a evolução dos preços habitação, debilita a evolução do mercado de trabalho, fatores que penalizam a expansão da economia e a dinâmica de recuperação, traduzindo-se num agravamento da imparidade em carteiras como crédito à habitação, negócios ou encarteiradas, o que se encontra espelhado nos montantes supra referidos.

Em cenário otimista 100% considera-se que na definição das suas políticas monetárias, a autoridade monetária (BCE) controla quer o custo dos empréstimos de curtíssimo prazo quer a base monetária, procurando garantir a estabilidade de preços, visando uma taxa de inflação ou taxa de juro, gerando confiança na moeda, contribuindo para a estabilidade do PIB, para a manutenção de níveis de desemprego baixos e taxas de câmbio previsíveis, fatores que contribuem para uma redução da imparidade em carteiras como crédito à habitação, negócios ou encarteiradas.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a concentração por sector de atividade para a carteira de empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado, é a seguinte:

Setor de atividade	30-06-2022			%
	Valor Bruto	Imparidade	Valor balanço	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	307.434	(6.432)	301.002	0,78%
Indústrias Extractivas	21.490	(1.950)	19.540	0,05%
Indústrias Transformadoras	2.103.151	(104.690)	1.998.461	5,20%
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	477.834	(484)	477.350	1,24%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição	66.382	(1.907)	64.475	0,17%
Construção	1.044.939	(76.566)	968.373	2,52%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1.993.584	(74.958)	1.918.626	5,00%
Transportes e armazenagem	584.144	(29.145)	554.999	1,45%
Alojamento, restauração e similares	1.335.240	(75.643)	1.259.597	3,28%
Actividades de informação e de comunicação	108.925	(3.208)	105.717	0,28%
Actividades Imobiliárias	1.379.403	(57.294)	1.322.109	3,44%
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	564.557	(23.946)	540.611	1,41%
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	332.784	(33.382)	299.402	0,78%
Administração pública e defesa; Segurança social obrigatória	536	(1)	535	0,00%
Educação	72.197	(1.100)	71.097	0,19%
Actividades de saúde humana e apoio social	270.838	(3.678)	267.160	0,70%
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	87.508	(9.797)	77.711	0,20%
Outras Actividades de serviços	617.384	(127.914)	489.470	1,27%
Empréstimos e adiantamentos- Instituições financeiras	705.307	(1.089)	704.218	1,83%
Empréstimos e adiantamentos- Sector público	1.171.795	(10.341)	1.161.454	3,02%
Particulares-empréstimos caucionados por imóveis	22.620.085	(219.318)	22.400.767	58,34%
Particulares- Outros	2.529.807	(153.214)	2.376.593	6,19%
	38.395.324	(1.016.057)	37.379.267	100,00%

Setor de atividade	31-12-2021			%
	Valor Bruto	Imparidade	Valor balanço	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	280.236	(6.514)	273.722	0,72%
Indústrias Extractivas	25.361	(1.989)	23.372	0,06%
Indústrias Transformadoras	2.120.772	(98.386)	2.022.386	5,33%
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	529.094	(285)	528.809	1,39%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição	68.640	(1.822)	66.818	0,18%
Construção	958.136	(75.050)	883.086	2,33%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1.964.401	(75.372)	1.889.029	4,98%
Transportes e armazenagem	608.178	(29.125)	579.053	1,53%
Alojamento, restauração e similares	1.362.541	(81.132)	1.281.409	3,38%
Actividades de informação e de comunicação	108.576	(3.020)	105.556	0,28%
Actividades Imobiliárias	1.319.954	(59.015)	1.260.939	3,32%
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	692.043	(25.701)	666.342	1,76%
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	378.102	(37.701)	340.401	0,90%
Administração pública e defesa; Segurança social obrigatória	2.582	(14)	2.568	0,01%
Educação	71.749	(1.244)	70.505	0,19%
Actividades de saúde humana e apoio social	272.813	(3.621)	269.192	0,71%
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	91.335	(12.237)	79.098	0,21%
Outras Actividades de serviços	643.437	(134.007)	509.430	1,34%
Empréstimos e adiantamentos- Instituições financeiras	902.343	(791)	901.552	2,38%
Empréstimos e adiantamentos- Sector público	1.215.593	(10.292)	1.205.301	3,18%
Particulares-empréstimos caucionados por imóveis	21.839.928	(219.768)	21.620.160	57,00%
Particulares- Outros	2.473.137	(136.790)	2.336.347	6,16%
	37.928.951	(1.013.876)	36.915.075	100,00%

De acordo com os requisitos definidos na instrução nº 4/2018 do Banco de Portugal, o Banco passou a publicar as “exposições não produtivas” (*Non Performing Exposures*) e as “exposições diferidas” (*Forborne exposures*).

Neste sentido em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 as exposições produtivas e não produtivas apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2022			31-12-2021		
	Valor de bruto	Imparidade	Cobertura	Valor de bruto	Imparidade	Cobertura
Exposições produtivas	40.572.374	(325.007)	0,8%	40.134.715	(345.860)	0,9%
Exposições não produtivas						
. Crédito titulado	2.155	(2.155)	0,0%	-	-	0,0%
. Particulares	386.156	(212.777)	55,1%	383.618	(198.428)	51,7%
. Empresas	854.642	(480.335)	56,2%	875.032	(475.210)	54,3%
	1.242.953	(695.267)		1.258.650	(673.638)	
	41.815.327	(1.020.274)		41.393.365	(1.019.498)	

O grau de cobertura das exposições não produtivas líquidas de imparidade por garantias reais apresentava a seguinte composição:

	30-06-2022			31-12-2021		
	Valor de balanço	Colaterais	Cobertura	Valor de balanço	Colaterais	Cobertura
Exposições não produtivas						
. Particulares	173.379	128.587	74,2%	185.190	144.819	78,2%
. Empresas	374.307	255.527	68,3%	399.822	266.368	66,6%
	547.686	384.114		585.012	411.187	

Exposições diferidas

De acordo com a Instrução nº 04/2018 do Banco de Portugal as instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respetivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou a instituição contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) do serviço de dívida existente.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 as exposições diferidas tem o seguinte detalhe:

	30-06-2022			31-12-2021		
	Valor de bruto	Imparidade	Cobertura	Valor de bruto	Imparidade	Cobertura
Exposições produtivas	418.839	(39.924)	9,5%	487.720	(45.137)	9,3%
Exposições não produtivas						
. Particulares	179.852	(82.756)	46,0%	203.245	(90.033)	44,3%
. Empresas	561.456	(300.035)	53,4%	622.120	(324.329)	52,1%
	741.308	(382.791)		825.365	(414.362)	
	1.160.147	(422.715)		1.313.085	(459.499)	

RISCO DE LIQUIDEZ

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM)*, o Comité de Ativos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria e Comercial. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Banco considera a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de ativos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à atividade de *funding*.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os *cash flows* previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2022								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Derivados	Total
Ativo									
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	638.991	(9.441)	(28.014)	(75.013)	10.071.627	-	-	-	10.598.150
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	496.910	496.910
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	-	82.742	-	82.742
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	2	73.304	61.802	270.217	2.007.074	2.898.240	148.830	-	5.459.469
Ativos financeiros pelo custo amortizado	422.319	2.283.151	5.625.181	10.314.636	7.498.887	18.352.772	-	-	44.496.946
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	303.896	303.896
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	-	-	-	-	-	-	35.783	-	35.783
	<u>1.061.312</u>	<u>2.347.014</u>	<u>5.658.969</u>	<u>10.509.840</u>	<u>19.577.588</u>	<u>21.251.012</u>	<u>267.355</u>	<u>800.806</u>	<u>61.473.896</u>
Passivo									
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	494.698	494.698
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado									
Depósitos - bancos centrais	95	-	6.696.585	681.467	-	-	-	-	7.378.147
Depósitos - instituições de crédito	582.670	-	32.935	-	-	-	-	-	615.605
Depósitos - clientes e outros empréstimos	26.838.030	6.277.811	6.125.023	1.229.682	863.760	55.058	-	-	41.389.364
Títulos de dívida emitidos	-	59.083	222.888	1.559.906	196.370	2.080.139	-	-	4.118.386
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	136.515	136.515
	<u>27.420.795</u>	<u>6.336.894</u>	<u>13.077.431</u>	<u>3.471.055</u>	<u>1.060.130</u>	<u>2.135.197</u>	<u>-</u>	<u>631.213</u>	<u>54.132.715</u>
31-12-2021									
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Derivados	Total
Ativo									
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	570.374	-	-	-	8.141.015	-	-	-	8.711.389
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	587.772	587.772
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	-	99.167	-	99.167
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	2	60.218	74.892	270.201	2.065.386	2.901.103	72.520	-	5.444.322
Ativos financeiros pelo custo amortizado	528.711	2.340.897	4.947.722	9.649.573	8.090.391	18.552.539	-	-	44.109.833
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	7.447	7.447
Investimentos filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	-	-	-	-	-	-	38.161	-	38.161
	<u>1.099.087</u>	<u>2.401.115</u>	<u>5.022.614</u>	<u>9.919.774</u>	<u>18.296.792</u>	<u>21.453.642</u>	<u>209.848</u>	<u>595.219</u>	<u>58.998.091</u>
Passivo									
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	605.331	605.331
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado									
Depósitos - bancos centrais	8.987	-	-	7.264.073	-	-	-	-	7.273.060
Depósitos - instituições de crédito	337.492	53.081	1.766	30	-	-	-	-	392.369
Depósitos - clientes e outros empréstimos	24.446.657	6.248.443	6.154.935	1.115.679	896.499	63.300	-	-	38.925.513
Títulos de dívida emitidos	-	43.924	154.748	1.381.479	120.872	1.674.021	-	-	3.375.044
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	294.108	294.108
	<u>24.793.136</u>	<u>6.345.448</u>	<u>6.311.449</u>	<u>9.761.261</u>	<u>1.017.371</u>	<u>1.737.321</u>	<u>-</u>	<u>899.439</u>	<u>50.865.425</u>

O apuramento dos *cash flows* previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Banco na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua atividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de ativos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;

- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista” (caixa, disponibilidades em instituições de crédito). Os instrumentos de capital registados como ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral, foram considerados com maturidade indeterminada. Os ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através de resultados e ativos e passivos detidos para negociação, foi considerado o justo valor como o seu valor transacional exigível à vista, dado que a gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram consideradas com uma maturidade média de 25 meses;
- Para os passivos subordinados foi considerada a data em que o Banco pode proceder ao reembolso antecipado das obrigações que constituem aquela rubrica;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um instrumento financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a atividade de negociação do Banco consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de risco assumidos.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado. Para condições anormais de mercado procede-se à análise de cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efetuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detetar as eventuais incidências que possam existir para a sua correção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objetivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Banco utiliza igualmente medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV (Basis Point Value) – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das atividades de derivados, devido ao seu caráter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e
- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (*Loss Triggers* e *Stop Losses*).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, a sua medição é feita através da modelação das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de repreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Banco. Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco, como o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários (Stress Test).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas. Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições de balanço que atuam como indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo.

RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresentava o seguinte detalhe:

	30-06-2022				
	Exposição a		Não remunerado	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
<i>Ativo</i>					
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	10.145.746	647.991	-	10.793.737
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	496.910	496.910
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	82.742	-	82.742
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	4.252.576	671	514.496	-	4.767.743
Ativos financeiros pelo custo amortizado	7.470.855	34.067.971	(743.773)	-	40.795.053
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	303.896	303.896
	11.723.431	44.214.388	501.456	800.806	57.240.081
<i>Passivo</i>					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	494.698	494.698
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado	-	-	-	-	-
Depósitos - bancos centrais	-	7.344.534	-	-	7.344.534
Depósitos - instituições de crédito	143.641	410.531	44	-	554.216
Depósitos - clientes	14.742.446	26.551.534	4.194	-	41.298.174
Títulos de dívida emitidos	2.961.891	784.576	(37.993)	-	3.708.474
Outros passivos financeiros	-	-	270.633	-	270.633
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	136.515	136.515
	17.847.978	35.091.175	236.878	631.213	53.807.244
31-12-2021					
	Exposição a		Não remunerado	Derivados	Total
	Taxa fixa	Taxa variável			
<i>Ativo</i>					
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	8.141.015	570.374	-	8.711.389
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	587.772	587.772
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	-	99.167	-	99.167
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	4.253.077	1.194	1.085.642	-	5.339.913
Ativos financeiros pelo custo amortizado	7.257.500	33.748.986	(632.619)	-	40.373.867
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	7.447	7.447
	11.510.577	41.891.195	1.122.564	595.219	55.119.555
<i>Passivo</i>					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	605.331	605.331
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado	-	-	-	-	-
Depósitos - bancos centrais	7.501.017	-	(90.775)	-	7.410.242
Depósitos - instituições de crédito	211.956	181.319	130	-	393.405
Depósitos - clientes	14.629.200	24.324.665	5.039	-	38.958.904
Títulos de dívida emitidos	2.335.710	719.318	(48.281)	-	3.006.747
Outros passivos financeiros	-	-	219.275	-	219.275
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	294.108	294.108
	24.677.883	25.225.302	85.388	899.439	50.888.012

Instrumentos financeiros – não negociação

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos ativos e passivos, com base em deslocamentos de 100 *basis points* (*bp's*) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os ativos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respetiva contribuição para a margem financeira podem sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Os ativos e passivos são agrupados em agregados homogêneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;
- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e
- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos ativos e passivos e por diferença entre os mesmos, o *gap* de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O *gap* de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- Pressupõe variações paralelas na curva de taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e
- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspetiva da variação do valor patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com *gaps* positivos e um incremento de valor nos *gaps* negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;
- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os ativos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;

- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva *spot* da data de análise com a curva *forward* subjacente; e
- Características das novas operações “*New Business*” (Prazo, repreciação, volumes, *spread*, indexante, etc.) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas diretrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros do Banco a variações positivas e negativas de 100 *basis points* (bp's) para o horizonte temporal de um ano correspondia a:

	30-06-2022		31-12-2021	
	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's
<u>Ativo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.161	3.225	(1.445)	416.249
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(74.079)	77.068	(89.928)	94.045
Ativos financeiros pelo custo amortizado	(777.711)	830.147	(915.620)	1.109.594
	<u>(848.629)</u>	<u>910.440</u>	<u>(1.006.993)</u>	<u>1.619.888</u>
Derivados - Contabilidade de cobertura	<u>267.741</u>	<u>(297.376)</u>	<u>202.485</u>	<u>(231.190)</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado				
Depósitos - bancos centrais	(3.671)	2.880	(3.203)	88.910
Depósitos - instituições de crédito	(218)	219	(79)	79
Depósitos - clientes	(1.229.647)	1.302.922	(1.230.462)	1.302.594
Títulos de dívida emitidos	(130.351)	138.423	(120.409)	143.837
Outros passivos financeiros	(14.630)	14.905	(20.519)	20.855
	<u>(1.378.517)</u>	<u>1.459.349</u>	<u>(1.374.672)</u>	<u>1.556.275</u>

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o que se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia.
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respetivamente, da distribuição de perdas e

ganhos). Para efeitos de análise de contraste também será calculado um VaR e um VaE a um nível de confiança de 95% (percentis 5% e 95%, respetivamente).

- Fator de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos fatores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O fator de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente por Risco de Mercado.
- Os valores do VaR utilizados correspondem ao maior entre os que forem calculados com o fator de decaimento em vigor e os que forem calculados com pesos uniformes;
- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O VaR Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo de distribuição de possíveis variações nos fatores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interações entre os fatores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico selecionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respetiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados e ficam recolhidos nos valores do VaR os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos fatores de mercado.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021; o VAR associado ao risco de taxa de juro correspondia a:

	<u>30-06-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
VaR Percentil 99%	(0)	(1)
VaR Weighted Percentil 99%	(0)	(1)

RISCO CAMBIAL

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da Área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes, sendo efetuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe por moeda:

	30-06-2022			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Ativo				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	10.503.974	130.710	159.053	10.793.737
Ativos financeiros detidos para negociação	494.618	108	2.184	496.910
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	82.742	-	-	82.742
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	4.767.743	-	-	4.767.743
Ativos financeiros pelo custo amortizado	40.237.242	519.454	38.357	40.795.053
Derivados - Contabilidade de cobertura	281.656	22.240	-	303.896
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	35.783	-	-	35.783
	56.403.758	672.512	199.594	57.275.864
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	493.496	108	1.094	494.698
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado				
Depósitos - bancos centrais	7.344.534	-	-	7.344.534
Depósitos - instituições de crédito	436.108	117.700	408	554.216
Depósitos - clientes	39.782.473	1.258.404	257.297	41.298.174
Títulos de dívida emitidos	3.708.474	-	-	3.708.474
Outros passivos financeiros	270.633	-	-	270.633
Derivados - Contabilidade de cobertura	136.515	-	-	136.515
	52.172.233	1.376.212	258.799	53.807.244
	31-12-2021			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Ativo				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	8.569.303	41.254	100.832	8.711.389
Ativos financeiros detidos para negociação	585.930	774	1.068	587.772
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente contabilizados pelo justo valor através dos resultados	99.167	-	-	99.167
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	5.339.913	-	-	5.339.913
Ativos financeiros pelo custo amortizado	39.720.655	612.783	40.429	40.373.867
Derivados - Contabilidade de cobertura	1.903	5.544	-	7.447
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	38.161	-	-	38.161
	54.355.032	660.355	142.329	55.157.716
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	603.908	774	649	605.331
Passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado				
Depósitos - bancos centrais	7.410.242	-	-	7.410.242
Depósitos - instituições de crédito	203.010	188.589	1.806	393.405
Depósitos - clientes	37.425.273	1.261.121	272.510	38.958.904
Títulos de dívida emitidos	3.006.747	-	-	3.006.747
Outros passivos financeiros	219.275	-	-	219.275
Derivados - Contabilidade de cobertura	288.657	5.344	107	294.108
	49.157.112	1.455.828	275.072	50.888.012

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o VaR associado ao risco cambial correspondia a:

	<u>30-06-2022</u>	<u>31-12-2021</u>
VaR Percentil 99%	(5)	(14)
VaR Weighted Percentil 99%	(6)	(13)

RISCO DE COTAÇÕES DE ATIVOS

Instrumentos financeiros - negociação

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Banco não tinha risco associado a cotações de ativos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

39. GESTÃO DO CAPITAL

O Banco tem uma posição de capital sólida, coerente com o seu modelo de negócio, a sua estrutura do balanço, o seu apetite de risco e os requisitos regulamentares. A fortaleza do balanço e a rentabilidade do Banco permite-nos exercer a nossa atividade de financiamento à economia e gerar capital de forma orgânica. As várias métricas de capital são estáveis, com rácios comodamente acima dos requisitos regulamentares e alinhados com o apetite de risco aprovado pela alta direção.

A gestão e adequação do capital visa assegurar a solvência e maximizar a rentabilidade, assim como com os requisitos regulatórios. A gestão de capital é uma ferramenta estratégica fundamental para a tomada de decisões. Existe um quadro de governo aprovado pela alta direção onde estão estabelecidos critérios, políticas, funções, métricas e processos relacionados com a gestão de capital.

No final do semestre, o rácio CET1 *phasing in* é de 16,9% e o rácio de capital total *phasing in* é de 19,3% cumprindo confortavelmente os requisitos mínimos de 8,34% e 12,5% respetivamente. A redução do rácio CET1 foi de 10,2%, que se explica pela distribuição de dividendos, atualização de modelos e à gestão adequada do crescimento dos RWA, nomeadamente pela contratação de uma nova operação de titularização sintética.

No dia 28 de junho de 2019, o Banco operacionalizou a primeira operação de securitização sintética originada pelo Banco. A operação tem como subjacente um portefólio de *Corporates*, PME, Câmaras Municipais e ENI's no montante de €2.4Bn, em relação ao qual o Banco compra proteção correspondente a uma tranche *mezzanine* com um *attachment point* de 1% e um *detachment point* de 8.5%. A tranche *mezzanine*, no montante de €181,3Mn, foi totalmente colocada junto de investidores institucionais estrangeiros, através de uma entidade com finalidade especial criada para o efeito, com um prémio de 8,7%.

No dia 26 de julho de 2021, o Banco operacionalizou a segunda operação de securitização sintética originada pelo Banco. A operação tem como subjacente um portefólio de *Corporates*, PME, ENI's e Project Finance no montante de €3.05Bn, em relação ao qual, o Banco comprou proteção correspondente a uma tranche *mezzanine* com um *attachment point* de 1,2% e um *detachment point* de 7,2%. A tranche *mezzanine*, no montante de €183Mn, foi totalmente colocada junto de investidores institucionais estrangeiros, em formato de uma CLN diretamente emitida pelo Banco, com um prémio de 9,0%.

No dia 16 de maio de 2022, o Banco operacionalizou a terceira operação de securitização sintética originada pelo Banco. A operação tem como subjacente um portefólio de *Corporates*, PME, ENI's e Project Finance no montante de €1,2Bn, em relação ao qual, o Banco comprou proteção correspondente a uma tranche *mezzanine* com um *attachment point* de 1,4% e um *detachment point* de 8,4%. A tranche *mezzanine*, no montante de €101Mn, foi totalmente colocada junto de investidores institucionais estrangeiros, em formato de uma CLN diretamente emitida pelo Banco, com um prémio de 8,7%.

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais do Banco em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (ambos em BIS III – Phasing In):

	Valores em milhões de Euros	
	jun/22	dez/21
A - FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 1 (TIER I)	2.705	3.918
Capital Elegível (inclui instrumentos adicionais elegíveis em Tier I)	1.541	1.541
Reservas e Resultados Elegíveis (exc. Interesses Minoritários)	1.137	2.439
Interesses Minoritários Elegíveis	-	-
Deduções aos F.P. Base	27	(62)
B - FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 2 (TIER II)	387	381
Passivos subordinados c/venc. Indeterminado	328	328
Interesses Minoritários Elegíveis	-	-
Outros Elementos / Deduções aos F.P. Complementares	60	53
C - DEDUÇÕES AOS FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS	-	-
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	3.092	4.298
E - POSIÇÕES EM RISCO	15.981	14.428
RÁCIOS		
TIER I (A/E)	16,9%	27,2%
CORE CAPITAL (CET1)	16,9%	27,2%
TIER II (B/E)	2,4%	2,6%
RÁCIO DE FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS (D/E)	19,3%	29,8%
LEVERAGE	6,6%	7,4%

40. FUNDO DE RESOLUÇÃO

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ("RGICSF") e pelo seu regulamento e que tem como missão prestar apoio financeiro às medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, e para desempenhar todas as demais funções conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas.

O Banco, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução, efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos seus passivos. Em 2022, a contribuição periódica efetuada pelo Banco ascendeu a 12.552 milhares de Euros, tendo por base uma taxa contributiva de 0,046%.

Medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo, S.A.

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do sector financeiro português, o Banco de Portugal, em 3 de agosto de 2014, decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") uma medida de resolução, ao abrigo do n.º 5 do artigo 145º-G do RGICSF, que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. ("Novo Banco"), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução, enquanto acionista único, disponibilizou 4.900 milhões de Euros, dos quais 365 milhões de Euros correspondiam a recursos financeiros próprios. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução, no montante de 635 milhões de Euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (3.900 milhões de Euros) teve origem num empréstimo reembolsável concedido pelo Estado Português.

Na sequência da aplicação da referida medida de resolução, a 7 de julho de 2016, o Fundo de Resolução declarou que iria analisar e avaliar as diligências a tomar na sequência da publicação do relatório sobre os resultados do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do BES a 3 de agosto de 2014. Nos termos da lei aplicável, caso se venha a verificar que os credores cujos créditos não tenham sido transferidos para o Novo Banco assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente teriam caso o BES tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

A 31 de março de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter selecionado o Fundo Lone Star para a compra do Novo Banco, a qual foi concluída em 17 de outubro de 2017, mediante a injeção pelo novo acionista de 750 milhões de euros, à qual se seguirá uma nova entrada de capital de 250 milhões de euros, a concretizar num período de até três anos. Com esta operação cessou o estatuto de banco de transição do Novo Banco, tendo o Fundo Lone Star passado a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução os remanescentes 25%, ainda que sem os correspondentes direitos de voto.

No dia 26 de fevereiro de 2018, a Comissão Europeia divulgou a versão não confidencial da decisão de aprovação do auxílio do Estado subjacente ao processo de venda do Novo Banco, a qual contempla um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições relacionadas com o desempenho de um conjunto restrito de ativos do Novo Banco e com a evolução dos níveis de capital do banco.

Este mecanismo é acionado anualmente, com base nas contas anuais do Novo Banco certificadas pelo respetivo auditor, estando prevista a possibilidade de apuramentos intra-anuais apenas no caso de incumprimento, pelo Novo Banco, dos requisitos prudenciais. Para efeitos deste mecanismo, são consideradas as diferenças de valorização dos ativos (positivas ou negativas) face ao seu valor contabilístico, líquido de imparidades, registado a 30 de junho de 2016 (cerca de 7,9 mil milhões de Euros de acordo com a informação prestada pelo Novo Banco). Assim, são consideradas perdas ou ganhos económicos, resultantes, por exemplo, da venda de ativos ou da reestruturação de créditos, mas também as imparidades, ou a sua reversão, registadas pelo Novo Banco, nos termos das normas de contabilidade, bem como os custos de financiamento associados à manutenção dos ativos no balanço do Novo Banco.

Ao abrigo do referido mecanismo, até esta data, o Fundo de Resolução efetuou o pagamento de 3.293 milhões de Euros ao Novo Banco com referência às contas de 2017 a 2020, tendo para tal utilizado recursos financeiros próprios resultantes das contribuições pagas, direta ou indiretamente pelo setor bancário, complementados por um empréstimo do Estado no montante de 2.130 milhões de Euros no âmbito do acordo-quadro celebrado entre o Estado Português e o Fundo de Resolução.

Em 31 de maio de 2021, o Fundo de Resolução celebrou um novo contrato de empréstimo no montante máximo de 475 milhões de euros com um conjunto de bancos para fazer face às necessidades de financiamento do Fundo decorrente dos compromissos assumidos com o Novo Banco ao abrigo do Acordo de capital contingente. A quota parte do Banco foi de 104 milhões de euros.

Este mecanismo vigora até 31 de dezembro de 2025 (podendo ser estendido até 31 de dezembro de 2026) e está limitado a um máximo absoluto de 3.890 milhões de Euros.

Medida de resolução aplicada ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

Em 19 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal deliberou declarar que o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) se encontrava «em risco ou em situação de insolvência» e iniciar um processo de resolução urgente da instituição na modalidade de alienação parcial ou total da sua atividade, e que se materializou na alienação em 20 de dezembro de 2015 ao Banco Santander Totta S.A. (“Santander Totta”) dos direitos e obrigações, constituindo ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banif por 150 milhões de Euros.

A maior parte dos ativos que não foram objeto de alienação foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, denominado Oitante, S.A. (“Oitante”), criado especificamente para o efeito, o qual tem como acionista único o Fundo de Resolução. A Oitante procedeu à emissão de obrigações representativas de dívida, no montante de 746 milhões de Euros, tendo sido prestada uma garantia pelo Fundo de Resolução e uma contragarantia pelo Estado Português.

Esta operação envolveu um apoio público estimado em 2.255 milhões de Euros que visou cobrir contingências futuras e que foi financiado em 489 milhões de Euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de Euros diretamente pelo Estado Português.

A 21 de julho de 2016, o Fundo de Resolução efetuou um pagamento ao Estado, no montante de 136 milhões de Euros, a título de reembolso parcial antecipado da medida de resolução aplicada ao Banif, permitindo que o valor em dívida baixasse de 489 milhões de Euros para 353 milhões de Euros.

Responsabilidades e financiamento do Fundo de Resolução

Na sequência das medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif e do acordo de venda do Novo Banco à Lone Star, o Fundo de Resolução contraiu os empréstimos referidos acima e assumiu responsabilidades e passivos contingentes resultantes de:

- efeitos da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação;
- efeitos negativos decorrentes do processo de resolução de que resultem responsabilidades ou contingências adicionais para o Novo Banco que têm que ser neutralizados pelo Fundo de Resolução;
- processos judiciais contra o Fundo de Resolução;
- garantia prestada às obrigações emitidas pela Oitante. Esta garantia está contragarantida pelo Estado Português;
- mecanismo de capitalização contingente associado ao processo de venda do Novo Banco à Lone Star.

Por forma a preservar a estabilidade financeira por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução. Para o efeito, foi formalizado um aditamento aos contratos de financiamento ao Fundo de Resolução, que introduziu um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, as taxas de remuneração, e outros termos e condições associados a esses empréstimos, por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 31 de março de 2017, a revisão das condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o sector bancário. Com base nesta revisão, o Fundo de Resolução considerou estar assegurado o pagamento integral das suas responsabilidades, bem como a respetiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do sector bancário.

Não obstante a possibilidade prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, atendendo à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução pelo Estado Português e por um sindicato bancário, no qual o Banco se inclui, e aos comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças, as presentes demonstrações financeiras refletem a expectativa do Conselho de Administração de que não serão exigidas ao Banco contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiamento do Fundo de Resolução.

Eventuais alterações significativas relativamente a esta matéria podem ter implicações relevantes nas demonstrações financeiras do Banco.

41. AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA

Em 2012 foi aberto um processo de contraordenação pela Autoridade da Concorrência ("AdC"), por alegados indícios de infração ao Artigo 9.º da Lei 19/2012, de 8 de Maio (Lei da Concorrência).

No âmbito do citado processo foram efetuadas, em 6 de março de 2013, diligências de busca e apreensão nas instalações do Banco, e de outras instituições de crédito, tendo sido apreendida documentação indiscriminada, para verificação de eventuais indícios de infração ao supra citado preceito legal.

Em 3 de junho de 2015, o Banco, à semelhança de outras 14 instituições de crédito, foi notificado da nota de ilicitude emitida pela AdC relativa ao processo contraordenacional em apreço (Processo nº PRC 9/2012), sendo acusado de participar num intercâmbio de determinada informação comercial sensível entre concorrentes. Esta troca de informação foi sancionada como uma "infração por objeto", ou seja, a Autoridade da Concorrência considerou esta conduta ilícita ainda que sem a demonstração de efeitos nos consumidores.

Em 9 de setembro de 2019, a AdC proferiu a decisão final, mantendo no essencial a tese apresentada na Nota de Ilicitude de 2015, ou seja, a presunção de conduta anti concorrencial a partir dos intercâmbios de informação entre concorrentes em Crédito Habitação, Crédito Consumo e Crédito Empresas. O Banco Santander Totta foi condenado numa coima de 35 milhões de euros, acrescida de uma coima de 650 mil euros aplicada ao BAPOP.

A coima aplicada, que poderia ascender a um limite máximo equivalente a 10% do volume de negócios anual da empresa infratora realizado no exercício imediatamente anterior à decisão, veio a ser aplicada por um montante correspondente a cerca de 2,02% daquele indicador (considerando não só a sanção aplicada ao Banco, mas também ao BAPOP).

Não obstante, em 21 de outubro de 2019, o Banco impugnou judicialmente a decisão final da AdC, encontrando-se o processo pendente junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão.

Já no âmbito da impugnação judicial, foi estabelecido o montante e a modalidade das cauções a prestar, para obtenção de efeito suspensivo da decisão impugnada. Neste âmbito, o Banco apresentou uma garantia bancária no montante de 17.825 milhares de euros, emitida pelo próprio Banco, como forma de satisfazer a referida caução.

As sessões da audiência de julgamento tiveram lugar entre outubro de 2021 e março de 2022, tendo o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão tomado uma primeira decisão em 28 de abril de 2022. Nesta decisão, embora confirmando genericamente os factos incluídos na decisão sancionatória da AdC sobre a alegada troca de informação não pública sobre spreads e produção de crédito, o Tribunal da Concorrência reconheceu, conforme alegado pelo Santander, que se justificava uma decisão prejudicial sobre esta matéria do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), devido à ausência de jurisprudência e prática decisória considerando trocas autónomas de informações entre concorrentes, como a que está em causa neste caso, como infrações ao direito da concorrência “por objeto”, ou seja, independentemente de seus efeitos no mercado.

Consequentemente, o Tribunal da Concorrência suspendeu o seu julgamento e decisão final enquanto a decisão prejudicial está a ser decidida pelo TJUE, que serão retomados após este tribunal esclarecer as questões levantadas pelo Tribunal da Concorrência.

Esta decisão confirma que a alegada infração não é tão clara como a Autoridade da Concorrência tentou sustentar, uma vez que o próprio Tribunal da Concorrência tem dúvidas sobre o enquadramento legal aplicável.

De acordo com a tramitação regular daquele processo junto do TJUE, o parecer escrito do Banco Santander Totta foi entregue em 30 de agosto de 2022.

O Banco aguardará a decisão do TJUE e, subsequentemente, a decisão relativa à impugnação judicial apresentada, não prescindindo do exercício de todas as faculdades jurídicas e judiciárias que assegurem a salvaguarda dos seus interesses.

Em linha com o que tem sido a sua posição ao longo do processo, o Banco refuta veementemente todas as teses subjacentes à decisão da AdC, tendo a sua impugnação judicial junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão sido suportada, nomeadamente, em pareceres de eminentes Professores de Direito, que atestam a inexistência de qualquer ilícito nas condutas apontadas à instituição.

Tendo em consideração o descrito acima, é convicção do Conselho de Administração do Banco de que as probabilidades do Banco não vir a ser condenado, no final do processo, a pagar uma coima são mais elevadas do que as de suceder o inverso, pelo que não foi registada qualquer provisão para este processo nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022.

42. RISCO CLIMÁTICO

As consequências físicas (risco físico) das alterações climáticas (p.e. subida da temperatura média ou eventos meteorológicos adversos) e a transição para uma economia neutra em termos climáticos (risco de transição) são prioridades para o Banco. Por esse motivo, o Banco está comprometido com os objetivos do Acordo de Paris e considera que tomar medidas nesse sentido é uma responsabilidade partilhada.

O Banco está cada vez mais ciente do impacto que as alterações climáticas têm no seu negócio, pelo que trata este risco como estratégico, considerando igualmente o impacto da sua política de concessão de crédito nos riscos climáticos globais.

Os riscos climáticos são um dinamizador dos riscos tradicionais, nomeadamente do risco de crédito. Os riscos climáticos são amplificados através dos canais de transição, sejam eles macro (p.e. PIB), ou micro (p.e. destruição de colheitas agrícolas). Tanto o risco físico como o risco de transição podem afetar a qualidade da sua carteira de crédito, em especial nos sectores económicos da agricultura e alimentação e no segmento de hipotecas. Para além disso, o Banco estima que os sectores da energia, dos transportes, dos materiais e construção (incluindo imobiliário), e dos produtos agrícolas, alimentares e florestais como sendo os mais expostos aos riscos das alterações climáticas.

Ao longo do ano de 2020 foi emitido um conjunto de regulamentação relacionada com alterações climáticas e ambientais direcionado à banca, sendo expectável que tal tendência se mantenha no futuro. Os dois *guidelines* mais importantes emitidos em 2020 são o "ECB Guide on climate-related and environmental risks" e o "EBA guidelines on loan origination and monitoring". O denominador comum dos referidos *guidelines* é o foco em aspetos ambientais e sociais. Nesta linha, espera-se que o BCE exija que os bancos adotem uma abordagem *end-to-end* dos riscos climáticos e ambientais de forma transversal aos seus processos e gestão do negócio. Neste sentido, o Banco encontra-se a desenvolver iniciativas com vista a incorporar os referidos *guidelines* no seu modelo de gestão de riscos, na originação e nos seus processos de negócio.

Atualmente o foco do Banco está na mensuração (heatmaps, testes de stress, análises de cenários, avaliações de risco do cliente), na melhoria estrutural de dados e recolha de informação, na monitorização e no reporting. O objetivo destas iniciativas é criar conscientização e conhecimento e, posteriormente, expandir a divulgação sobre os riscos climáticos.

No que diz respeito às estimativas a incorporar na preparação das suas demonstrações financeiras, o Banco considerou igualmente o impacto em termos de classificação dos instrumentos financeiros ligados a indicadores climáticos ou outros indicadores de sustentabilidade: relevância é dada ao impacto das condições contratuais dos instrumentos financeiros associadas a indicadores climáticos ou de sustentabilidade nos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros (e se os mesmos representam apenas pagamentos de capital e juros).

43. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras consolidadas pelo Conselho de Administração do Banco, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 30 de junho de 2022, data de referência das referidas demonstrações financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos ativos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.

44. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de setembro de 2022.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Juro a pagar/ comissão a diferir	Correções de Valor por operações de cobertura	Total	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Emitido	Subscrito pelo Grupo	Balço							
Obrigações estruturadas											
OB.BST INDEX LINKED NOTES 2024 23/12/2024	EUR	8.227	135	8.092	233	(256)	8.069	Variável	20-dez-2019	23-dez-2024	cabaz indices
Syntotta 2 - Credit Linked Notes due August 2037	EUR	183.000	-	183.000	2.608	-	185.608	Variável	26-jul-2021	15-ago-2037	Euribor3M (floored at 0) + 9%
Syntotta 3 - Credit Linked Notes due January 2042	EUR	100.800	-	100.800	755	-	101.555	Variável	31-mai-2022	31-jan-2042	Euribor3M (floored at 0) + 9%
Total		292.027	135	291.892	3.596	(256)	295.232				
Obrigações hipotecárias											
Hipotecária XVII	EUR	750.000	750.000	-	(149)	-	(149)	0,902%	15-abr-2016	15-abr-2023	Tx Fixa
Hipotecária XVIII	EUR	750.000	750.000	-	(299)	-	(299)	0,652%	26-jul-2016	26-jul-2023	Tx Fixa
Hipotecárias XX - 1ª	EUR	750.000	750.000	-	(862)	-	(862)	1,201%	7-dez-2017	7-dez-2027	Tx Fixa
Hipotecárias XXI	EUR	1.000.000	1.000.000	-	(961)	-	(961)	1,481%	10-abr-2017	10-abr-2027	Tx Fixa
Hipotecárias XXII	EUR	1.000.000	3.800	996.200	(1.520)	-	994.680	0,875%	25-abr-2017	25-abr-2024	Tx Fixa
Hipotecárias XXIII	EUR	1.000.000	20.000	980.000	2.127	-	982.127	1,250%	5-jul-2019	5-jul-2029	Tx Fixa
Hipotecária XXIV	EUR	1.100.000	1.100.000	-	(1.665)	-	(1.665)	0,412%	5-jul-2019	5-jul-2029	Tx Fixa
Hipotecárias XXV	EUR	750.000	750.000	-	(441)	-	(441)	0,51%	27-mar-2020	27-mar-2025	Tx Fixa
Hipotecária XXVI	EUR	750.000	750.000	-	(1.257)	-	(1.257)	0,00%	28-out-2020	28-out-2030	Tx Fixa
Hipotecária XXVII	EUR	750.000	750.000	-	(992)	-	(992)	0,639%	4-mar-2022	4-mar-2029	Tx Fixa
Total		8.600.000	6.623.800	1.976.200	(6.019)	-	1.970.181				
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização de crédito hipotecário											
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	360.676	263.940	96.736	(326)	-	96.410	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe B - Notes	EUR	13.122	13122	-	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,19% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,40% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe C - Notes	EUR	41.441	41.441	-	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,29% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,58% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe D - Notes	EUR	7.000	7.000	-	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	326.509	267.812	58.697	(116)	-	58.581	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe B - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,17% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,34% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe C - Notes	EUR	24.000	24.000	-	-	-	-	Variável	16-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,24% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,48% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe D - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,50% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+1,00% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe E - Notes	EUR	31.000	31.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+1,75% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+3,50% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe F - Notes	EUR	6.000	6.000	-	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage 2 - Classe A	EUR	82.984	-	82.984	(10.347)	-	72.637	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	3mth Euribor + 0,33%
Atlantes Mortgage 2 - Classe B	EUR	10.331	10.331	-	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	3mth Euribor + 0,95%

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Juro a pagar/ comissão a diferir	Correcções de Valor por operações de cobertura	Total	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Emitido	Subscrito pelo Grupo	Balanço							
Atlantes Mortgage 2 - Classe C	EUR	4.211	4.211	-	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	3mth Euribor + 1,65%
Atlantes Mortgage 2 - Classe D	EUR	8.838	8.838	-	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage 3 - Classe A	EUR	145.265	45.274	99.991	(7.448)	-	92.543	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	3mth Euribor + 0,20%
Atlantes Mortgage 3 - Classe B	EUR	20.833	20.833	-	-	-	-	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	3mth Euribor + 0,50%
Atlantes Mortgage 3 - Classe C	EUR	37.377	37.377	-	-	-	-	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage 4 - Classe A	EUR	162.368	-	162.368	(20.904)	-	141.464	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	3mth Euribor + 0,15%
Atlantes Mortgage 4 - Classe B	EUR	17.881	17.881	-	-	-	-	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	3mth Euribor + 0,30%
Atlantes Mortgage 4 - Classe C	EUR	49.987	49.987	-	-	-	-	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta nº13 Classe A	EUR	765.078	765.078	-	-	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	3mth Euribor + 0,60%
Hipototta nº13 Classe B	EUR	484.000	484.000	-	-	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	3mth Euribor + 1%
Hipototta nº13 Classe C	EUR	38.885	38.885	-	-	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta nº13 Classe D	EUR	0	-	-	-	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	
Total		2.689.786	2.189.010	500.776	(39.141)	-	461.635				
Outras obrigações emitidas											
OB.BANCO SANTANDER TOTTA VAR	EUR	650.000	-	650.000	884	-	650.884	4,51%	20-jun-2022	20-jun-2028	
Total		650.000	-	650.000	884	-	650.884				
Total		12.231.813	8.812.945	3.418.868	(40.680)	(256)	3.377.932				

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Periodificações	Total	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:	
		Emitido	Readquirido	Balanço						
OB.BANCO SANTANDER TOTTA SA 7.5% 06/10/2026	EUR	7.599	-	7.599	419	8.018	Taxa Fixa	7,50%	06 de Outubro de 2026	
OB. BST 2030 TIER2	EUR	320.000	-	320.000	2.524	322.524	Variável	1,58%	31 de Dezembro de 2030	31 de Dezembro de 2025
		327.599	-	327.599	2.943	330.542				

